

DANIA PINTO GONÇALVES

**PLURILINGUISMO NA PAISAGEM LINGUÍSTICA DA
FRONTEIRA ENTRE BRASIL E URUGUAI**

PORTO ALEGRE

2021



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE LETRAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS

PLURILINGUISMO NA PAISAGEM LINGUÍSTICA DA
FRONTEIRA ENTRE BRASIL E URUGUAI

DANIA PINTO GONÇALVES

ORIENTADOR Prof. Dr. CLÉO VILSON ALTENHOFEN

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como requisito parcial para a obtenção do título de Doutora em Estudos da Linguagem, linha de pesquisa de Sociolinguística.

PORTO ALEGRE

2021

CIP - Catalogação na Publicação

Gonçalves, Dania Pinto
PLURILINGUISMO NA PAISAGEM LINGUÍSTICA DA FRONTEIRA
ENTRE BRASIL E URUGUAI / Dania Pinto Gonçalves. --
2021.
153 f.
Orientador: Cléo Vilson Altenhofen.

Tese (Doutorado) -- Universidade Federal do Rio
Grande do Sul, Instituto de Letras, Programa de
Pós-Graduação em Letras, Porto Alegre, BR-RS, 2021.

1. Fronteira Brasil - Uruguai. 2. Paisagem
linguística. 3. Plurilinguismo. 4. Contatos
linguísticos de fronteira. 5. Línguas minoritárias.
I. Altenhofen, Cléo Vilson, orient. II. Título.

DANIA PINTO GONÇALVES

**PLURILINGUISMO NA PAISAGEM LINGUÍSTICA DA
FRONTEIRA ENTRE BRASIL E URUGUAI**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como requisito parcial para a obtenção do título de Doutora em Estudos da Linguagem, linha de pesquisa de Sociolinguística.

Porto Alegre, 24 de setembro de 2021

Resultado: Aprovada

BANCA EXAMINADORA:

Cléo Vilson Altenhofen
Instituto de Letras
Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)

Elisa Battisti
Instituto de Letras
Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)

Henry Daniel Lorencena Souza
Colégio de Aplicação
Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)

Fernando Hélio Tavares de Barros
Instituto de Letras
Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT)

Dedico este trabalho

Ao meu filho, Juan

e aos meus pais Alzira e Genésio.

Meus agradecimentos para...

Primeiramente, Deus e Santa Rita de Cássia, por terem me dado força para concluir essa jornada.

O Prof. Cléo, por ter me acolhido no meio da jornada, pela paciência, compreensão bondade, amizade, puxões de orelha, pelos incentivos e principalmente pela orientação sem as quais este trabalho não teria sido realizado.

A banca Elisa, Fernando e Henry pela leitura dessa Tese para a defesa.

Quero agradecer as minhas irmãs de orientação Maria Liz e Myrna, pelo apoio, pelas risadas que tornaram o doutorado mais leve, pelas discussões teóricas, pelas parcerias de trabalho e parceria para vida, meu muito obrigada.

Aos amigos Maíra, Letícia, Vanussa, Jeff, Gabriela, Juliana, Sylvia, Roberta, Victor, Renan, Nilzair e Rossana por todo carinho ao longo dessa caminhada.

A todo povo fronteiriço da fronteira Brasil-Uruguai que me inspiram e aguçam minha curiosidade de pesquisadora.

A minha família, pelo exemplo que vale mais do que todo o conhecimento que uma escola poderia me dar.

As minhas irmãs, Lisiane e Potira, por estarem sempre ao meu lado.
A minha vó Neiva, *in memoriam*, por sempre ter acreditado em mim e nos meus sonhos.

Ao grande amor da minha vida, meu filho, Juan, que sempre esteve ao meu lado, sempre tinha um sorriso no rosto e um carinho para dar para mamãe.

RESUMO

A presente Tese tem por foco o plurilinguismo na fronteira Brasil – Uruguai, muitas vezes encoberto, no senso comum, pela visão simplificada do dualismo entre as línguas “nacionais” português e espanhol. Sua identificação e análise será feita por meio do estudo da paisagem linguística (ing. *linguistic landscape*), campo de pesquisa dedicado à análise e interpretação da presença visual – escrita – de línguas no espaço público, por exemplo em placas de ruas, sinais de trânsito, placas comerciais, *outdoors*, pichações etc. Parte-se do princípio de que todo e qualquer sinal gráfico em determinada língua é resultado da intenção e motivação de alguém que produziu esse sinal, de acordo com seu repertório linguístico, identidade e pertencimento a uma comunidade linguística específica. O contexto de fronteira, eminentemente plural e contatual, presta-se de forma particular a esse tipo de estudo. Na presente Tese, reuniram-se dados de 10 localidades da fronteira Brasil – Uruguai, distribuídas nos pares de cidades fronteiriças Chuí – Chuy (BR01 / UY01), Jaguarão – Rio Branco (BR02 / UY2), Aceguá – Aceguá (BR03 / UY03), Sant’Ana do Livramento – Rivera (BR04 / UY04) e Quaraí – Artigas (BR05 / UY05), em uma extensão que, mesmo ultrapassando os 1.000 km, é proporcionalmente pouco povoada. O problema e questionamentos em relação ao contexto da fronteira, no que tange à fronteira Brasil – Uruguai, derivam muitas vezes do pouco conhecimento que se possui sobre as comunidades linguísticas que aí vivem à margem do português e do espanhol. A partir da literatura e da experiência empírica, sabe-se que circulam nesse espaço muitas outras línguas – árabe, italiano, mandarim, alemão, inglês, francês, além do próprio português e espanhol. A paisagem linguística pode, nesse sentido, nos revelar mais sobre esse plurilinguismo. É, por isso, objetivo deste estudo descrever e compreender o papel da presença visual das línguas no espaço plurilíngue da fronteira entre Brasil e Uruguai. São três os objetivos específicos: 1º) contribuir para o estabelecimento de uma metodologia para coleta e análise de dados em paisagem linguística, 2º) entender a dinâmica de ocupação dos espaços sociais pelas diferentes línguas e possíveis comunidades linguísticas e 3º) mapear possíveis territorialidades das línguas, por meio da paisagem linguística. Em relação ao esforço de aprimoramento dos aspectos metodológicos, foram testados e aprofundados os procedimentos adotados por Cenoz e Gorter (2006), Bagna e Barni (2006) e Barni e Bagna (2009). Essa metodologia parte do mapeamento feito através de registros fotográficos da paisagem linguística desde uma unidade de análise macro, que seriam os países Brasil e Uruguai, até uma unidade de análise cada vez menor, englobando o estado e departamentos, região fronteiriça, municípios, distritos, centro/periferia, bairro, para finalmente chegar à unidade mínima de análise da rua. Nesse sentido, foram fotografados, em 65 dias de trabalho de campo, dois países, um estado e quatro departamentos, 1.000 km de fronteira, nove municípios, um distrito, 10 áreas centrais, 146 bairros periféricos e 176 ruas, resultando em um banco de dados de 7.251 fotografias e 3315 unidades de análise. A análise desse *corpus* evidenciou um espaço fronteiriço notoriamente plurilíngue, em que se observam línguas como o árabe (BR01 e BR05), como o mandarim (BR04/UY04), inglês, em todos os pontos, francês (UY01, UY02, UY03, UY04 e UY05) entre outras. Especialmente sintomática e relevante é a forma como essas línguas aparecem, muitas vezes compartilhando a mesma placa ou unidade de análise, e frequentemente em aglomeração com outras marcas da mesma língua no seu entorno. Com isso, fica evidenciada a

relevância da paisagem linguística na dinâmica de ocupação do espaço fronteiro, em que uma marca gráfica não tem seu significado restrito a uma placa isolada, mas muito mais revela uma relação estreita com o espaço de ocorrência e a comunidade de fala por trás de sua produção.

Palavras-Chave: Fronteira Brasil – Uruguai. Paisagem linguística. Plurilinguismo. Contatos linguísticos de fronteira, Línguas minoritárias.

RESUMEN

La presente tesis se centra en el plurilingüismo en la frontera entre Brasil y Uruguay, que a menudo está cubierto, en sentido común, por la visión simplificada del dualismo entre las lenguas “nacionales” portuguesa y española. Su identificación y análisis se realizará a través del estudio del paisaje lingüístico (ing. *linguistic landscape*), campo de investigación dedicado al análisis e interpretación de la presencia visual - escrita - de las lenguas en el espacio público, por ejemplo, en las señales de calle, tráfico, placas comerciales, carteles publicitarios, grafiti etc. Se parte que todos y cada uno de los signos gráficos en una lengua dada son el resultado de la intención y motivación de quien produjo ese signo, de acuerdo con su repertorio lingüístico, identidad y pertenencia a una comunidad lingüística específica. El contexto fronterizo, eminentemente plural y contactual, se presta particularmente a este tipo de estudios. En esta Tesis, se recopilaron datos de 10 lugares en la frontera entre Brasil y Uruguay, distribuidos en puntos gemelos: Chuí - Chuy (BR01 / UY01), Jaguarão - Rio Branco (BR02 / UY2), Aceguá - Aceguá (BR03 / UY03), Sant'Ana do Livramento - Rivera (BR04 / UY04) y Quaraí - Artigas (BR05 / UY05), en una extensión de más de 1.000 km, resultando en una base de datos con 7.251 registros fotográficos y 3315 unidades de análisis. El problema y la indagación en relación al contexto fronterizo, con respecto a la frontera Brasil-Uruguay, reside precisamente en el poco conocimiento que se tiene sobre las comunidades lingüísticas que allí habitan al margen del portugués y el español. Por la literatura y la experiencia empírica, se sabe que en este espacio circulan muchas otras lenguas: árabe, italiano, mandarín, alemán, inglés, francés, además del portugués y del español. El paisajismo lingüístico puede, en este sentido, revelar más sobre este plurilingüismo. Por tanto, el objetivo de este estudio es describir y comprender el papel de la presencia visual de las lenguas en un espacio plurilingüe de la frontera, representado por la frontera entre Brasil y Uruguay. De ahí que se derivan tres objetivos específicos: 1) contribuir al establecimiento de una metodología para la recolección y análisis de datos en el paisaje lingüístico, 2) comprender la dinámica de ocupación de los espacios sociales por diferentes lenguas y posibles comunidades lingüísticas y 3) Mapear las posibles territorialidades de las lenguas expresadas por el paisaje lingüístico. En relación al esfuerzo por mejorar los aspectos metodológicos, se probaron y profundizaron los procedimientos adoptados por Cenoz y Gorter (2006), Bagna y Barni (2006) y Barni y Bagna (2009). Esa metodología parte del mapeo realizado a través de registros fotográficos del paisaje lingüístico, desde una unidad de macroanálisis que serían los países de Brasil y Uruguay, a una unidad de análisis cada vez más pequeña, abarcando el estado y departamentos, región fronteriza, municipios, distritos, centro / periferia, barrio, para finalmente llegar a la unidad mínima de análisis de calles. En este sentido, dos países, un estado y cuatro departamentos, 1.000 km de frontera, nueve municipios, un distrito, 10 áreas centrales, 146 barrios periféricos y 176 calles, fueron fotografiados en 65 días de trabajo de campo. El análisis de este *corpus* evidenció un espacio fronterizo notoriamente plurilingüe, en el que se observan idiomas como árabe (BR01 y BR05), mandarín (UY04/BR04), inglés, en todos los puntos francés (UY01, UY02, UY03, UY04 y UY05) entre otros. Especialmente sintomática y relevante es la forma en que aparecen esas lenguas, a menudo compartiendo la misma unidad de análisis, y muchas veces con aglomeración de otras marcas de la misma lengua a su alrededor. Así, se evidencia la relevancia del paisaje lingüístico en la dinámica de ocupación del espacio fronterizo, en el que una marca gráfica no tiene su significado restringido a una placa aislada, sino

mucho más revela una estrecha relación con el espacio de ocurrencia y la comunidad de habla detrás de su producción.

Palabras clave: Frontera Brasil - Uruguay. Paisaje lingüístico. Plurilingüismo. Contactos lingüísticos fronterizos.

SUMÁRIO

Resumo	4
Resumen.....	6
Lista de Gráficos e Tabelas.....	10
Lista de Mapas e Figuras	11
Capítulo 1 – “FRONTEIRAS”: A FRONTEIRA BRASIL – URUGUAI	21
1.2 Sócio-história das oscilações da fronteira entre Brasil e Uruguai	25
1.3 Estudos linguísticos ao longo da fronteira	29
Capítulo 2 – “AS PEGADAS DAS LÍNGUAS EM ESPAÇOS PÚBLICOS”: FUNDAMENTOS TEÓRICOS.....	36
2.1 O desenvolvimento dos estudos de “paisagem linguística”.....	36
2.2 Críticas à paisagem linguística.....	45
2.3 Transnacionalismo e identidade linguística	47
2.4 Contribuições no campo das políticas linguísticas	54
2.4.1 Políticas linguísticas uruguaiaias	55
2.4.2 Políticas linguísticas brasileiras	59
2.5 Espaços do plurilinguismo: comunidades de fala e territorialidades linguísticas....	63
Capítulo 3 – METODOLOGIA DA PESQUISA	70
3.1 Apresentando a metodologia: Passo a passo / De click em click.....	70
3.2 Rede de pontos	70
3.2.1 Chuí (BR01) / Chuy (UY01).....	71
3.2.2 Jaguarão (BR02) / Rio Branco (UY02).....	73
3.2.3 Aceguá (BR03) / Aceguá (UY03).....	76
3.2.4 Sant’Ana do Livramento (BR04) / Rivera (UY04).....	77
3.2.5 Quaraí (BR05) / Artigas (UY05)	79

3.3	Coleta de dados	82
3.3.1	Mapeamento e identificação das microáreas	85
3.3.2	Registro fotográfico da paisagem linguística.....	87
3.3.3	Observação e anotações de campo.....	89
Capítulo 4 – ANÁLISE DOS DADOS DE PAISAGEM LINGUÍSTICA.....		92
4.1	Relembrando os objetivos deste estudo	92
4.2	Categorizando os dados da paisagem linguística.....	95
4.2.1	O dado de paisagem linguística isolado e em relação a.....	96
4.2.2	Formas de aglomeração da unidade de análise	100
4.2.3	Conclusões referentes à metodologia de pesquisa da paisagem linguística	104
4.3	Dinâmica de ocupação das comunidades de fala	105
4.3.1	Correlações entre marcas de PL e língua.....	106
4.3.2	Correlações entre marcas de PL por monolinguismo e plurilinguismo.....	109
4.3.3	Correlações entre marcas de PL por campo temático.....	116
4.4	Papel da paisagem linguística: significados no mosaico da diversidade	119
4.4.1	Ações e motivações por trás da <i>visual speech</i>	119
4.4.2	O falante por trás das inscrições linguísticas	129
4.4.3	Aglomerações linguístico-visuais: relações de coletivização	133
CONSIDERAÇÕES FINAIS		139
REFERÊNCIAS.....		142

Lista de Gráficos e Tabelas

Graf. 1: Unidades de análise da fronteira Brasil -Uruguai.....	99
Graf..2: Registros monolíngues na fronteira BR.....	108
Graf..3: Registros monolíngues na fronteira UY.....	108
Graf..4: Registros bilíngues na fronteira BR.....	110
Graf..5: Registros bilíngues na fronteira UY.....	111
Graf..6: Registros trlíngues na fronteira BR.....	115
Graf..7: Registros trlíngues na fronteira UY.....	115
Graf..6: Registros plurilíngues na fronteira BR.....	116
Graf..7: Registros plurilíngues na fronteira UY.....	117
Tab. 1: Bairros fotografados na fronteira brasileira	87
Tab. 2: Bairros fotografados na fronteira uruguaia	87
Tab. 3: Ruas fotografadas na fronteira brasileira	88
Tab. 4: Ruas fotografadas na fronteira uruguaia	88
Tab. 5: Distribuição dos registros fotográficos nos pontos de pesquisa da fronteira brasileira.....	89
Tab. 6: Distribuição dos registros fotográficos nos pontos de pesquisa da fronteira uruguaia	90
Tab. 7: Unidades de análise da fronteira brasileira	90
Tab. 8: Unidades de análise da fronteira uruguaia	90
Tab. 9: <i>Domains</i> Brasil- Uruguai	118

Lista de Mapas e Figuras

Mapa 1: Localização dos pontos de pesquisa na fronteira Brasil – Uruguai	15
Mapa 2: Os limites do Tratado de Tordesilhas, na fronteira espanhol-português	27
Mapa 3: Limites do Tratado de Madri (1750) com as marcas das fronteiras oscilantes.....	29
Mapa 4: Distribuição atual do português do Uruguai no território uruguaio	34
Mapa 5: Fronteira atual do bilinguismo espanhol – português no Uruguai.....	35
Mapa 6: Localização da fronteira no plano macroanalítico: países.....	102
Mapa 7: Departamentos, estado ao longo da fronteira entre Brasil e Uruguai	103
Mapa 8: Delimitação dos bairros de UY01.....	104
Mapa 9: Relação de círculo inclusivo interno: rua	104
Fig. 1: Foto ilustrativa da Rua Sarandi, em Rivera, 1946.....	44
Fig. 2: Foto ilustrativa da Rua Sarandi, em Rivera, em 2020.....	45
Fig. 3: Registros de variantes para o termo <i>media luna</i>	67
Fig. 4: Marco divisório da fronteira seca BR01-UY01	72
Fig. 5: Ponte Internacional Barão de Mauá, entre BR02 e UY02	75
Fig. 6: Marco divisório da fronteira seca BR03/UY03	77
Fig. 7: Marco divisório da Praça Internacional na fronteira seca BR04/UY04	79
Fig. 8: Ponte Internacional da Concórdia, entre BR05 e UY05.....	81
Fig. 9: Loja com nome em árabe e bandeira da Palestina	98
Fig. 10: Escrita em Árabe	98
Fig. 11: Graus de escalonamento da relação do dado fotográfico com o <i>locus</i> de registro.....	101
Fig. 12 a 21: Exemplos de inscrições monolíngues em português em BR.....	123
Fig. 22 a 25: Exemplos de inscrições monolíngues em espanhol em BR.....	126
Fig. 26 a 35: Exemplos de inscrições monolíngues em espanhol em UY.....	127
Fig. 36 e 37: Exemplos de inscrições bilíngues em português e alemão	130
Fig. 38 e 41: Inscrições, referências plurilíngues com uso do mandarim.....	131
Fig. 42 a 46: Exemplos de inscrições em português e árabe	135
Fig. 47: Livros sobre a religião e cultura árabe	137
Fig. 48: Sociedade árabe-palestino brasileira.....	139

INTRODUÇÃO: TRILHANDO O CAMPO DE ESTUDO

No senso comum – como também na própria literatura –, a representação da fronteira entre Brasil e Uruguai tem sido perfilada, muitas vezes, como uma fronteira que separa exclusivamente duas línguas nacionais de dois grandes territórios linguísticos associados a dois estados nacionais: o Brasil, de fala lusófona, e o Uruguai, de fala hispanófona. Não há, pode-se argumentar, nenhuma inverdade nessa visão, enquanto generalização. Por outro lado, é uma simplificação extrema pensar no contato de fronteira como um contato meramente de duas línguas nacionais oficiais, sabendo da complexidade que “fronteiras” pelo mundo afora têm mostrado. No mínimo, é preciso suspeitar que uma realidade linguística como a da fronteira entre Brasil e Uruguai pode não ser tão simples e dual e englobar uma constelação de línguas e variedades, ou mesmo de gradações de variantes da língua que vão além de um mero bilinguismo ou contato linguístico entre as línguas “português” e “espanhol”.

Partindo, assim, do pressuposto de que “fronteiras linguísticas (e políticas)” representam construtos simbólicos que reúnem uma gama de aspectos e diversidades culturais, históricas, linguísticas, étnicas e sociais, esta Tese busca averiguar e aprofundar a identificação do espectro de línguas e comunidades linguísticas muitas vezes encoberto pelo dualismo simplificado de duas línguas “nacionais” separadas por um limite político. A hipótese de partida é que há, nessa fronteira, mais línguas entre o Brasil e o Uruguai, poderíamos dizer, “do que supõe a percepção do senso comum”. Como se articulam essas línguas e as comunidades linguísticas que delas fazem uso? De que modo ocupam seu espaço de uso? O que a paisagem linguística pode nos revelar sobre elas? São algumas das perguntas que motivaram a realização deste estudo.

Um segundo mito, que deriva de certo modo do primeiro e que se associa a uma parcela significativa do senso comum, refere-se à visão (ou imaginação) corrente de que os limites no espaço geopolítico e linguístico – de um lado, o português, e de outro, o espanhol – são claros e abruptos. Isto é, de que não envolveriam quaisquer intromissões, mesclas ou intersecções. Também aqui há uma série de perguntas e hipóteses que contrapõem essa

visão. Essa fronteira não é, de modo algum, clara e abrupta, porque é da natureza das fronteiras apresentar oscilações, migrações e contatos linguísticos. Por isso, é preciso sim contar com intersecções ou sobreposições e mesclas entre as línguas espanhol e português em contato, ou ainda prever inclusive incongruências – de uso de uma língua onde ela não é esperada, ao menos não na intensidade que o espaço divisório sugeriria.

Enfim, com as indagações e hipóteses que se colocam, está posta a motivação principal desta Tese, de descrever com mais clareza e profundidade o “plurilinguismo da fronteira entre Brasil e Uruguai”, que desde já assumimos como uma constatação esperada. A identificação desse plurilinguismo será feita por meio do estudo da “paisagem linguística” (*linguistic landscape*), com o qual esta Tese busca contribuir (MARTEN, MENSEL e GORTER, 2012; SHOHAMY e GORTER, 2009; MAHER, 2013).

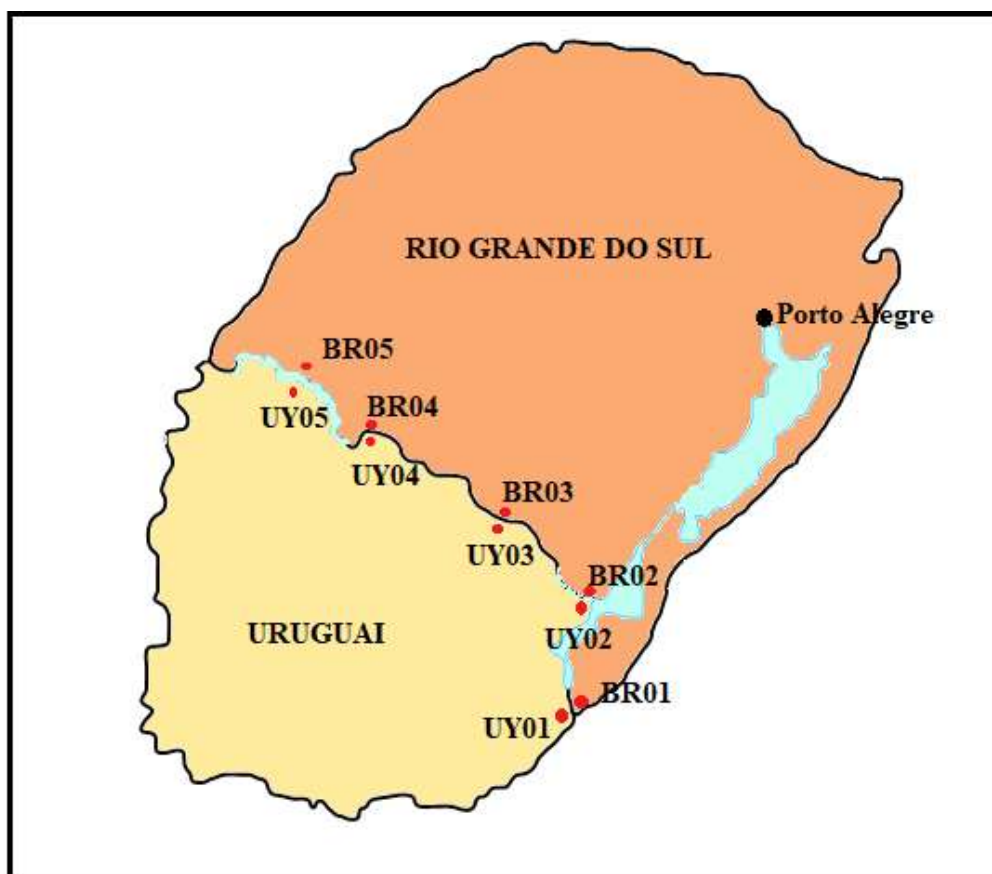
Para Axt (2011), não se pode perder de vista a plasticidade e hibridez das populações fronteiriças, provenientes de uma dinâmica interna da fronteira em que vivem, e observar que tal dinâmica começa através dos limites geográficos impostos historicamente por disputas, guerras e tratados. No contexto da fronteira Brasil/Uruguai, não foi diferente; sua instabilidade política e geográfica, como ‘Novo Mundo’ descoberto pelos portugueses e espanhóis¹, remete a uma série de tratados feitos e desfeitos desde 1421, com a primeira Bula Papal, como lembra Garcia (2011), culminando em 1920 com as delimitações das ruas de Sant’Ana do Livramento e Rivera.

O território fronteiriço entre Brasil e Uruguai foi e é formado, moldado por cinco séculos de disputas, tratados e migrações. Essas migrações foram intensificadas a partir do final do século XX e início do século XXI, com a facilidade de locomoção no mundo globalizado em que vivemos. Isso significa, em outras palavras, que as migrações e os contatos linguísticos desses dois países não coincidem com as suas fronteiras políticas. Para Altenhofen (2014: 70), a problemática das fronteiras do Brasil com países de fala hispânica não se resume “à existência de português e espanhol, como ‘línguas de colonização’, e sim inclui um leque bastante amplo de línguas minoritárias alóctones e autóctones”, como veremos mais aprofundadamente no capítulo 2.

¹ O termo *descobrimiento* não é utilizado neste estudo como referência ao etnocentrismo europeu do século XV, no qual os europeus acreditavam serem superiores e mais civilizados que os outros povos. Utilizamos tal expressão, pois para esses europeus, sua chegada à América foi uma descoberta na perspectiva particular, europeia.

É com base na constante (re)formulação e maleabilidade desse território fronteiriço entre Brasil e Uruguai que, portanto, esta Tese se propõe a pesquisar as territorialidades presentes na paisagem linguística da fronteira entre Brasil e Uruguai. Contudo, a observação da paisagem linguística, e portanto das marcas que as línguas e seus falantes visibilizam em inscrições e espaços públicos – por meio da escrituralidade – para demarcar seu espaço de presença – será complementada pela observação etnográfica, registrada em anotações de campo, durante 65 dias de viagem, entre os cinco pares de cidades fronteiriças que constituem a base de observação deste estudo: Sant’Ana do Livramento – Rivera, Jaguarão – Rio Branco, Quaraí – Artigas, Aceguá – Acegua e Chuí – Chuy² (vide o mapa 1).

Mapa 1: Localização dos pontos de pesquisa na fronteira Brasil – Uruguai



Fonte³: Dania Gonçalves

² A primeira cidade de cada par é brasileira; a segunda, uruguaia.

³ Agradeço à minha colega de Doutorado Maria Liz Benitez Almeida, por haver me ensinado a desenhar mapas, possibilitando que construísse meus próprios mapas para essa Tese.

As observações feitas em viagens de pesquisa empreendidas na área em estudo foram registradas por meio de anotações em diário de campo, comentários em áudio e vídeo da pesquisadora, além dos registros fotográficos de inscrições em domínios públicos. A presente Tese busca, portanto, um olhar científico e uma base empírica sobre a paisagem linguística da fronteira vista de forma objetiva e metodologicamente controlada. Esse olhar se complementa com a visão e vivência da pesquisadora e de sua origem fronteiriça. Nessa perspectiva, a fronteira assume significados que vão para além de uma mera linha divisória, incorporando noções que abordam a fronteira também como um estado de ser e estar.

Para explicitar nosso ponto de partida, faz-se necessário remontar aos primeiros estudos acerca da fronteira entre Brasil e Uruguai. Os primeiros estudos a respeito desse espaço fronteiriço particular têm início com Rona (1959, 1965). Na sua análise, Rona (1965) divide o Uruguai em duas regiões, uma em que predominaria a língua espanhola, e outra em que predominaria a língua portuguesa, a chamada zona fronteiriça, corroborando a visão simplificadora a que nos referíamos no início. Essa zona fronteiriça, segundo Rona, ainda é dividida em quatro variedades fronteiriças – a *artiguense*, a *tacuareboense*, a *yaguaronense* e a *melense* – estabelecidas por ele com base em aspectos fonológicos, léxicos e morfológicos, considerando especialmente o caráter tuteante ou voseante⁴. Rona (1965) ainda denominou esse falar da fronteira genericamente de *Fronterizo*.

Na sequência, em 1972, Hensey publicou sua dissertação de mestrado *The Sociolinguistics of the Brazilian-Uruguayan Border*, em que se detém nos aspectos fonológicos da fronteira entre Rivera e Sant’Ana do Livramento, com o intuito de provar o bilinguismo espanhol-português. Já Elizaincín, Behares e Barrios (1987) fazem uma descrição da morfossintaxe do que chamam de DPU (*Dialetos Português do Uruguai*). Por outro lado, Barrios (2009, 2008), bem como Barrios e Pugliese (2005), fazem pesquisas no âmbito das políticas linguísticas, postulando uma fronteira bilingue

⁴ Trata-se da variação pronominal e verbal da segunda pessoa do singular. No Rio da Prata, há duas variantes utilizadas para a segunda pessoa do singular informal: de um lado, da forma pronominal *tú* (*tuteo*) e seus equivalentes pronominais e verbais que, de outro lado, alternam em diferentes contextos socio-pragmáticos com a forma pronominal *vos* (*voseo*) e seus equivalentes verbais

diglósica. Behares (2011, 2010, 2009, 2007, 1996) faz uma descrição do português do Uruguai, de sua morfologia, de sua fonologia e de sua sintaxe. Behares, Díaz e Holzmann (2004) tratam, além disso, da cultura da fronteira em um livro que une língua e culinária. Cabe mencionar também as pesquisas, de cunho sociolinguístico, de Carvalho (2006, 2007), que abordam a influência da televisão brasileira na fronteira do lado uruguaio. Carvalho (2003) defende, a exemplo de Thun (1998, 2000c), a adoção do termo Português Uruguaio (PU). A contribuição dos estudos de Thun e seu grupo de pesquisa têm sua relevância na descrição, de forma ampla – macroanalítica – e empiricamente documentada da variação e contato entre o espanhol e o português. Thun (1998) postula, para isso, os pressupostos do que chama de “dialetologia pluridimensional e relacional”. A base de dados para seus estudos provém do amplo *corpus* do ADDU (Atlas lingüístico Diatópico y Diastrático del Uruguay), elaborado em parceria com A. Elizaincín (THUN, 1989, 2000^a, 2000b).

Seguindo o panorama dos estudos, vale citar a contribuição de Sturza (2006, 2011), que investiga em suas pesquisas a constituição de um espaço de enunciação fronteiriço. Couto (2011) estuda a fronteira de Chuy/Chuí sob a perspectiva ecolinguística. Três anos depois, Gonçalves (2013) apresenta, como dissertação de mestrado, um estudo da prática linguística dos comerciantes brasileiros na fronteira. Já na fronteira jaguareense, Gonçalves, Mozzillo e Kurtz (2015) publicam um estudo sobre políticas linguísticas e o code-switching nesse contexto. É importante, além disso, ressaltar ainda o estudo de Cañete (2013), que discute em sua dissertação de mestrado as representações de gestores, professores, pais e alunos sobre a aplicação do Programa Escolas Interculturais de Fronteira (PEIF) e se elas podem interferir na implementação do programa. Em Diniz e Mello (2015), é possível observar relatos da experiência de cursos binacionais na fronteira de Sant’Ana do Livramento e Rivera. A tese de Souza (2016) analisa o contato linguístico entre o espanhol e o português nas regiões bilíngues uruguaias, com destaque às percepções dos falantes e sua relação com as políticas linguísticas vigentes. Por fim, o livro *Jodido Bushinshe* (2017), organizado pelo MEC-UY⁵ (Ministério de Educação e Cultura do Uruguai), traz uma coletânea de artigos elaborados por linguistas, sociólogos, antropólogos, educadores, poetas brasileiros,

⁵ A abreviação UY, refere-se ao Uruguai, que tem seu domínio na internet marcado assim por causa da escrita do nome do país em língua espanhola *Uruguay*.

uruguaio e fronteiriços, que exaltam oportunhol, a fronteira, falam da integração cultural, linguística e política da fronteira uruguaio-brasileira, sem menosprezar ou ignorar os estigmas, preconceitos e dificuldades pelas quais essa população passa.

Há, como podemos perceber, uma gama considerável de estudos sobre a fronteira brasileiro-uruguaia. O enfoque da paisagem linguística constitui, no entanto, ainda uma lacuna a preencher. Salvo raras exceções, como Souza (2016) e Gonçalves e Almeida (2019), não se tem até onde sabemos um estudo aprofundado sob essa ótica. Embora não seja o foco de seu estudo, Souza (2016) dedica um capítulo de sua pesquisa à paisagem linguística das cidades fronteiriças do lado uruguaio, tomando por base a análise de inscrições em lápides de cemitérios, com o intuito de observar a presença e uso da língua portuguesa. O interesse de Souza surge devido a polêmica, gerada por um vereador de Rivera, que queria proibir o uso de português nas placas do município. Proibição essa que vai contra a Lei Nº 17.250 de 11 de agosto de 2000 (Uruguai, 2000) que trata sobre as relações de consumo e defesa do consumidor e regulamenta em seu artigo 6, inciso c: “La información suficiente, clara, veraz, en idioma español sin perjuicio que puedan emplearse además otros idiomas”.

Já Gonçalves e Almeida (2019) comparam a paisagem linguística de duas ruas fronteiriças, uma situada em Rivera, no Uruguai, que faz fronteira com o Brasil, e outra situada em Ciudad del Este, no Paraguai, que forma uma tríplice fronteira com o Brasil e a Argentina. O estudo aponta para um dinamismo sociocultural desses espaços, demarcados sociopoliticamente, em especial pela presença de relações marcadamente comerciais. As pesquisadoras constataram que a expressão da população fronteiriça se dá através das sinalizações do comércio e das publicidades locais, nas quais é realmente possível perceber a mobilidade e a maleabilidade da fronteira, ademais das línguas portuguesa e espanhola que já têm seu território demarcado.

Ao ampliar o foco de análise da “presença visual de marcas de línguas que compartilham o espaço fronteiriço”, e como sobretudo as marcas das línguas dominantes espanhol e português se distribuem “para *cá* e *allá*”, a presente Tese busca preencher uma lacuna na compreensão e visibilização do contato de línguas nesse espaço mais complexo do que muitas vezes se coloca. Além disso, essa descrição – poderíamos dizer, essa “fotografia linguística” e mapeamento dos espaços linguísticos – auxilia a entender a percepção diferenciada sobre a fronteira. Com isso, buscamos um olhar bilateral da

fronteira Brasil - Uruguai – “de *allá* e *acá*” – e expandimos nosso campo de trabalho de forma que a fronteira brasileira também fosse analisada. O *corpus* da pesquisa de campo abrangeu, por isso, a captação fotográfica de diferentes inscrições em espaços públicos ao longo de toda a faixa fronteiriça, a fim de constituir uma amostra representativa capaz de distinguir macrotendências que caracterizassem essa fronteira como um todo. Daí a definição, conforme já se mencionou (ver mapa 1), de 10 cidades, em duetos, para realizar os levantamentos de dados.

O Brasil possui uma grande diversidade linguística. Temos cerca de 330 línguas maternas, das quais 274 línguas indígenas (MORELLO, 2015) e 56 línguas de imigração (conforme ALTENHOFEN, 2013), além de línguas crioulas, afro-brasileiras e de sinais. Já no Uruguai, não há uma estimativa de quantas línguas são faladas como maternas, além do espanhol uruguaio, português uruguaio e a língua de sinais uruguaia que são consideradas pelo MEC-UY como línguas oficiais. Brovetto (2010) menciona algumas línguas minoritárias, como o francês, na região da Colônia, alguns dialetos alemães na fronteira com a Argentina e dialetos de base russa, na região de San Javier. Arocena e Aguiar (2007) vão um pouco mais além e falam da presença de outras cinco línguas minoritárias existentes no território uruguaio, não mencionadas por Brovetto. Entre elas, citem-se o italiano, libanês, suíço, armênio e árabe. Embora, no senso comum, normalmente se reduza o Uruguai e o Brasil ao espanhol e ao português, trata-se, na sua essência, de dois países plurilíngues e de fronteiras plurilíngues, se levarmos em conta esses dados.

Esta Tese busca contribuir, neste sentido, na mesma linha em que argumenta Moita Lopes (2015), de que é necessário reinventar as formas de produzir conhecimento, que considerem os sujeitos sócio-históricos, sua realidade e sua visão de mundo. É neste sentido que emergem, ainda na década de 1970, os primeiros estudos sobre *paisagem linguística*. O termo provém do inglês *linguistic landscape*. Essas paisagens capturam a língua escrita inserida no espaço público através de placas de ruas, sinais de trânsito, placas de lojas, *outdoors*, pichações etc. As paisagens documentadas para esse tipo de estudo geralmente se localizam em cidades modernas e globalizadas, nas quais encontramos um espaço multilíngue que é visível através da linguagem escrita nos espaços públicos dessas localidades; mas há também o registro de uma variedade de grupos de pessoas, linguisticamente identificáveis (cf. LANDRY e BOURHIS, 1997, CENOZ e GORTER, 2008, BLACKWOOD e TUFI, 2012).

Blommaert (2012: 5) relata que os estudos sobre paisagem linguística, doravante PL, ganharam em apenas uma década um prestígio relativamente grande na área da sociolinguística, principalmente por dois motivos: de um lado, por seu potencial descritivo e, de outro, pelo potencial analítico que a PL oferece. Em termos de descrição, há uma expansão considerável para o campo da sociolinguística de pesquisas com grupos de falantes para espaços geográficos e sociais distintos, ou seja, contextos em que esses indivíduos residem e nos quais captam e deixam seus repertórios linguísticos. Um exemplo são as análises pluridimensionais da variação e do contato linguístico espanhol-português feitas por Thun (1996; 1998, 2000a, 2000b, 2005, 2010a, 2010b), para explicar se estrutura a comunidade fronteiriça do norte do Uruguai e o bilinguismo societal em espanhol e em português aí vigente. Suas análises, entretanto, se pautam sobretudo na oralidade, isto é, em fenômenos da língua falada.

O potencial analítico dos estudos de PL, ao qual se refere Blommaert (2012: 7), é por outro lado o espaço físico visualmente percebido:

O espaço físico é também espaço social, cultural e político: um espaço que oferece, habilita, aciona, convida, prescreve, proscreeve, polícia ou aplica determinados padrões de comportamento social, um espaço que nunca é terra de ninguém, mas sempre o *espaço de alguém*; um espaço *histórico*, portanto, cheio de códigos, expectativas, normas e tradições; e um espaço de *poder* controlado pelo controle das pessoas.⁶ (grifos do autor)

Ao diferenciar o olhar sobre o espaço físico, e compreendê-lo também como um espaço social, cultural e político, abre-se caminho para uma análise mais profunda da PL, com a qual é possível converter um diagnóstico sociolinguístico em um diagnóstico das estruturas sociais, políticas e culturais inscritas na paisagem linguística. Por essa razão, a linguagem escrita que circula nas vias públicas tem-se transformado no interesse de estudo de muitos pesquisadores que buscam interpretar os significados, propósitos, mensagens e contextos do que está escrito e explicitado nas ruas. A linguagem das vias públicas está intrinsecamente ligada às pessoas, ao seu espaço cultural e político, visto que são elas que produzem e instalam as placas, cartazes, anúncios etc. E são as mesmas pessoas que escolhem se leem ou ignoram esses sinais nas ruas.

⁶ Orig.: “Physical space is also social, cultural and political space: a space that offers, enables, trigger, invites, prescribes, proscribes, polices or enforces certain patterns of social behavior; a space that is never no man’s land but always somebody’s space; a historical space, therefore, full of codes, expectations, norms and traditions; and a space of power controlled by as well as controlling people.”

Neste estudo, pretendemos utilizar tanto o potencial descritivo, quanto o analítico que a paisagem linguística oferece. Nossa intenção é oferecer um diagnóstico sociolinguístico para detectar as principais características sociolinguísticas observadas na fronteira Brasil-Uruguai.

Diante do que foi exposto até aqui, tem-se assim como objetivo geral da presente Tese de Doutorado compreender o papel da presença visual das línguas em um espaço plurilíngue de fronteira, representado pela fronteira entre Brasil e Uruguai. Daí derivam os seguintes objetivos específicos:

- (i) Estabelecer uma metodologia para coleta e análise de dados em paisagem linguística.
- (ii) Entender a dinâmica de ocupação dos espaços sociais pelas diferentes línguas e possíveis comunidades linguísticas.
- (iii) Mapear possíveis territorialidades das línguas expressas na paisagem linguística da fronteira Brasil – Uruguai.

Esta Tese está dividida em quatro capítulos centrais. No capítulo 1, abordaremos os diversos aspectos e abordagens do conceito de “fronteira”, mais precisamente da fronteira linguística, incluindo um panorama da formação sócio-histórica da fronteira Brasil – Uruguai. O capítulo 2 dedica-se a uma análise dos fundamentos teóricos necessários ao estudo da paisagem linguística, incluindo aí a noção de “espaço” e de “territorialidade” (ALTENHOFEN, 2014), as implicações do campo das políticas linguísticas, as relações transnacionais, assim como também questões de identidade linguística. No capítulo 3, é descrita a metodologia de coleta e análise dos dados (fotográficos) de paisagem linguística. Por fim, no capítulo 4, serão apresentados os resultados descritivos e analíticos, dos dados, com ênfase no recorte possível no momento, em que o mundo vive as dificuldades impostas pela crise da pandemia, e considerando as limitações inerentes à realização de um Doutorado. Nas considerações finais, buscar-se-á resumir os principais resultados e contribuições do estudo.

Capítulo 1 – “FRONTEIRAS”: A FRONTEIRA BRASIL – URUGUAI

Vivemos em um mundo globalizado que anseia por uma re(definição) do espaço e das identidades e culturas linguísticas ameaçadas. Por esses motivos, a geolinguística vem incorporando ao seu escopo de pesquisa, nas últimas décadas, também o estudo de fronteiras plurilíngues, principalmente com o intuito de delimitar o espaço das línguas minoritárias e diferenciá-las dentro de um território linguístico com outras línguas circunvizinhas. Mas, afinal, o que é fronteira? Diferentes dicionários assinalam sentidos diversos, desde o sentido figurado, físico, espacial, histórico e administrativo que define uma fronteira. Trata-se de um conceito altamente relevante para este estudo, em que se aborda uma fronteira administrativa entre Brasil-Uruguai, que separa os territórios de duas línguas românicas, português e espanhol, em uma linha historicamente móvel, como veremos. No senso comum, circulam definições como a do Novo Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa (1986: 814), que associa ao verbete *fronteira* uma série de acepções e expressões, de uso geral ou restrito:

fronteira. [F. subst. do adj. *fronteiro*] S.f. **1.** Limite (1) de um país ou território extremo onde confina com outro: *demarcação de fronteiras*. **2.** A região adjacente a este limite: cidade de fronteira. **3.** *Fig.* V. limite (6): está chegando às fronteiras da loucura. **4.** Extremo, fim, termo. [V. limite (3).] **5.** *Fís.* Limite material de um sistema, separação de um sistema e seu exterior. **6.** *Mat.* O conjunto dos pontos-fronteira de um conjunto: contorno. **Fronteira Agrícola.** *Econ.* Limite da área de exploração agrícola: *A fronteira agrícola no Brasil expandiu-se para o Oeste, nas últimas décadas*. **Fronteira de acumulação.** V. *fronteira viva*. **Fronteira de tensão.** V. *fronteira viva*. **Fronteira esboçada.** Tipo de fronteira (1) simplesmente desenhada sobre um mapa, não correspondendo a seu traçado a nenhuma adaptação passiva do homem ao meio nenhuma adaptação ativa do Estado a que pertence. **Fronteira Morta.** Tipo de fronteira (1) que passou de viva à categoria das linhas tranquilas, desde que cessou a tensão existente. **Fronteira termodinâmica.** *Met.* Região da atmosfera, a cerca de 160 km de altitude, além da qual a rarefação da atmosfera é tão grande que o movimento de um objeto, ainda que em grande velocidade, não gera calor apreciável. **Fronteira viva.** Tipo de fronteira (1) resultante de lenta evolução histórica e fixada através de choques ou de lutas armadas; fronteira de acumulação, fronteira de tensão. **Fronteira – Faixa.** S. f. Tipo de fronteira (1) representado por fortificações ou obstáculos defensivos. [Pl.: fronteiras – faixas e fronteiras – faixa]. (1) representado por linhas geodésicas ou acidentes naturais. [Pl.: fronteiras de linhas e fronteiras – linha.] (grifos do autor)

Embora a primeira acepção do dicionário faça referência ao termo **limite**, e que

entendemos as demarcações fronteiriças como acordos administrativos e políticos entre duas nações. Cabe ressaltar que há um outro tipo de fronteira em voga nesse estudo: a fronteira linguística. Aliás, um ponto de vista muito repetido, entre quem estuda fronteiras, é o de que as fronteiras linguísticas e culturais não compartilham os mesmos limites das fronteiras administrativas (cf. ALTENHOFEN 2014, CONTINI 2006).

Como se pode observar, a definição de *fronteira*, segundo Contini, está fortemente associada à ideia da existência de fronteiras objetivas e fronteiras percebidas. A fronteira objetiva é a fronteira real, a fronteira que está nas delimitações geográficas e políticas, é a fronteira que encontramos no dicionário como citamos anteriormente. Já as fronteiras percebidas são fronteiras subjetivas e não necessariamente coincidem com as fronteiras objetivas. No entanto, isso não significa que uma concorra com a outra, pelo contrário, na concepção de Contini (2006: 44), elas se complementam.

A fronteira percebida, subjetiva, está relacionada às fronteiras linguísticas, às atitudes linguísticas dos falantes e a como eles evocam a imagem de fronteira. É o que assinala Contini (2006: 23-24):

j'ai une image relativement claire de ce qu'on peut appeler une frontière *qui*, pour moi, se confond avec la mer. Une fois la mer franchie, la nature, avec ses couleurs et ses odeurs, change; changent aussi le paysage humain, les villes et, surtout, les villages et les gens; changent la façon de parler, la gestualité, la langue, le rythme de vie. Je ressens que ne suis plus chez moi: j'ai donc conscience d'une mer frontière délimitant mon espace linguistique et culturel renforcée, sans doute, par l'insularité.⁷

A explicação dada por Contini traz à tona que as línguas inseridas em um território estão sujeitas a variações ao longo do tempo: algumas podem ganhar terreno e outras, pelo contrário, recuar por várias razões, em particular devido ao maior prestígio concedido a algumas delas. Apesar de tudo, mesmo que seja difícil estabelecer as fronteiras subjetivas, percebidas dentro das fronteiras reais, não há dúvida sobre a existência de espaços linguísticos e culturais distintos.

⁷ Tradução: “tenho uma imagem relativamente clara do que poderia ser chamado de *fronteira* que, para mim, é confundida com o mar. Uma vez que o mar límpido, a natureza, com suas cores e cheiros, muda; muda também a paisagem humana, cidades e, sobretudo, aldeias e pessoas; muda a maneira como falamos, o gesto, a linguagem, o ritmo da vida. Eu sinto que não estou mais em casa. Estou, portanto, consciente de uma fronteira que delimita meu espaço linguístico e cultural, reforçado, sem dor, pela insularidade.” (CONTINI, 2006: 44)

Na teoria, nos dicionários, assim também nas leis, esse tipo de delimitação funciona muito bem; entretanto, a prática de vivência na fronteira mostra via de regra o contrário. Fabian Severo, poeta fronteiriço, explica esse sentimento em seu poema escrito “*en portugués*” 11: “*Miña lingua le saca la lengua al dicionário / baila una cumbia incima dus mapa*”. São versos que explicam de modo simples os resultados que encontraremos na análise de dados desse estudo, que as palavras na fronteira não têm geografia, bem como a cultura, o comércio. O país vizinho não é outro país, é extensão da nossa casa. O seguinte excerto do diário de campo de 22 de dezembro de 2019 ilustra igualmente essa relação:

Estou sentada na loja da minha madrinha, descansando da caminhada da coleta de dados, ela está atendendo uma castelhana, que desabafa que depois daquelas compras irá para casa. Na sequência, minha madrinha volta a conversar comigo e pergunta: “Teu pai já foi **lá** pegar a carne pro natal?” eu respondo: “Sim” e ela segue: “Eu tenho que ir **ali** nos *free shopping* pegar as champanhe”

No diálogo, “lá” e “ali” referem-se ao espaço de comércio do lado uruguaio como uma extensão, pois, na fronteira, não se compreende o ato de ‘comprar do outro lado’ como uma importação ou exportação, ou seja, não configura contrabando, é uma compra como outra qualquer, em que não existem linhas divisórias. Altenhofen (2014) já alertava para o fato de as fronteiras políticas não coincidirem com o espaço mais amplo e vago das migrações e dos contatos linguísticos.

Pensar na fronteira Brasil - Uruguai, e em suas línguas nacionais, o português e o espanhol, duas línguas românicas provenientes do latim vulgar, não se nota uma mudança abrupta na paisagem linguística e nem na paisagem cultural, visto que os sul-rio-grandenses e os uruguaios identificam-se com uma cultura muito semelhante, ligada à figura do gaúcho e a costumes, como o amor pelo chimarrão/mate, o uso da bombacha, o gosto pelas milongas ouvidas nos rádios ou nos bailões, o churrasco/assado ou ainda o homem campeiro. Todos esses elementos culturais são parte da identidade da fronteira Brasil – Uruguai. O que nos faz perceber, contudo, que transpomos o limite administrativo brasileiro para o uruguaio não são por exemplo as rodas de chimarrão, comuns em ambos os lados, muito menos o uso do espanhol em lugar do português, pois representam marcas comuns e de certo modo homogeneizadoras do espaço fronteiriço; o que se destaca nessas fronteiras, como “diferentes e diversos”, são as minorias que nela

habitam e constroem seu espaço: são mulheres vestindo *hijab*⁸ pelas ruas de Quaraí, Sant’Ana do Livramento e Chuí, são as inscrições em chinês em Rivera e Sant’Ana, ou ainda as mesquitas em Quaraí e no Chuí, são os beduínos acampados embaixo da ponte Mauá em Jaguarão, são pessoas com olhos puxados de etnia oriental caminhando pelas calçadas de Rivera e Sant’Ana, são inscrições em alemão em Jaguarão, inscrições em italiano em Sant’Ana, são indígenas nas ruas de Aceguá e inscrições em francês e inglês em Rio Branco, Acegua, Artigas, Rivera e Chuy; são, enfim, comunidades linguísticas minoritárias e culturas que, cada qual à sua maneira e conforme as suas especificidades, vão ocupando determinado território e delimitando seu espaço de ocupação e circulação, isto é, definindo suas territorialidades. Mesmo que por vezes seja difícil estabelecer fronteiras reais, não há dúvida sobre a existência de espaços linguísticos e culturais distintos.

Diferentemente, portanto, da noção mais genérica de “limite”, que separa uma área x de y, ou delimita x (em relação a y), o conceito de “fronteira” configura muito mais que uma linha, uma área compartilhada pelos membros de x e y. A largura dessa faixa fronteira depende do grau de abertura e de contato entre x e y. Quanto maior o trânsito/contato entre x e y, maior a largura da fronteira. Assim, enquanto o limite político definido para a fronteira é claro e abrupto, a fronteira que se forma em torno desse limite, também “nas cabeças de quem circula nesse espaço”, se alarga e amplia na mesma medida do que a define como espaço compartilhado mutuamente. Em outras palavras, enquanto o limite político da fronteira é preciso e arbitrário, o limite linguístico é feito pelos indivíduos que vivem ao longo desse limite e que nela se movimentam e interagem.

A presença de comunidades linguísticas específicas em meio à fronteira entre x e y sugere que possa haver subfronteiras entre essas comunidades de x e y, cada qual com sua territorialidade própria ou compartilhada. Os limites entre essas comunidades, especialmente em contextos urbanos, são na maioria das vezes difusos, porque o objeto que os delimita, a língua e a cultura dessas comunidades, depende da mobilidade de seus membros e da rede de comunicação que estabelecem. As marcas da paisagem linguística podem sinalizar para a presença de uma determinada comunidade linguística com sua

⁸ Conjunto de vestimentas femininas da doutrina do islã.

respectiva territorialidade. É o que veremos mais à frente, no cap.2. Antes, vejamos os aspectos sócio-históricos que levaram à formação da fronteira entre Brasil e Uruguai.

1.2 Sócio-história das oscilações da fronteira entre Brasil e Uruguai

O objetivo desta seção não é um estudo minucioso acerca da história e dos tratados que formaram a fronteira Brasil – Uruguai. No entanto, os aspectos sócio-históricos ajudam a compreender e controlar os dados sobre a atual situação linguística nessa fronteira sul-rio-grandense, daí sua relevância. Vistas as diversas implicações do conceito de “fronteira”, cabe perguntar o que essa fronteira, na qual se desenvolve o presente estudo, tem de diferente ou comum a qualquer fronteira.

Garcia (2011) explica que a disputa pela delimitação geográfica dessa região atravessou os séculos, tendo início em 1421, com uma bula papal, que concedia grande parte das novas terras e das navegações pelo Atlântico a Portugal. A conclusão desse processo pode ser fixada em 1920, com delimitação das ruas de Sant’Ana do Livramento e Rivera.

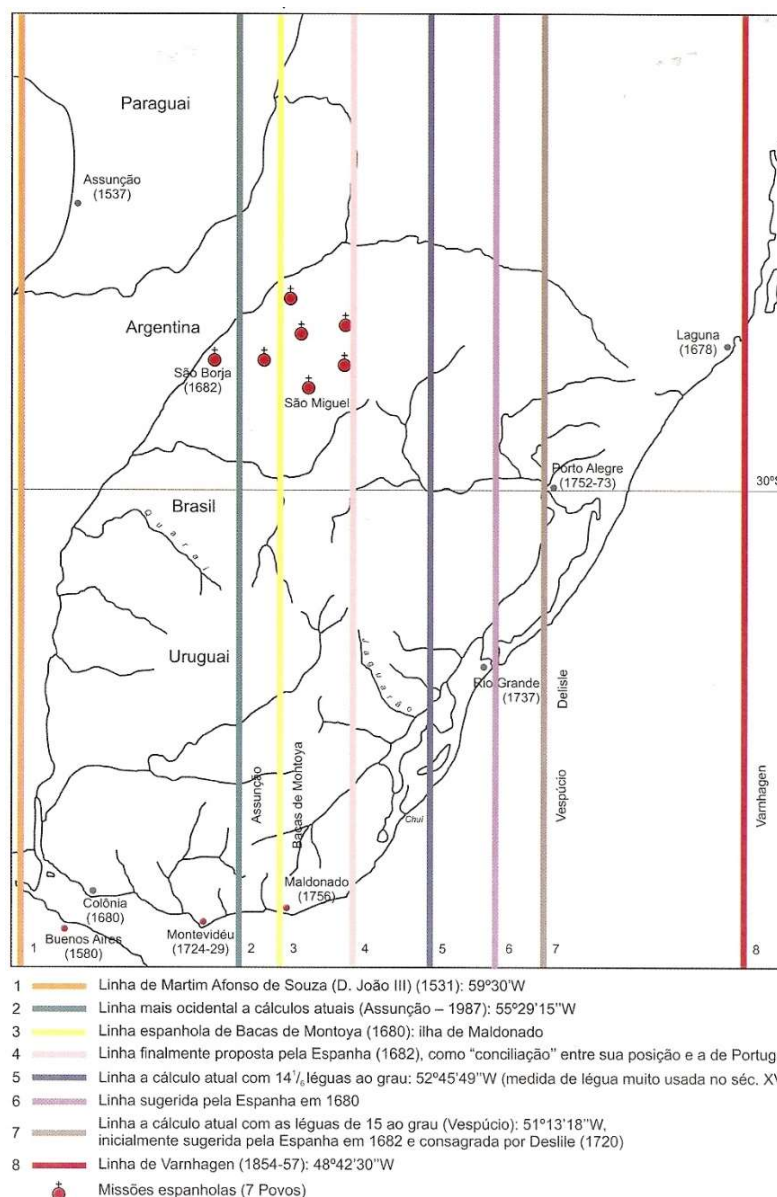
Em cinco séculos de disputa entre as coroas Portuguesa e Espanhola, foram assinados diversos tratados e bulas que ora beneficiavam Portugal, ora Espanha. Em 1479, quando a Coroa Espanhola passou efetivamente a competir com as embarcações portuguesas, houve, consoante Garcia (2011), os primeiros impasses e guerras entre ambos os países, o que levou em 1493 à assinatura da bula papal *Inter Coetera*. Essa bula, assinada pelo papa Alexandre VI, retirava o direito de Portugal sobre a exclusividade de navegação pelo Atlântico e das terras descobertas ou que viessem a ser descobertas ao sul das ilhas Canárias, concedendo tal direito à Espanha.

Insatisfeito, D. João II, rei de Portugal, decidiu mostrar por mar sua força bélica, e passou a preparar suas embarcações para guerrear. De acordo com Garcia (2011), ao saber das movimentações do país vizinho, a Coroa Espanhola decidiu resolver a questão de forma harmoniosa, e propôs com o consentimento do papa, em 1494, o *Tratado de Tordesilhas*. Esse tratado dava posse aos portugueses de tudo que se encontrasse até 370 léguas das ilhas de Cabo Verde. Garcia (2011) explica que, a partir desse tratado, começam as acusações de usurpação de terras na América do Sul, violência e grandes batalhas por parte de ambas as coroas. O *Tratado de Tordesilhas*, conforme nos conta o

historiador e diplomata, era impreciso, pois não especificava a partir de qual ilha de Cabo Verde seria feita a contagem, como tão pouco especificava o tamanho da légua, que variava de cultura para cultura, até de navegador para navegador.

Podemos observar através do Mapa 2, elaborado por Garcia (2011), o quanto era imprevisível a linha de Tordesilhas e, dependendo do ano e da Coroa que a mandasse traçar, era possível obter diversas delimitações.

Mapa 2: Os diferentes limites do Tratado de Tordesilhas, na fronteira espanhol-português



Fonte: Garcia (2011)

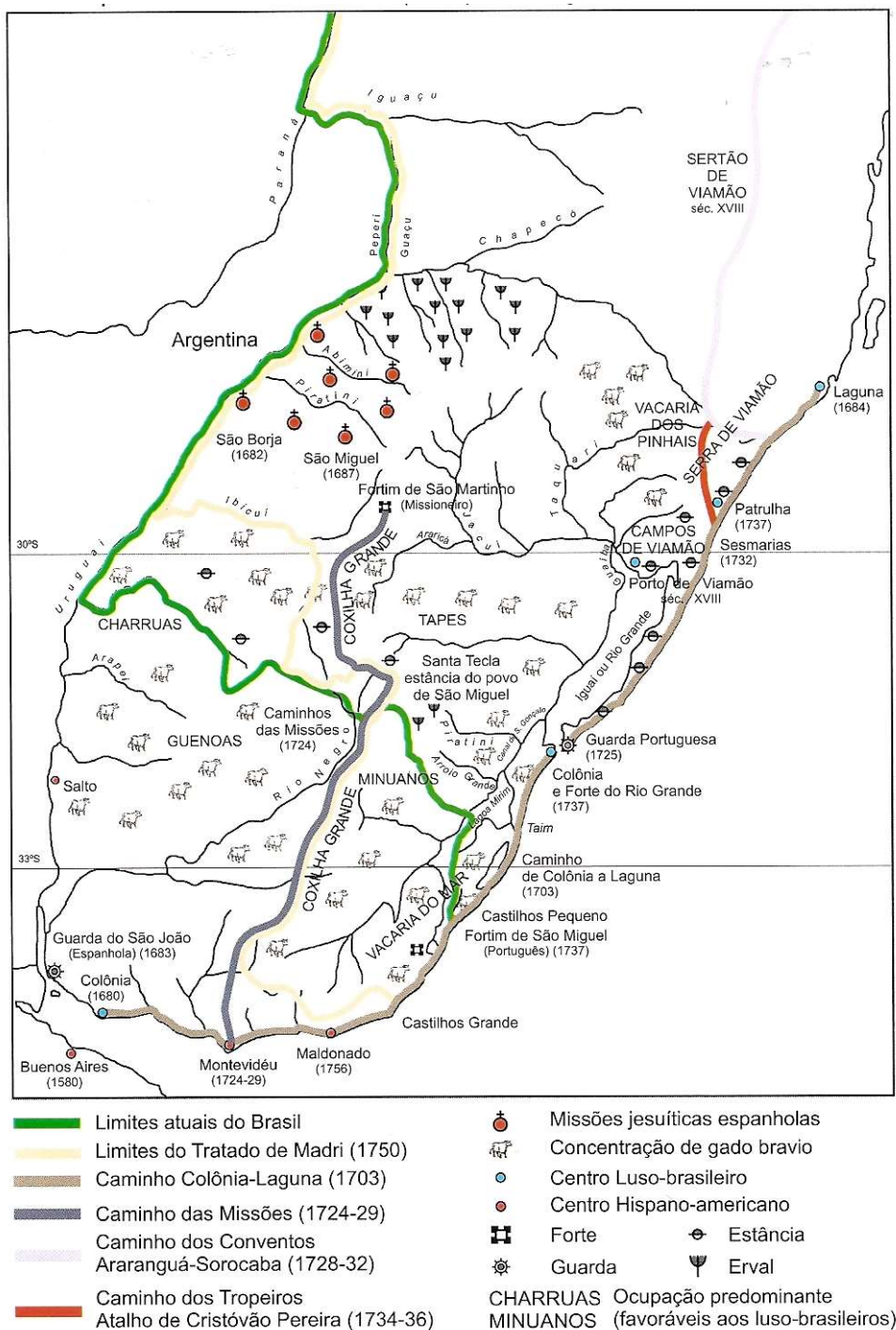
Independentemente da linha traçada, o que fica claro no tratado, ao visualizarmos o Mapa 2, é que parte do Brasil atual pertenceria à Coroa Portuguesa, e as demais terras, à Coroa Espanhola. O rei português, conta Garcia (2011: 44), tinha como fórmula de conquista das terras, o pensamento de Carlos V de que “Quem mais puder descobrir e povoar [terras] com elas ficará”. Por esse pensamento e pelo entendimento da divisão de Tordesilhas, Portugal fundou, na região do Prata, em 1680, século XVII, a Colônia do Sacramento.

Para a Espanha, a criação da Colônia em um território que acreditava ser seu, representava uma grande afronta. Assim, espanhóis e hispano-americanos passaram a disputar essas terras com portugueses e luso-brasileiros, durante anos. Como ponto de apoio para as batalhas, a Espanha fundou Montevideú, em 1724. Em parte, a Espanha vencia as batalhas e destruía a localidade de Sacramento, outras vezes Portugal resistia bravamente, assim a Colônia permutou de uma coroa para a outra até 1737, quando foi firmado o *Tratado de Paris*. Esse era um tratado provisório, conforme explica Garcia (2011), que pretendia delimitar o território sul-americano entre os reinos de Portugal e Espanha.

Ainda em 1737, e com o pensamento expansionista, portugueses e luso-brasileiros criaram a Colônia do Rio Grande de São Pedro e seguiram o povoamento até o Chuí. A coroa portuguesa conseguiu incluir esse vasto território no tratado, deixando as delimitações do Brasil parecidas com as atuais.

Com o eminente risco de a Inglaterra invadir as terras portuguesas na América, Portugal assinou, em 1750, o Tratado de Madrid, fixando os limites que conhecemos hoje. As marcas deixadas por caminhos e rotas de comunicação anteriores ainda perduram, de certo modo, no plano de fundo, como mostra o mapa a seguir, igualmente retirado de Garcia (2011):

Mapa 3: Limites do Tratado de Madri (1750) com as marcas das fronteiras oscilantes



Fonte: Garcia (2011)

O mapa acima evidencia um ponto importante na mobilidade entre um lado e outro da fronteira. Enquanto o extremo norte e sul da fronteira são delimitados respectivamente pelos rios Quaraí e Jaguarão, há na parte central o que localmente é chamado de “linha seca” e que favorece o interfluxo de pessoas, para atravessar a fronteira. Essa área

coincide com a rota da Coxilha Grande que corta a fronteira como uma coluna vertebral do centro-sul do Uruguai à Depressão Central, no Rio Grande do Sul. Pela facilidade para transitar por esse caminho, também por aí seguiram rotas comerciais, de tropeiros e de contrabando. Vale, por isso, ficar atento a possíveis marcas remanescentes dessas migrações.

Paralelo aos fatores extralinguísticos que podem estar por trás da paisagem linguística da fronteira em estudo, é preciso considerar o que dizem os estudos sobre a variação do português e do espanhol em contato nessa fronteira. E se dizem algo sobre o que se poderia chamar de “multilinguismo encoberto”. Vejamos.

1.3 Estudos linguísticos ao longo da fronteira

O espanhol, segundo Behares (2007), é a língua considerada de maior prestígio pelos fronteiriços uruguaios, considerada pela população nortenha um modo de ascensão social. Para muitos, seu acesso se dá, entretanto, através da escolarização, tendo em vista a presença do português, língua falada também pelos indivíduos brasileiros fronteiriços, nos seus mais variados graus de bilinguismo (GONÇALVES, 2013).

O português, por outro lado, é a língua falada pelos vizinhos brasileiros e língua de prestígio entre a população, falada pelos fronteiriços uruguaios remanescentes da presença lusa, quando os limites políticos da fronteira tinham um outro traçado. Sua variedade tem recebido, no senso comum, diferentes denominações (BLASER, 2003) como por exemplo *português do Uruguai* (CARVALHO, 2003), para outros *Dialetos Portugueses do Uruguai* (também DPU, cf. ELIZAINCÍN, BEHARES & BARRIOS, 1987) e ainda *Fronterizo* (RONA, 1965).

Rona foi, aparentemente, o primeiro a estudar o bilinguismo na fronteira norte do Uruguai. Em 1965, publicou *El dialecto “Fronterizo” del norte del Uruguay*, que define da seguinte forma:

Resultado da mescla do castelhano falado no Uruguai e do português falado na parte meridional do Rio Grande do Sul (...) não é nem português, nem espanhol

e com frequência parece ser inteligível tanto para os brasileiros como para os uruguaios.⁹ (RONA, 1965: 5-7)

Para Rona, o dialeto fronteiriço não se reduz simplesmente a uma influência do português sobre o espanhol, mas sim muito mais o contrário, uma influência do espanhol sobre o português. Tendo em visto que a colonização do norte uruguaio foi empreendida por portugueses, entre as décadas de 30 a 50 do século XVIII, só posteriormente, no século XIX, na década de 60, o Estado uruguaio começou a povoar programaticamente o norte do país, para ocupar a área de fronteira hispano-falante.

O mesmo Rona identifica ainda, na variedade do falar fronteiriço, pelo menos quatro variedades regionais: a *artiguense*, a *tacuarembense*, a *melense* e a *yaguaronense*. Atenho-me aqui às definições das variedades artiguense, melense e yaguaronense, por coincidirem com pontos de pesquisa desta Tese.

Na descrição de Rona, a variedade *Artiguense*

cobre a maior parte do departamento de Artigas e uma parte do departamento de Salto. O “fronteiriço castelhano” continua até o sul, penetrando também no departamento de Paysandú. Esta variedade se caracteriza pela existência de muitos elementos castelhanos no léxico, em comparação com outras variedades. Em troca, a morfologia carece da maior parte das particularidades do castelhano comum do Uruguai. É vozeante (RONA, 1965: 13-14).

Já a variedade *Melense*

A variedade melense corresponde ao Departamento de Cerro Largo em sua parte ocidental (com Melo, seu centro) e, no “fronteiriço castelhano”, a parte meridional e o norte de Treinta y Tres. Esta variedade é a que há penetrado mais profundamente no Uruguai. A ela pertence ademais, a ilhota “fronteiriça” ao sul do Lago do Rincón do Bonete. Se assemelha a variedade artiguense na abundância de palavras castelhanas e na morfologia castelhana. É vozeante. Em troca, apresenta mais traços fônicos portugueses (o som português [š] chega a entrar no Departamento de Lavalleja e a [õ] nasal até Durazno)¹⁰. (RONA, 1965: 14).

⁹ No original: “Resultado de la mezcla del castellano hablado en el Uruguay y del portugués hablado en la parte meridional de Rio Grande do Sul (...) no es ni portugués, ni español, y resulta con frecuencia ininteligible tanto para los brasileños como para los uruguayos.”

¹⁰ No original: “La variedad melense corresponde al Departamento de Cerro Largo en su parte occidental (con Melo, su cabecera) y en el “fronterizo castellano”, a la parte meridional de Cerro Largo y el Norte de Treinta y Tres. Esta variedad es la que más profundamente ha penetrado en el Uruguay. A ella pertenece, además, el islote “fronterizo” al Sur del Lago del Rincón del Bonete. Se asemeja a la variedad artiguense en la abundancia de palabras castellanas y en la morfología más bien castellana. Es vozeante. En cambio, presenta más rasgos fónicos portugueses (el sonido portugués [š] llega a penetrar en el Departamento de Lavalleja, y la [õ] nasal hasta en el de Durazno).”

Em contrapartida, em relação à variedade *Yaguaronense* afirma:

costeia o rio Jaguarão até sua desembocadura na Lagoa Mirim e, logo, a costa de dita Lagoa. Por sua extensão é a menor de todas. Têm escassos vocábulos castelhanos, mas os modos morfológicos castelhanos são abundantes. É voseante. Os traços fônicos portugueses se extinguem a poucos quilômetros da fronteira.¹¹ (RONA, 1965: 14)

Por fim, Rona conclui que um bilíngue da fronteira Uruguai-Brasil fala um espanhol genuíno e um português espanholizado, ou um português genuíno e um espanhol aportuguesado. Thun (2010b: 707) aponta na descrição de Rona “limitações empíricas e erros interpretativos” que mais se aproximariam de “construções estruturalistas” do que de resultados de dados concretos”. Ao mesmo tempo que Rona veria essa área fronteiriça como “caótica” e “instável”, estaria se permitindo reconhecer sem comprovações claras – assim a crítica de Thun – variedades delimitáveis em meio à “mistura” do espanhol e do português em contato.

Em outro estudo, de Elizaincín, Behares e Barrios (1987), intitulado *Nos falemo brasileiro: dialectos portugueses en Uruguay*, a ênfase recaiu na presença de “*dialectos*” originais do português, reunidos em torno da denominação genérica *Dialectos Portugueses do Uruguai*, também conhecida como DPU. Essa perspectiva, que mais à frente seria abandonada pelos mesmos autores em prol de uma denominação mais neutra – “português do Uruguai” (CARVALHO, 2003) – novamente segue a tendência generalizante. Para a obtenção de dados empíricos, por sua vez, utiliza-se um método interessante para prever o grau de mistura em cada localidade estudada. Thun (2010b: 708) lamenta, por sua vez, que os estímulos para a obtenção dos dados sejam elementos em espanhol, produzindo evidentemente respostas da variedade castelhana como material. Para obter dados da variedade do português, com mistura do espanhol, os estímulos teriam que ser dados em português, como ocorre no *Atlas lingüístico Diatópico y Diastrático del Uruguay* (ADDU; ADDU-Norte), desenvolvido na parceria entre Thun e Elizaincín.

¹¹ No original: “bordea el río Yaguarón hasta su desembocadura en la Laguna Merín y, luego, la costa de dicha Laguna. Por su extensión es la menor de todas. Tiene escasos vocablos castellanos, pero los modos morfológicos castellanos son abundantes. Es voseante. Los rasgos fônicos portugueses se extinguen a pocos kilómetros de la frontera.”

A terminologia utilizada por Elizaincín, Behares e Barrios (1987) emprega o termo *dialecto* no plural, buscando salientar a variabilidade interna, uma vez que o DPU falado em Rivera não seria, por exemplo, o mesmo falado em Aceguá, que por sua vez não seria o mesmo utilizado em Rio Branco, pois não há uma língua homogênea, e sim, vários dialetos da mesma.

Na definição de Elizaincín, Behares e Barrios (1987: 14), os DPU's são “formas mistas ou dialetos bilíngues de base preponderantemente portuguesa, que todavia evidenciam forte influência do espanhol”¹², como dialeto bilíngue se compreende “um sistema intermediário que surge como consequência de uma situação de contato”¹³ (ELIZAINCÍN, BEHARES e BARRIOS, 1987: 20). Trata-se, naturalmente, de uma denominação *in vitro*, criada pelos autores, que por seu lado reconhecem que a própria população fronteiriça sugere outros nomes, como *bayano*, *carimbão*, *corrupio*, *brasileiro* e *portuñol*. Esta última nomenclatura é utilizada, de acordo com os autores, por membros das camadas mais cultas da sociedade.

Para Behares (2007: 126), os DPU's têm três principais características:

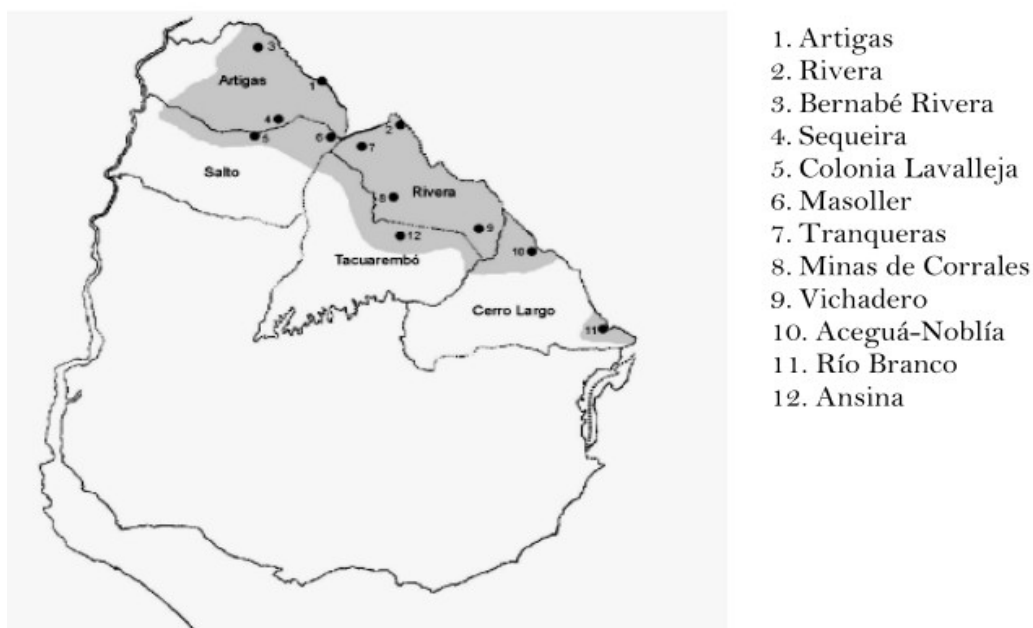
1. Os DPU são falas de base portuguesa, ou seja: são português, como qualquer outro conjunto de falas portuguesas aqui ou acolá, todas elas diferentes do português culto de língua escrita (língua *standard*).
2. Os DPU são falas instáveis e variáveis, como todas as outras falas coloquiais das regiões de fala portuguesa europeias, americanas, asiáticas e africanas. Os DPU são a língua materna de um conjunto muito amplo da população fronteiriça uruguaia, falas domésticas das famílias muitas vezes monolíngues.

Conforme Carvalho (2003) e Behares (2007), o português continua sendo a língua materna de muitos fronteiriços uruguaio e tem passado de geração a geração como uma língua de herança nos departamentos de Artigas, Rivera e Cerro Largo, na zona de fronteira e nas zonas rurais ao norte do departamento de Tacuarembó e Salto. A área de presença do português no norte do Uruguai teria, assim, a seguinte configuração apresentada no Mapa 4:

¹² No original: “formas mixtas o dialectos bilingües de base preponderantemente portuguesa, las que, sin embargo, evidencian fuerte influencia del español”.

¹³ No original: “un sistema intermedio que surge como consecuencia de una situación en contacto”.

Mapa 4: Distribuição atual do português do Uruguai no território uruguaio

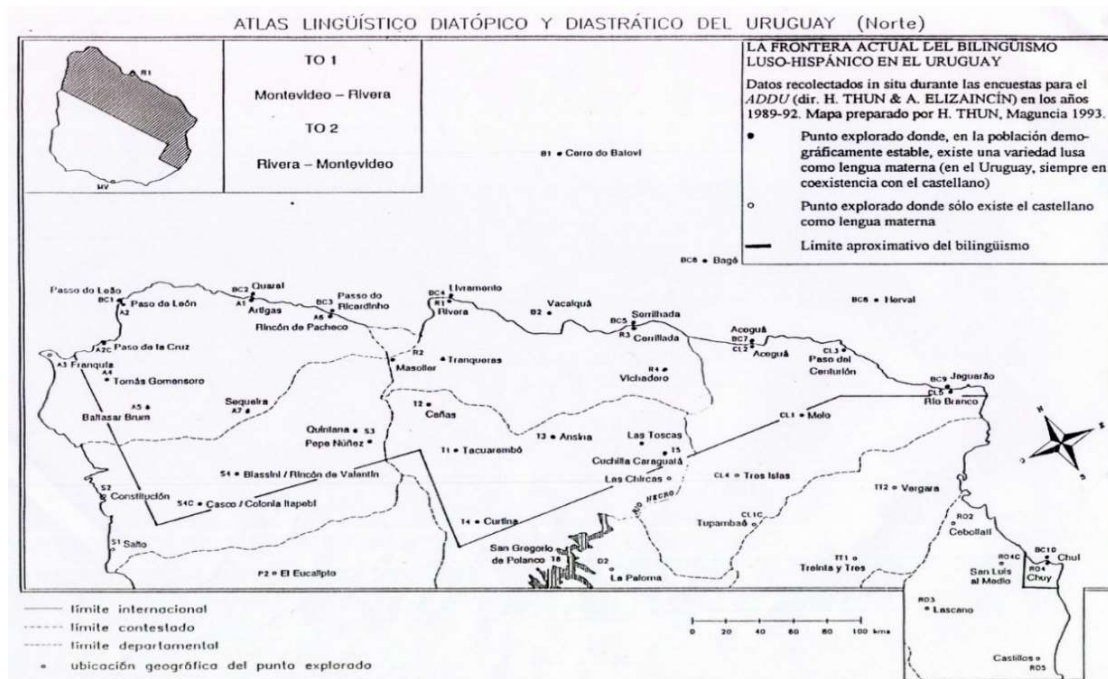


Fonte: Behares (2007: 165)

A partir dos levantamentos para o ADDU, Thun propõe o seguinte mapa da área bilíngue português-espanhol, no norte do Uruguai. Ela engloba todos os pontos do ADDU, onde ainda foram encontrados falantes de português.

Os estudos de Thun (1998, 2000b, 2010a, 2010b), na perspectiva da dialetologia pluridimensional e relacional, contribuem, neste sentido, para documentar e comprovar, por meio de uma base empírica ampla e sólida, a variação e mudança do português e do espanhol, em contato na fronteira. Segundo Thun, o que aparece na produção de fala dos informantes do ADDU muitas vezes equivale a um complexo variacional (THUN, 2010b) que engloba elementos de diferente origem e significado estilístico, derivado dos contatos linguísticos e das migrações presentes na fronteira. Ademais, quanto mais próximo do Brasil, tanto maior a influência do português (v. THUN, 2010a).

Mapa 5: Fronteira atual do bilinguismo espanhol – português no Uruguai



Fonte: Thun (2000c: 217)

Na mesma linha de Thun, Carvalho (2003) propõe que o então DPU passe a chamar-se de *Português Uruguio* (PU), por defender que o termo *dialecto* exprime um sentido pejorativo. Para a autora, o PU deve ser percebido como uma variante do português brasileiro, não uma outra língua. Behares (2007) argumenta que o PU equivale a uma variante do português: “Os DPU se mantêm dentro desse sistema fonológico [do português brasileiro]” (p. 130); “se trata de uma morfologia que, de igual maneira que a todo português brasileiro coloquial, tende à simplificação” (p.133); “a morfossintaxe dos DPU também segue as regras normais do português coloquial brasileiro” (p. 138). Caberia contra-argumentar que a fronteira coloca um componente que não aparece no conjunto do português brasileiro e que é o contato linguístico com o espanhol como língua oficial do Uruguai e língua românica de grande proximidade. É o que observa também Brovotto (2010: 28), ao afirmar que “estas variedades têm base portuguesa, é dizer que são, desde o ponto de vista linguístico, variedades do português, ainda que certamente influenciadas pelo contato com o espanhol”.

Levando em conta os estudos realizados, apresentados sem a pretensão de uma revisão bibliográfica ampla e exaustiva, em vista do objeto de estudo desta Tese, a “paisagem linguística” em meio ao plurilinguismo (encoberto) da fronteira Brasil -

Uruguai, opta-se, no presente estudo, por empregar a designação *espanhol* (es.) para se referir à língua espanhola utilizada dos dois lados da fronteira, e a designação *português* (pt.) para a variedade falada pelos brasileiros fronteiriços, designando com *português do Uruguai* (PU) a variedade falada pelos fronteiriços uruguaios. Neste sentido, entende-se o português e o PU como variedades fronteiriças respectivamente dos lados brasileiro e uruaio da fronteira Brasil - Uruguai.

Explicitado o conceito de “fronteira” e as línguas/variedades em contato no espaço fronteiriço, tendo além disso um breve panorama sócio-histórico de como se constituiu e oscilou a fronteira em estudo, cabe agora expor os fundamentos teóricos que norteiam, especificamente, os estudos de paisagem linguística. É o que objetiva o capítulo 2 a seguir.

Capítulo 2 – “AS PEGADAS DAS LÍNGUAS EM ESPAÇOS PÚBLICOS”: FUNDAMENTOS TEÓRICOS

2.1 O desenvolvimento dos estudos de “paisagem linguística”

Os estudos de paisagem linguística constituíram-se como área de pesquisa há mais de 40 anos; contudo, somente nos últimos 17 anos é que ganharam mais atenção e relevância. Trata-se de estudos de natureza essencialmente pluridisciplinar, em que os pesquisadores provêm das mais diversas áreas, como sociolinguística, linguística aplicada, estudos de comunicação, sociologia, economia, geografia social, arquitetura da paisagem, psicologia, educação e outras disciplinas. A primeira pesquisa sobre paisagem linguística de que se tem conhecimento data de 1977, quando Rosenbaum *et al.* publicaram um estudo intitulado *English on Keren Kayemet street*. Nesse estudo, Rosenbaum *et al.* (1977) examinaram os sinais gráficos e entrevistas feitos na rua Karen Kayemet, em Jerusalém. Os pesquisadores tinham como foco de investigação identificar se ocorria uma difusão da língua inglesa através das placas encontradas na rua. Com esse olhar mais atento para os sinais gráficos das ruas de Jerusalém, iniciou-se a pesquisa em paisagem linguística. Em um primeiro momento, buscou-se uma categorização da sinalização encontrada. A partir daí, os pesquisadores dividiram os sinais da rua Karen Kayemet em três categorias: nenhuma escrita românica, alguma escrita romana, mas a hebraica dominante, e a escrita romana e hebraica com igual destaque. A pesquisa de Rosenbaum *et al.* (1977) concluiu, por fim, que um terço dos signos pertencia a cada uma destas três categorias, sendo a escrita romana correspondente na maioria dos casos à língua inglesa.

Ainda que seja considerado o primeiro estudo acerca da paisagem linguística, Rosenbaum *et al.* (1977) não discutem uma definição sobre o conceito em jogo. O termo *paisagem linguística* (ing. *language landscape*; al. *Sprachlandschaft*) só foi definido 20 anos mais tarde na publicação do artigo: *Linguistic landscape and ethnolinguistic vitality: An empirical study*, de Landry e Bourhis (1997). Esse estudo está entre os mais citados

pelos pesquisadores da área, pois são Landry e Bourhis que fazem a primeira conceitualização acerca da paisagem linguística, uma definição que captura bem o objeto de estudo de paisagem linguística, pois coloca em evidência a relevância e a visibilidade que as línguas ganham em sinais comerciais e públicos, em uma determinada região ou território.

Landry e Bourhis (1997) argumentam que a paisagem linguística funciona como um marcador de poder e de *status* das línguas que circulam em uma comunidade, assumindo assim uma importante função informacional e simbólica. Os linguistas explicam que o conceito de paisagem linguística surge no âmbito da política linguística, mais precisamente no planejamento linguístico, considerando a necessidade de demarcar os territórios linguísticos e suas fronteiras através de uma regulamentação para a sinalização utilizada pelo poder público e por civis. As primeiras regulamentações surgiram na Bélgica (cf. VERDOOT, 1979 *apud* LANDRY e BOURHIS, 1997) e no Québec (cf. CORBEIL, 1980 *apud* LANDRY e BOURHIS, 1997).

De acordo com Landry e Bourhis (1997: 25), a paisagem linguística é:

A linguagem dos sinais de trânsito, cartazes publicitários, nomes de ruas, nomes de lugares, sinais de lojas comerciais e placas públicas em prédios do governo que se combinam para formar a paisagem linguística de um determinado território, região ou aglomeração urbana.”¹⁴.

Landry e Bourhis (1997) dividem os textos que estão presentes na via pública em duas categorias: informativa e simbólica. A função informativa delimita a área informando que uma língua ou grupo linguístico pode atuar na comunicação; já a função simbólica refere-se ao valor, ao *status* que a(s) língua(s) representa(m) no meio em que está/estão inserida(s). Essa definição oferecida pelos pesquisadores é de suma importância, pois são eles que dão a primeira definição à PL. Muitos estudiosos da área ainda utilizam essa conceitualização, mas é necessário reputar que vivemos em um mundo globalizado, com tecnologias que evoluem a todo instante e que resultam em modificações nas paisagens linguísticas das zonas urbanas, proporcionando um rico

¹⁴ No original: “The language of public road signs, advertising billboards, street names, place names, commercial shop signs, and public signs on government buildings combines to form the linguistic landscape of a given territory, region, or urban agglomeration.”

conhecimento da “vida real”, visto que oferece, uma linguagem autêntica em espaços dinâmicos.

Em 2003, a PL passou a ganhar notoriedade através do *Third International Conference on Trilingualism and Third Language Acquisition*, realizado em Tralee, na Irlanda, com um painel que ilustrou somente questões relacionadas à paisagem linguística. De lá pra cá, muitos foram os avanços na área. As primeiras análises centravam-se, em sua maioria, na diferenciação de estratégias *top-down* e *bottom-up*, um viés de análise do campo da política linguística, no qual o foco era identificar as sinalizações privadas, ou seja, políticas do tipo *bottom-up*, de baixo para cima, no qual a paisagem linguística é moldada pelos moradores de um determinado território; de outro lado a sinalização do governo, ou seja, uma política *top-down*, de cima para baixo, em que se pode observar como o Estado regula a língua do território em seus prédios públicos cf. GORTER, 2006, CENOZ e GORTER, 2008, SILVA, SANTOS e JUNG, 2016.

Já em 2006, Gorter buscou definir, através do dicionário, o termo *paisagem* e encontrou dois significados possíveis para o substantivo: um sentido mais literal, denotativo de que paisagem é aquilo que podemos observar de uma só vez, de um determinado ponto. E um sentido figurado, de uma imagem representando a visão do cenário natural do interior, como distinta da imagem do mar ou de um retrato. Para Gorter (2006: 1), esses dois sentidos são aplicados na PL: “o estudo literal das línguas como são usadas nos signos e, também, a representação das línguas, que é de particular importância por se referir à globalização da identidade e da cultura, à crescente presença do inglês e à revitalização de línguas minoritárias.” A partir dessa conceitualização de Gorter (2006), a PL inaugurou uma nova agenda de pesquisa, ampliando seu escopo para além da divisão *top-down* e *bottom-up*, dando atenção para as línguas minoritárias, através dos sinais gráficos encontrados nos territórios pesquisados. As pesquisas sobre línguas minoritárias em determinada paisagem linguística têm-se centrado na manutenção, ameaças, revitalização, educação, políticas linguísticas, transmissão da língua na família. Esses pontos de estudo são igualmente importantes, mas também se faz necessário olhar para a escrita dessas línguas em diferentes situações, não somente na alfabetização das línguas minoritárias, tema que tem ganhado força nos últimos anos. A pesquisa através da paisagem linguística está aí para dar um outro olhar às línguas minoritárias, um olhar dedicado à escrita dessas línguas em espaços públicos.

Nesse particular, Marten, Mensel e Gorter (2012) explicam que tão importante quanto ser ouvido é ser visto, ser visível:

[...] a pesquisa linguística da paisagem não apenas estuda os signos, mas também investiga quem os inicia, cria, coloca e lê. [...] examinar como a paisagem linguística é manipulada – consciente ou inconscientemente – para confirmar ou resistir a hierarquias e padrões de prestígio da linguagem existente ou presumida. Ele também considera maneiras pelas quais a paisagem linguística reflete ou não a demografia, o uso, as atitudes e as políticas da linguagem. Tomada neste sentido, a pesquisa linguística da paisagem claramente alimenta o estudo das comunidades linguísticas minoritárias, especialmente porque questões de poder e resistência estão no centro de sua agenda de pesquisa.¹⁵ (MARTEN, MENSEL e GORTER, 2012: 1)

Deve-se considerar também que o mundo evoluiu tecnologicamente, nesses 17 anos de pesquisa de campo, ou seja, se faz necessário analisar mais que sinais estáticos. Vivemos em um mundo de telas digitais publicitárias, nas quais textos e imagens se fundem e transformam-se em um novo anúncio, de mensagens em camisetas, carros, ônibus e trens que dizem muito sobre as pessoas que circulam na região estudada. As inovações tecnológicas e outros fatores externos, incluindo a globalização, a imigração, a revitalização das línguas minoritárias e o turismo, influenciaram o desenvolvimento de estudos de paisagem linguística em relação ao multilinguismo. Os estudos tornam-se mais significativos quando dizem respeito a conflitos e contatos entre línguas ou à mudança social. Neste sentido, Shohamy e Waksman (2009) fornecem uma visão radicalmente mais ampla da PL que inclui tudo o que existe no espaço público, até mesmo pessoas. Shohamy e Waksman mostram como esses tipos de PL podem ser usados como análises multilíngues e multimodais e aplicados para contestação, educação e ativismo. Shohamy e Waksman (2009) defendem uma visão inclusiva da PL como todos os textos situados em um espaço público em mudança. Assim, eles vão além dos textos “escritos”, baseados em signos verbais, e incluem textos, imagens, objetos, bem como seu posicionamento, no tempo e no espaço, e os seres humanos envolvidos.

Este estudo da paisagem linguística da fronteira alinha-se, portanto, às

¹⁵ No original: “linguistic landscape research not only studies these signs, but it investigates as well who initiates, creates, places and reads them. [...] how the linguistic landscape is manipulated – consciously or unconsciously – in order to confirm or to resist existing or presumed language prestige patterns and hierarchies. It also considers ways in which the linguistic landscape does or does not reflect language demographics, use, attitudes, and policies. Taken in this sense, linguistic landscape research clearly feeds into the study of minority language communities, especially since issues of power and resistance are at the heart of its research agenda.”

preocupações e contribuições de Landry e Bourhis (1997), Gorter (2006) e Shohamy e Waksman (2009), reconhecendo a constatação fundamental de que estamos rodeados por textos e de que a linguagem escrita está presente de várias formas, no nosso dia a dia. Esse representa um ponto-chave, comum entre esses autores. Vale acrescentar que, nos últimos 17 anos, a pesquisa sobre PL evoluiu muito e que a primeira conceitualização dada por Landry e Bourhis (1997), embora ainda possa ser aplicada, precisa ser repaginada, de modo que tenhamos uma visão ampliada, como enfatizam Shohamy e Waksman (2009), incluindo na análise da PL todo tipo de texto existente no espaço público. Para o presente estudo de Doutorado, consideramos por isso, na análise, todo tipo de sinais gráficos, estáticos e em movimento, adesivos em carros, ônibus, grafites, pichações e tudo que forma parte do espaço fronteiro entre Brasil e Uruguai.

Para Cenoz e Gorter (2008), o plurilinguismo é considerado um recurso muito importante para compreensão mútua os linguistas consideram a Europa como um exemplo de plurilinguismo, mas alertam que a diversidade linguística existente no continente europeu é pequena, se comparado a outros continentes. Contudo o contexto da diversidade linguística europeia vem sendo transformado com a chegada de imigrantes e refugiados que têm como principais línguas o árabe, o berbere, o turco, o curdo, o hindi, o punjabi e o mandarim. Esse fenômeno é também observado ao longo da fronteira Brasil-Uruguai. Como alertamos no início desta Tese, engana-se quem pensa que, “por essas bandas do pampa”, circulam somente o português e o espanhol. Embora não seja um território cosmopolita, essa fronteira sul-americana está na rota de diversos migrantes, oriundos de diversos países, pelos mais diversificados motivos. As principais línguas que circulam nesse espaço fronteiro, pode-se antecipar, são o árabe, o chinês, o italiano, o alemão, francês, japonês e o inglês, além claro do português e do espanhol, bem como do portunhol como “língua de mescla”.

Em uma fronteira em que línguas diversas compartilham um espaço de interação e contato linguístico constante, cai por terra o mito de “um estado, uma língua”, como se acredita muitas vezes, no senso comum, assim como também na própria pesquisa, quando se faz generalizações ou se simplifica a complexidade que a “babel” da diversidade linguística impõe ao pesquisador. Vivemos em um mundo plurilíngue. Basta olhar para o lado e verificar a paisagem linguística ao seu redor.

De modo geral, pode-se identificar sete diferentes perspectivas na abordagem de

paisagens linguísticas, consideradas nos estudos:

1- **O desenvolvimento da diversidade linguística e cultural:** essa perspectiva vem se confirmando através da análise dos textos em via pública, envolvendo uma grande diversidade de línguas. Os estudos em paisagem linguística comprovam, nessa perspectiva, o desenvolvimento do plurilinguismo em diversos territórios, segundo o contexto sociolinguístico de cada territorialidade observada.

2- **O desenvolvimento do inglês como língua internacional:** essa é uma perspectiva de pesquisa desde 1977, com Rosenbaum *et al.*, como mencionamos no início deste capítulo. A utilização do inglês na via pública pode ser analisada por dois aspectos. O primeiro aspecto é de caráter informativo e direcionado a turistas. Contudo, Piller (2001, 2003) mostra que o inglês tem alcançado um aspecto simbólico muito importante para quem não é falante de inglês. Segundo o pesquisador, ao identificar um anúncio em inglês, valores como a modernidade, internacionalização, êxito, sofisticação ou diversão são ativados pelo leitor/consumidor. A utilização do inglês está diretamente associada à globalização que estamos vivenciando. Não devemos esquecer que essa globalização e supervalorização do inglês traz problemas de identidade e poder, e, em alguns casos, pode se constituir em uma ameaça às línguas, como mostram as pesquisas de Skutnabb-Kangas (2000) e Phillipson (2003).

3- **As diferenças entre os rótulos e textos oficiais *top-down* e privados *bottom-up*:** Desde os primeiros estudos de paisagem linguística, de Landry e Bourhis (1997), costuma-se dividir a sinalização da via pública em textos *top-down*, ou seja, de cima para baixo, que englobam textos oficiais, com rótulos que demonstram a representatividade das línguas regidas e organizadas pelos Estados em seus prédios e placas na via pública, de responsabilidade do Estado. De outro lado, encontram-se os textos do tipo *bottom-up*, ou seja, de baixo para cima, e que envolvem textos privados de responsabilidade da população de um determinado território. Esses rótulos são, em nossa opinião, de grande valor para conhecer as territorialidades linguísticas de um determinado lugar, de descobrir novas comunidades linguísticas.

4- **Os efeitos da política linguística:** o intuito desse tipo de pesquisa é verificar como os Estados agem em relação às línguas de um território. No caso da região de presença da população basca, comunidade autônoma da Espanha, em que a paisagem linguística é utilizada para manter e revitalizar a língua euskera, juntamente com o

espanhol. Há casos em que há conflito entre a língua majoritária e a língua minoritária, como ocorreu por muito tempo com as línguas de imigração no Brasil, em especial com o italiano e o alemão, que sofreram uma série de perseguições na política de nacionalização da era Vargas, na década de 1930.

5- O estudo das relações econômicas na paisagem linguística: esta perspectiva utiliza métodos de valorização econômica por meio da paisagem linguística, levando em consideração estudos econômicos ambientais e ecológicos, como o de Nunes e De Blaeij (2005), que fazem uma estimativa do valor total da presença de diferentes línguas na paisagem linguística. Consideram, para isso, os valores de uso e não uso que podem supor um benefício para as pessoas que olham diferentes línguas na paisagem linguística.

6- Aquisição de segundas línguas: essa perspectiva analisa quando a paisagem linguística serve como motivação e *input* para que o aluno queira aprender uma língua estrangeira, ou seja, a paisagem linguística pode funcionar como uma estratégia de motivação de aprendizagem não formal.

7- A educação bilíngue e plurilíngue: nessa perspectiva, o estudo da paisagem linguística pode contribuir com o desenvolvimento do multiculturalismo e do plurilinguismo, ou melhor, a uma “consciência plurilíngue” (BROCH, 2014), na escola e na sociedade (ALTENHOFEN, 2017).

Como se vê, a área de PL apresenta uma agenda de pesquisa bastante diversificada. Nesta Tese, dispõe-se de dados e material para analisar todos esses sete tópicos. Como a ênfase recai nos espaços de alcance público, portanto na sociedade da fronteira, focar-se-á inicialmente os tópicos 1 a 5, não, porém, sem as adequações necessárias devido às limitações impostas pelo momento de pandemia da Covid-19 e pelas próprias condições de realização da pesquisa, inerentes ao Doutorado. O olhar para o mapeamento linguístico da fronteira Brasil–Uruguai e para a relação da paisagem linguística com seu entorno necessariamente atende ao propósito fundamental de busca de um entendimento, como se dá a correlação entre comunidades de falantes e a paisagem linguística, isto é, como a PL reflete comportamentos linguísticos de falantes e comunidades, no sentido denotativo e figurado, como se viu acima.

Dessa forma, coloca-se uma pergunta central, a considerar na descrição da paisagem linguística da fronteira Brasil–Uruguai:

1) Quais outras línguas além do português e do espanhol são usadas como línguas de comunicação nessa fronteira?

Caminhando pelas ruas da fronteira Brasil – Uruguai, encontra-se uma infinidade de sinais, muitos em inglês, a maioria em português e/ou espanhol, em que entretanto sempre há a possibilidade de observar mais de duas línguas. As línguas minoritárias também estão representadas graficamente nas paisagens linguística, dessa fronteira, mas em menor número. Nesse particular, não se pode esquecer das línguas autóctones, ou seja, das línguas indígenas, em grande parte invisíveis, porque dificilmente aparecem representadas, graficamente, nessa paisagem.

O fato é que, do final do século XIX para cá, houve um aumento exponencial da publicidade nos países industrializados, e essas publicações costumam ser multilíngues, com predominância da língua inglesa, que é a língua franca do mundo globalizado em que vivemos. Olhando as fotos de ruas comerciais da fronteira Brasil – Uruguai de 75 anos atrás, é possível perceber que o número de sinais linguísticos aumentou significativamente. Comparem-se as fotos das ruas comerciais da cidade de Rivera, do lado uruguaio, no ano de 1946 e, mais recentemente, nos dados desta pesquisa, 74 anos depois.

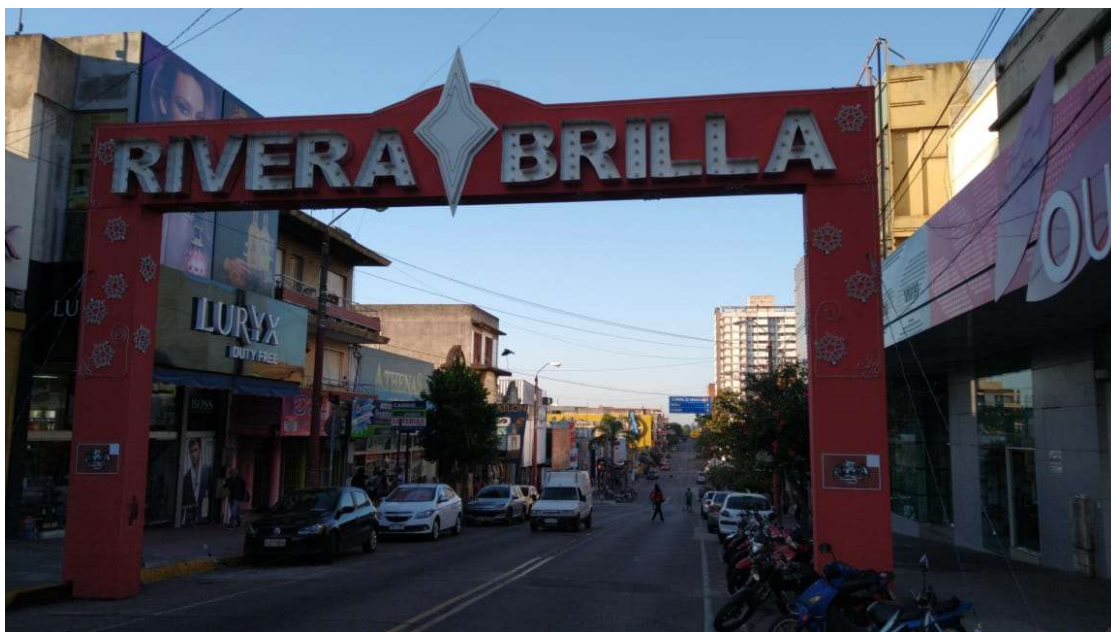
Fig. 1: Foto ilustrativa da Rua Sarandi, em Rivera, 1946



Fonte: <https://i.pinimg.com/originals/01/43/ee/0143eedcb763717d91c3bc443be3fd3d.jpg>.
Acesso em: 12 set. 2020

Nesta foto de 1946, é possível identificar algumas poucas placas e cartazes colados no poste, à direita da fotografia. Essa paisagem se altera nos dias atuais, 74 anos depois, com uma paisagem linguística bastante modificada. Há, como se pode observar a seguir, muito mais sinais visuais, com letras em várias fontes e tamanhos diversificados.

Fig. 2: Foto ilustrativa da Rua Sarandi, em Rivera, em 2020



Fonte: Foto Dania Gonçalves. Fevereiro 2020

Conforme Cenoz e Gorter (2008), costuma-se controlar, em materiais de publicidade, alguns elementos básicos, como: título, ilustração, corpo de texto (texto principal), *slogan*, nome do produto e detalhes permanentes (por exemplo, endereço da empresa). É importante considerar todo esse conjunto de elementos quando tratamos da análise da paisagem linguística, visto que as situações plurilíngues agregam o elemento fundamental das línguas utilizadas em cada unidade de análise. Diversos estudos sobre paisagem linguística, que se baseiam essencialmente em análises quantitativas, fazem uso dos sinais codificados, para mapear a distribuição das línguas, em determinado território.

Como consequência da inserção crescente da escrita nos espaços públicos, vem aumentando consideravelmente o interesse pelos estudos de paisagem linguística. A predominância de informação visual, e de sinais gráficos, mais do que nunca torna esse processo inevitável. Contudo, sendo ainda uma área de estudo relativamente recente, é natural que ainda haja muitos aspectos de ordem teórica e, sobretudo, metodológica a

ajustar. Há, portanto, algumas críticas a esses estudos que cabe considerar. Vejamos a seguir.

2.2 Críticas à paisagem linguística

Além de representar um campo de pesquisa relativamente novo em crescimento nas áreas de sociolinguística e de linguística aplicada, o estudo da paisagem linguística pode ser visto como um campo fácil de ser pesquisado. Hoje em dia, as câmeras fotográficas e até mesmo os *smartphones* permitem fotografar e armazenar um incontável número de fotos. Contudo, Gorter (2006) alerta com razão que uma grande quantidade de fotografias pode levar a problemas metodológicos. Ainda não existe uma metodologia clara e precisa para a área.

Para Puzey (2012), a ligação entre a paisagem linguística e a situação sociolinguística das línguas é de natureza bidirecional, tendo em visto que a paisagem linguística pode influenciar e refletir o poder e o *status* de diversas línguas. Puzey aprofunda os aspectos dessa relação bidirecional, através da análise de políticas linguísticas, utilizando como dados a PL de três países europeus: Noruega, Escócia e Itália. Cabe ressaltar que a paisagem linguística não está restrita aos espaços de domínio público, mas sim, a todos os contextos em que a língua escrita está presente, o que aumenta consideravelmente o volume de dados produzidos na localidade pesquisada. Uma das características predominantes dos estudos em paisagem linguística é captar as políticas linguísticas adotadas pelas comunidades estudadas.

De acordo com Spolsky (2006, *apud* PUZEY, 2012), as políticas linguísticas possuem três componentes: crenças, gestão e práticas. As crenças de uma língua resumem-se aos valores que os falantes associam a diferentes códigos linguísticos, variedades e escolhas linguísticas. O gerenciamento de línguas envolve intervenção dirigida, especificamente destinada a alterar ou reforçar a situação linguística. Essa intervenção poderia ser realizada pelas autoridades, instituições, empresas privadas, grupos de interesse ou indivíduos. Por fim, as práticas de linguagem compõem o exercício real do uso da linguagem em uma sociedade. De particular interesse nas práticas linguísticas são as várias escolhas que os indivíduos fazem entre diferentes palavras, sons, estruturas gramaticais, códigos ou idiomas.

Shohamy (2006, *apud* PUZEY, 2012) inspira-se na tríade de Spolsky (2006) e acrescenta ainda um quarto elemento à composição das políticas linguísticas: o mecanismo. Os mecanismos são as políticas linguísticas reais *versus* as políticas linguísticas declaradas. Elas podem divergir ou estar em consonância, muito embora a política linguística “formal”, ou seja, aquela que é declarada de forma oficial, faça parte do processo de construção da situação “real”, ou seja, do que encontramos no dia a dia.

Puzey (2012) destaca a distinção entre motivações *top-down* e *bottom-up*, na paisagem linguística. Enquanto uma orientação *top-down* serve para caracterizar elementos da paisagem linguística produzidos pelo Estado, uma motivação *bottom-up* é, normalmente, empregada por empresas privadas e pelos indivíduos. Uma paisagem linguística *top-down* pode ser analisada, assim, sob a ótica das gestões e práticas de Spolsky (2006), nem sempre os mecanismos de uma política linguística declarada são os que são encontrados na paisagem linguística real. É importante ressaltar que, no Uruguai, conforme a Lei Geral nº 18.437, art. 40, inciso 5:

La educación lingüística tendrá como propósito el desarrollo de las competencias comunicativas de las personas, el dominio de la lengua escrita, el respeto de las variedades lingüísticas, la reflexión sobre la lengua, la consideración de las diferentes lenguas maternas existentes en el país (español del Uruguay, portugués del Uruguay, lengua de señas uruguaya) y la formación plurilingüe a través de la enseñanza de segundas lenguas y lenguas extranjeras.

Isso significa que o português é considerado uma das línguas maternas do Uruguai, enquanto no Brasil, apesar das políticas de cooficialização, ainda se reproduza o mito de que vivemos em um país monolíngue, em que se fala somente o português.

Para Puzey (2012), há uma ligação muito forte entre paisagem linguística e identidade linguística. Essa relação torna-se mais clara quando vemos o uso de línguas minoritárias na PL, o que mostra que existe um sentimento afirmativo ou antagônico em relação ao nacionalismo, micronacionalismo ou regionalismo. Por esse motivo, é importante considerar a relação entre a perspectiva *top-down* e *bottom-up*. Enquanto o primeiro domínio reflete como as autoridades gostariam que uma região fosse representada, é o alinhamento *bottom-up* que revela quanto essas determinações são aceitas pela sociedade. Deste modo, ao analisar uma paisagem linguística, cada detalhe importa, principalmente os nomes, pois esses nomes desempenham uma função de identidade e melhoram o que Landry e Bourhis (1997: 25) chamam de “vitalidade

etnolinguística subjetiva”, isto é, o modo como se enobrece o *status* das línguas e como ajuda a conceber uma positividade nas crenças linguísticas, o que poderia proporcionar um certo equilíbrio entre línguas majoritárias e minoritárias.

2.3 Transnacionalismo e identidade linguística

Cano (2005) e Vertovec (2009) chamam a atenção que o interesse no transnacionalismo aumentou significativamente na área das ciências sociais, nos últimos anos, principalmente considerando ligações políticas, econômicas e sociais entre as pessoas, lugares e instituições que atravessam fronteiras e abarcam o mundo. Vertovec analisa a expansão do transnacionalismo, em resumos de uma base de dados nas ciências sociais, por meio do uso das palavras-chave “transnacional” e “transnacionalismo”. Os dados identificados são surpreendentes, visto que, enquanto na década de 1980, Cano (2005) encontra apenas 95 artigos com essas palavras-chave, o número aumenta para 817 textos, entre 1998-2003.

Cano (2005) explica que o aumento do interesse no transnacionalismo é paralelo ao interesse científico pela globalização. Vertovec (2009) complementa que a globalização implica uma crescente extensão e impacto da interconexão global em diversos domínios humanos, como na melhoria das tecnologias e das telecomunicações, bem como dos transportes. No entanto, Vertovec (2009) alerta que, embora o mundo globalizado tenha aproximado as pessoas, ele ainda não está totalmente integrado e não há fronteiras.

Vertovec (2001) relembra que, no final do século XIX, início do século XX, a comunicação entre migrantes e suas famílias era mais difícil, pois se realizava através de cartas. Contudo, o advento da internet, no início dos anos de 1990, foi uma “força” que ajudou a transformar a diversidade social, linguística e cultural da sociedade. Em seu artigo de 2010, Vertovec já reconhecia que os avanços tecnológicos estavam transformando as conexões transfronteiriças realizadas pelos migrantes. A comunicação dos migrantes com seus países de origem e suas famílias ficaram, então, mais rápidas e baratas em relação às viagens, mobilidade e ligações telefônicas. Além disso, a conectividade com a *internet* e a televisão a cabo fizeram com que os grupos dispersos pudessem manter contato diário ou eventuais em suas terras e outros locais da diáspora.

Vertovec (2001: 573) ressalta que o termo *transnacionalismo* invoca diversos tipos de conexões globais ou transfronteiriças de migrantes ou grupos étnicos dispersos. Ele também está relacionado ao termo *identidade*, que, segundo o mesmo Vertovec, se justapõe ao termo anterior, pois, se, de um lado, “as redes transnacionais de muitas pessoas se baseiam na percepção de que eles compartilham alguma forma de identidade comum, muitas vezes baseada em um local de origem e os traços culturais e linguísticos associados a ela”¹⁶ (VERTOVEC, 2001: 573), por outro lado, “as identidades de indivíduos e grupos específicos de pessoas são negociadas dentro de mundos sociais que abrangem mais de um lugar”¹⁷ (VERTOVEC, 2001: 573). Assim, é possível conceber o que Vertovec (2001: 574) chama de “comunidades transnacionais”, definidas como redes criadas pelos imigrantes em busca de progresso econômico e social. Os participantes dessas redes, geralmente, são bilíngues e frequentemente mantêm residência no país de migração e no de origem, movem-se entre distintas culturas e buscam interesses políticos, econômicos e culturais nos dois países.

Vertovec (2009) interpreta o transnacionalismo como uma manifestação da globalização, tal como a globalização, envolve processos e resultados múltiplos e desordenados. Ainda conforme Vertovec, o significado do transnacionalismo baseou-se de diversas formas em premissas conceituais indiscutivelmente distintas, entre as quais seis merecem destaque: a morfologia social, o tipo de consciência, o modo de reprodução cultural, a avenida de capital, o local de engajamento político e a (re)construção de um “local” ou localidade.

Com relação à *morfologia social*, pode-se dizer que é o momento no qual o transnacionalismo recebe mais atenção por parte de sociólogos e antropólogos, que estão preocupados com a formação social abrangendo fronteiras. Segundo Vertovec (2009), o foco está nas diásporas étnicas e tem como objetivo compreender as formas e dinâmicas do transnacionalismo. Uma das características da diáspora como forma social, conforme o autor, é a “relação tríade” entre 1) grupos étnicos globalmente dispersos, mas coletivamente autoidentificados; 2) estados territoriais e contextos, onde esses grupos

¹⁶ many peoples’ transnational networks are grounded upon the perception that they share some form of common identity, often based upon a place of origin and the cultural and linguistic traits associated with it.

¹⁷ the identities of specific individuals and groups of people are negotiated within social worlds that span more than one place.

residem; e 3) estados e contextos da pátria, de onde esses grupos ou seus antepassados vieram. Para Vertovec (2009), por meio dessa tríade, estão se transformando muitos tipos de relações sociais, culturais, econômicas e políticas, permitindo, assim, que as comunidades transnacionais se sustentem, graças às diversas formas de organização social, de mobilidade e de comunicação.

Vertovec (2009) explica que, além das diásporas mais antigas e das populações de migrantes mais novas, que têm formado as comunidades transnacionais, há redes sociais ilegais e violentas que também operam de modo transnacional. Segundo Vertovec, por exemplo para o departamento de defesa dos Estados Unidos, essas comunidades ilegais englobam terroristas, insurgentes, facções que realizam guerras civis fora de seu país de origem e grupos criminosos, de modo geral. As atividades desses grupos incluem tráfico de drogas, pornografia, armas e materiais nucleares, que requerem medidas e estruturas transnacionais para combatê-las.

Nesse contexto, há que acrescentar ainda o *tipo de consciência*. Trata-se de uma discussão, no âmbito dos estudos culturais, que aborda a consciência da diáspora, que pode ser marcada por identificações duais ou múltiplas. Segundo Vertovec (2009), há migrantes que se identificam mais com uma sociedade do que com outra, ou seja, identificam-se mais com sua sociedade de origem do que a do país que as recebe, ou vice-versa, ou habitam-se mais com a nova sociedade do que com a de onde saíram. No entanto, identificar-se com somente uma ou outra parece ser a exceção; na percepção de Vertovec (2009), a maioria dos migrantes parece manter múltiplas identidades, que se relacionam simultaneamente a mais de uma nação.

Para Vertovec (2009: 6), “a consciência da multilocalidade estimula o desejo de conectar-se com os outros, tanto ‘aqui’ quanto ‘lá’, com quem compartilha as mesmas ‘rotas’ e ‘raízes’.”¹⁸. Isso implica que os vínculos transnacionais não necessitem mais ser calcados na migração ou em reivindicações territoriais exclusivas. De acordo com Vertovec (2009), na era do mundo digital, uma comunidade pode ser (re)criada, mantida unida através da mente, ou através de artefatos culturais ou ainda de uma imaginação compartilhada.

¹⁸ No original: “The awareness of multi-locality stimulates the desire to connect oneself with others, both ‘here’ and ‘there’ who share the same ‘routes’ and ‘roots’.”

Neste sentido, o *modo de reprodução cultural* diz respeito à maleabilidade de estilos construídos, práticas cotidianas e instituições sociais a que o transnacionalismo é associado. Conforme Vertovec (2009), as ações são descritas como creolização, bricolagem, tradução cultural e, também, hibridez. Citem-se como exemplos a moda, o cinema, a música e as artes visuais. Vertovec salienta que esses fenômenos culturais híbridos costumam se originar em novas etnias, ou seja, em uma juventude transnacional, que cresceu em meio a diferentes campos culturais.

Para Vertovec (2009: 7), “entre esses jovens, as facetas da cultura e da identidade são, muitas vezes, selecionadas de forma autoconsciente, sincretizadas e elaboradas a partir de mais de uma herança.”¹⁹ Um dos canais para buscar esse fluxo de fenômenos culturais e a consequente transformação da identidade é a mídia, seja por meio de uma mídia de *transnacionalismo microelectrónico*, representada por boletins eletrônicos e pela *internet*, seja por meio de uma mídia de literatura diaspórica, que faz uma reprodução cultural entre as comunidades transnacionais, seja, por fim, uma mídia televisiva, que investe em determinados canais, visando, diásporas étnicas ou religiosas específicas. Vertovec (2009) cita como exemplo desses programas televisivos o *Med TV* para Curdos, *Zee TV* para Indianos.

De interesse de economistas, sociólogos e geógrafos, que visam, estudar as corporações transnacionais, a análise de *avenida de capital* pode ser especialmente reveladora, como salienta Vertovec (2009), por contribuir para a compreensão da globalização e das práticas transnacionais. Essas corporações são formadas por empresas que abrangem todo globo terrestre e que, por vezes, abrem mão de suas origens nacionais, pelo fato de terem atividades de abastecimento, produção, comercialização, investimento, transferência de informação e gestão espelhadas pelo mundo.

Além dessas grandes empresas, Vertovec (2009) destaca os pequenos empreendedores, que são aqueles que formam a maior parte das comunidades transnacionais, e que transferem aos seus países de origem, anualmente, cerca de US\$ 300 bilhões de dólares. De acordo com o autor, várias economias nacionais dependem desses envios feitos pelos migrantes aos seus países, como é o caso das Filipinas, do

¹⁹ No original: “Among such young people, facets of culture and identity are often self-consciously selected, syncretized and elaborated from more than one heritage.”

Paquistão e de muitos países latino-americanos.

Seguindo os diferentes fatores que moldam a face do transnacionalismo, considera-se no *engajamento político* aspectos como a melhoria da comunicação, a divulgação de informações, publicidades, *feedback*, mobilização, participação pública e estrutura política das organizações intergovernamentais para os migrantes. A maioria dessas atividades, segundo Vertovec (2009), são realizadas por ONG's, como a Cruz Vermelha Internacional. Essas instituições têm aumentado, significativamente, e sendo as dimensões transnacionais um reflexo da capacidade de distribuir e fornecer recursos. Um exemplo é dado pelas Organizações Transnacionais de Movimento Social (TSMO's), que procuram mudar o *status quo* do migrante em vários níveis.

Vertovec (2009) explica que as TSMO's são de natureza transfronteiriça e equivalem a ONG's que se preocupam com os direitos humanos e com o meio ambiente. Para tanto, cita o estudo de Smith (1997), que faz um levantamento de 631 TSMO's, entre as quais 27% estão explicitamente preocupadas com os direitos humanos, 14% com o meio ambiente, 10% com os direitos das mulheres, 9% com a paz, 8% com a “ordem mundial”, 5% com o desenvolvimento econômico e 5% com a autodeterminação / étnica.

Por fim, a *(re)construção de local ou localidade* está ligada, consoante Vertovec (2009), à criação de entendimentos translocais, relacionados à mobilidade humana, às telecomunicações, aos filmes, à tv a cabo e à internet. Vertovec (2009) explica que alguns pesquisadores defendem que o transnacionalismo mudou a relação das pessoas com o espaço, desenvolvendo “campos/espços sociais” transnacionais que ligam os indivíduos a mais de um país. Isso se deve, conforme o autor, à crescente discordância entre território, subjetividade e movimento social coletivo, principalmente devido à força e forma de mediação eletrônica, entre bairros físicos e virtuais.

Para Vertovec (2009), essas seis premissas conceituais – a morfologia social, o tipo de consciência, o modo de reprodução cultural, a avenida de capital, o local de engajamento político e a *(re)construção de* local “ou localidade – tornaram-se as formas fundamentais para compreender as práticas contemporâneas, nas ciências sociais. Se até a década de 1920 as pesquisas desenvolviam-se em torno de como os migrantes adaptavam-se ao local de imigração, as pesquisas de 1990 para cá focam-se prioritariamente na mudança transnacional que, de modo crescente, privilegia os fluxos de pessoas, bens, informações e símbolos desencadeados pela migração internacional.

A abordagem do transnacionalismo tem, por outro lado, também sofrido críticas. Vertovec (2009) alerta para alguns vícios e equívocos nas pesquisas sobre o transnacionalismo. A primeira crítica diz respeito à confusão conceitual e ao uso excessivo do termo *transnacionalismo*, pois, para o autor, o conceito é utilizado, por vezes, de forma errônea, como sinônimo de *internacional*, *multinacional* ou *global*. Outro erro comum, explica Vertovec (2009), é a insinuação que costuma acompanhar muitos estudos, para que todos os migrantes se envolvam no transnacionalismo.

Uma segunda crítica, relacionada ao frescor do conceito de “transnacionalismo” é a que questiona até que medida as pesquisas sobre transnacionalismo poderiam ser consideradas novas, visto que se trata de um conceito antigo. Para Vertovec (2009), a vitalidade do transnacionalismo está no fato de se reinventar no mundo contemporâneo em que vivemos e de representar uma espécie de “conceito guarda-chuva” que se adapta a diversas situações.

Outro ponto levantado é que pesquisa e teoria não problematizam adequadamente a diferença entre processos e fenômenos transnacionais, transestatais e translocais. Além disso, igualmente digno de crítica, segundo Vertovec, é a relação que se faz, muitas vezes, com os conceitos de “nação” e “nacionalismo”, quando se sugere, por exemplo, que a abordagem transnacional privilegia a “nação”, ao invés de ultrapassar o modelo do estado-nação, na ciência social, e assim reforçá-la.

Para Vertovec (2009), essas críticas surgem pelo fato de o transnacionalismo estar alicerçado em várias atividades transnacionais heterogêneas e em um trabalho muito mais conceitual no que se refere à pesquisa e à análise da migração. Por ser um campo que tem dedicado atenção a um desenvolvimento conceitual, De Fina e Perrino (2013) trazem uma ampliação do conceito de “transnacionalismo”. As autoras defendem que novas interações entre centro e periferia, ou uma mobilidade em busca de uma vida melhor, ou mesmo para fins estudantis, em outras localidades, são aspectos que também fazem parte desse movimento de transnacionalismo. As linguistas ampliam o escopo de pesquisa, saindo da questão de que somente os migrantes podem fazer esse movimento de transnacionalismo.

Vale, por fim, salientar, juntamente com De Fina e Perrino (2013), que a pesquisa de cunho transnacionalista tem por objetivo uma reflexão crítica da linguagem e da identidade. Essa reflexão baseia-se na distinção dualista entre micro e macro, através da

introdução de diferenças escalares. Envolve também a crítica de uma visão das comunidades de fala como relativamente homogêneas, compartilhando repertórios e crenças culturais e vinculadas a locais específicos; a ênfase na tensão entre homogeneização e diferenciação em práticas de linguagem, ideologias de linguagem e identidades. Além disso, envolve a reavaliação crítica de uma concepção padrão de linguagens como códigos bem definidos, que podem ser facilmente separados uns dos outros e que estão ancorados em comunidades de fala distintas e delimitadas.

Por fim, Vertovec (2001, 2007, 2009, 2010) defende, ainda, que as pessoas, atualmente, vivem em mundos sociais “esticados” ou em lugares com dois ou mais estados-nação. Em virtude disso, elas encarnam o transnacionalismo de tal modo que se dispõem a “tecer suas identidades coletivas de múltiplas afiliações e posicionamentos e vincular sua pertença transversal com vínculos complexos e lealdades múltiplas para questões, povos, lugares e tradições para além dos limites de seus estados-nação residentes”²⁰ (VERTOVEC, 2001: 580).

O interessante do transnacionalismo, visto nessa seção, é o alargamento conceitual que De Fina e Perrino (2013) propõem, ampliando as pesquisas para além dos migrantes. Se o transnacionalismo é uma manifestação do mundo globalizado, é pertinente pensar que esse fenômeno ocorre em todas as escalas, tanto no âmbito macro, numa cidade cosmopolita como Londres, que recebe um grande fluxo de migrantes, por exemplo, quanto numa perspectiva micro, por exemplo em cidades da fronteira entre Brasil - Uruguai. Embora essas cidades não sejam cosmopolitas, são municípios com fluxos de pessoas, de línguas, de culturas, de comercialização e que podem, perfeitamente, ser analisados pelas seis óticas conceituais que Vertovec (2009) propõe para o transnacionalismo. A paisagem linguística, como objeto de estudo e análise do comportamento de quem a produz, seja de qual âmbito for, tem de levar em conta essa dinâmica transnacional, especialmente onde ela está mais patente e evidente, como no caso de um contexto de fronteira. Associa-se a esse campo de análise o viés da política linguística, como se verá a seguir.

²⁰ No original: “weave their collective identities out of multiple affiliations and positionings and link their cross-cutting belongingness with complex attachments and multiple allegiances to issues, peoples, places, and traditions beyond the boundaries of their resident nation-states’.”

2.4 Contribuições no campo das políticas linguísticas

Consoante Oliveira (2007), o campo de estudos de política linguística é recente, surgiu na segunda metade do século XX. Contudo, sua prática é bem antiga. Oliveira afirma que foram “mudanças políticas que levaram a alterações no estatuto das diversas comunidades linguísticas que integram a cidadania” (2007: 7).

Para Calvet (2007), a política linguística está intrinsecamente ligada ao planejamento linguístico. Calvet (2007: 11) define *política linguística* como a “determinação das grandes decisões referentes às relações entre as línguas e a sociedade”, sendo o planejamento linguístico “sua implementação”. Behares (2009) pondera que as políticas linguísticas não estão intrinsecamente relacionadas ao âmbito educacional e que elas podem reger também a variedade linguística de um estado, indivíduo ou sociedade. Seja como for, as políticas linguísticas versam sobre temáticas como o reconhecimento linguístico de grupos minoritários, a determinação de uma norma linguística que será aprendida e usada pela comunidade, para proibir o uso de estrangeirismos, para determinar quais línguas estrangeiras serão ensinadas nas escolas, para instrumentalização de campanhas de alfabetização.

Barrios (2009) explica que há políticas linguísticas do tipo purista, nacionalista e imperialista e que a maior ou menor visibilidade que ganham depende do cenário histórico e político no qual cada comunidade vive. Assim, uma política de nacionalismo linguístico refere-se à escolha da língua nacional de um determinado povo, como ocorreu no Brasil, na época do Estado Novo, quando se obrigou a quem aqui vivia falar exclusivamente o português. Fato idêntico foi registrado, nesse período, no Uruguai, onde foram veiculadas campanhas afirmando que a língua nacional era a língua espanhola, que essa era uma língua divina, o idioma com que se chegava a Deus. O imperialismo linguístico, de acordo com Barrios (2009), promove uma determinada língua internacional, com o intuito de que uma determinada comunidade atinja uma ampla comunicação com o mundo.

É perceptível que qualquer que seja a política linguística adotada, o seu planejamento, o seu objetivo consiste em regularizar a diversidade linguística das comunidades. Consoante Behares (2009), essas regularizações linguísticas são políticas públicas e cabe a cada Estado estabelecê-las explícita ou implicitamente. Vejamos como se deu a condução desse processo nos dois lados da fronteira entre Brasil e Uruguai.

2.4.1 Políticas linguísticas uruguaias

A *Administración Nacional de Educación Pública* (2007), a partir de agora ANEP,²¹ menciona que há três fatos que marcam a história das políticas públicas uruguaias. O primeiro é o fato de que o país foi, durante muitos anos, tratado por suas autoridades como um país eminentemente monolíngue, quando na verdade o processo de construção do Uruguai é plurilíngue²². O segundo ponto a considerar é a forma como o Estado uruguaio conduziu suas políticas linguísticas desde 1877, fazendo imposições que recaíram nas práticas educacionais. Por fim, o terceiro aspecto é o delineamento observado na linguística uruguaia a partir do século XX, em direções diversas.

Para a ANEP (2007), a história de colonização e imigração dos migrantes de diversas etnias para o Uruguai se dá no século XIX, em especial entre os anos 1860 e 1920 esse período de construção da sociedade uruguaia poderia ter ocorrido de modo que tivéssemos uma sociedade plurilíngue. No entanto, não foi o que sucedeu. Através da Lei de Educação Comum, elaborada por José Pedro Varela, em 1877, foi determinado, no Artigo 38, (*apud* ANEP, 2007: 10) que “Em todas as escolas públicas, o ensino se dará no idioma Nacional”²³. Para Behares (2009) e Barrios e Pugliese (2005), essa é a primeira planificação linguística que sofre o Uruguai, impondo à sua população plurilíngue de então um modelo de ensino monolíngue.

Essa regularização não foi o único fator que converteu um plurilinguismo composto essencialmente por línguas ágrafas e/ou não estandardizadas em um monolíngue, sobretudo no sul do Uruguai. Conforme Brovotto (2010), faziam parte desse plurilinguismo línguas como as variedades alemãs, faladas originalmente na zona litorânea da fronteira com a Argentina, ou o russo na região de San Javier, ou ainda uma variedade do francês na Colônia. A ANEP (2007) ajuda a ilustrar o cenário da época vareliana:

Em termos de didática linguística, isto se expressa mediante o ensino exclusivo em espanhol (na qual a competência linguística materna dos falantes fica suspensa) e mediante a proibição expressa de utilizar as outras línguas dos

²¹ Em espanhol, *Administración Nacional de Educación Pública*.

²² José Pedro Varela já assinalava, em 1877, para o fato de haver uruguaios falantes de português ao norte do Uruguai.

²³ No original: “En todas las escuelas públicas la enseñanza se dará en el Idioma Nacional”.

alunos, com os correspondentes “castigos” morais e escolares (na avaliação e no manejo disciplinar). Uma quantidade enorme de papéis (circulares, recomendações, etc.) estabeleceu essas práticas, desde 1880 a 1930, para os falantes das línguas de imigração e, durante todo o século XX, para a região fronteiriça.²⁴ (ANEP, 2007: 11)

O Estado temia sua soberania nacional e por conta desse medo feriu um dos princípios básicos da Declaração Universal dos Direitos Linguísticos, segundo o qual toda criança tem garantido o direito à sua língua materna.

A partir de 1940, as políticas linguísticas uruguaias tomam quatro direções: 1) consolidação do ensino da língua espanhola em todos os níveis, 2) regularização do ensino de línguas estrangeiras, em especial no ensino médio, 3) reconhecimento pedagógico do bilinguismo na fronteira e, por fim, 4) ofertas de educação para outras minorias linguísticas (ANEP, 2007).

Consoante Brovetto (2010), no ano de 1967, o ensino do Português no Uruguai, na fronteira, voltou a ser discutido, logo após a Profa. Eloísa García Etchegoyen de Lorenzo, através do projeto por ela elaborado e submetido ao Conselho Nacional do Ensino Primário e Normal²⁵, constatar que muitos moradores que lá viviam eram monolíngues no PU. Esse projeto, que pretendia ser executado na zona fronteiriça, visava à introdução do português nas escolas. Contudo, o plano não foi aceito pelo Congresso, com a justificativa do Parlamento de que ensinar uma língua estrangeira às crianças uruguaias poderia afetar a soberania nacional do Estado. Após desse equívoco, estava supostamente a fantasia errônea de que a língua e cultura brasileira era uma imposição do Brasil aos fronteiriços uruguaios.

Os anos seguintes foram caracterizados pelo autoritarismo da Ditadura Militar (1973-1985). Nesse período, a imprensa deu notoriedade às políticas linguísticas, fazendo forte campanha pela “Correção Idiomática” e “defesa do Idioma Nacional”; eram correntes as declarações sobre o “problema fronterizo” (ANEP, 2007:15). Barrios e

²⁴ No original: “En términos de didáctica lingüística, esto se expresa mediante la enseñanza exclusiva en español (en la cual la competencia lingüística materna de los hablantes queda suspendida) y mediante la prohibición expresa de utilizar las otras lenguas de los alumnos, con los correspondientes “castigos” morales y escolares (en la evaluación y en el manejo disciplinario). Una enorme cantidad de papelería (circulares, recomendaciones, etc.) estableció estas prácticas desde 1880 a 1930 para los hablantes de las lenguas de inmigración y durante todo el siglo XX para la región fronteriza.”

²⁵ Consejo Nacional de Enseñanza Primaria y Normal

Pugliese (2005) afirmam que, nesse período, ainda era possível encontrar exemplos de modelos xenófobos e puristas que circulavam no jornal *El País*, da época, enaltecendo que “importa a fala correta de um país como um dos maiores atributos de sua cultura, vale como um patrimônio essencial da nacionalidade”.²⁶ Como se vê, língua e identidade andavam juntas.

Logo após a ditadura, outra tentativa de levar o PU, entre os anos de 1986 e 1989, aos estudantes fronteiriços foi concebida por educadores, desta vez com o *Programa Pedagógico Experimental en Lectura y Escritura de Rivera* (PROPELER). Esse programa chegou a iniciar em algumas escolas do departamento; no entanto, foi subitamente interrompido pelo Conselho de Ensino Primário (BROVETTO, 2010).

Este retalhamento por parte do Conselho fez com que docentes e autoridades fronteiriças unissem forças para a realização de cursos de formação de professores com foco nos estudos fronteiriços. Uma primeira edição ocorreu em Montevideu (1999-2001), e uma segunda edição em Rivera (2001-2002). Houve, ainda, a criação, em 2003, do Programa de *Inmersión Dual Español-Portugués en Escuelas Fronterizas* (Programa de Imersão Dual Espanhol-Português em Escolas Fronteiriças) (ANEP, 2007).

Conforme levantamento feito por Brovetto (2010), esse programa iniciou com duas escolas de fronteira. Em 2006, outro programa foi criado. Tratava-se do Programa de Ensino de Português por Conteúdos Curriculares, com começo em outras três escolas. Ainda consoante a autora, o sucesso desses programas fez com que o governo ampliasse, em 2009, o atendimento a 36 instituições, contemplando 7.000 alunos.

O percurso das políticas linguísticas no Uruguai, portanto, que inicia, em certo sentido, com a imposição de uma língua nacional e proibição de línguas minoritárias, para construir um país homogêneo e monolíngue (na sua visão, soberano), para culminar com a perspectiva contrária, de um país heterogêneo e plurilíngue. Essa mudança de paradigma valeu, sobretudo, para dar sustentação a um bilinguismo social diglótico, na fronteira uruguaio-brasileira.

²⁶ No original: “importa el habla correcta de un país como uno de los mayores atributos de su cultura, vale como un patrimonio esencial de la nacionalidad”.

Os diversos estudos produzidos na fronteira, desde Rona, até os dois programas mencionados, de promoção do bilinguismo nas escolas de fronteira, foram de suma importância para que, em 2008, a nova *Ley General de Educación* (nº 18.437), Capítulo VII, Art. 40, Inc. 5, passasse a considerar o Português do Uruguai como língua oficial do Uruguai.

A educação linguística terá como propósito o desenvolvimento das competências comunicativas das pessoas, o domínio da língua escrita, o respeito as variedades linguísticas, a reflexão sobre a língua, a consideração das diferentes línguas maternas existentes no país (espanhol do Uruguai, português do Uruguai e a língua de sinais uruguaia) e a formação plurilíngue através do ensino de segundas línguas e línguas estrangeiras²⁷ (URUGUAI, MEC, 2008: 7)

Para linguistas como Behares (2010), Brovotto (2010) e Carvalho (2010), essa Ley nº 18.437 representou um passo fundamental para as políticas educacionais uruguaias. Entendendo a fronteira como “movimento”, a questão que fica é como os fronteiriços que lá vivem irão reagir a essa nova política do Estado. Bertolini (2009) registra, em seus dados, coletados em Rivera, uma sociedade uruguaia ainda diglósica com o PU. De lá para cá, houve algumas modificações na fronteira, como a implementação de institutos binacionais, dos dois lados da fronteira, onde o ingresso inclui 50% de estudantes uruguaios e 50% de brasileiros. Fica a pergunta sobre como a convivência intensa entre esses segmentos mexe com as representações que esses indivíduos fronteiriços fazem do sistema linguístico da fronteira. A diglossia defendida se mantém, nessas condições? Há uma aceitação satisfatória do português? E, por parte dos brasileiros, após esse convívio acadêmico, o espanhol passará a ser visto como uma segunda língua ou como uma língua estrangeira?

Um indicativo de que pode estar havendo uma mudança nessas representações pode ser observado em jornais eletrônicos como *Efe*, *El país*, *Fundeo*, G1, Exame, entre outros. Um exemplo foi o lançamento, em 17 de julho de 2015, de um ciclo de conferências

²⁷ La educación lingüística tendrá como propósito el desarrollo de las competencias comunicativas de las personas, el dominio de la lengua escrita, el respeto de las variedades lingüísticas, la reflexión sobre la lengua, la consideración de las diferentes lenguas maternas existentes en el país (español del Uruguay, portugués del Uruguay, lengua de señas uruguaya) y la formación plurilingüe a través de la enseñanza de segundas lenguas y lenguas extranjeras.

denominado *Jodido Bushinshe* (isto é, ‘terrível ruído’) em que se buscou fazer debates acerca do portunhol, para uma posterior proposta, para reconhecer o portunhol falado na fronteira uruguaio-brasileira como Patrimônio Cultural da Unesco. Iniciativas dessa natureza, assim como também o surgimento de uma literatura em portunhol, com o poeta Fabian Severo, que já conta com quatro livros de poemas publicados e um romance em portunhol nos anos de 2010, 2011, 2013, 2014 e 2015, Chito de Mello, poeta e músico com discos em portunhol que datam dos anos de 2002a, 2002b, 2003, 2008, 2012a, 2012b e 2016 dão mostras da flexibilização e ruína das concepções monolinguistas do passado, baseadas em “um país, uma língua” – em prol de uma política de inclusão e “integração” da diversidade linguística.

A paisagem linguística da fronteira não se constrói, como é de se esperar, independente dessa política. Este estudo em certo sentido contribui para resgatar as “pegadas do plurilinguismo expressas nessa paisagem, apesar das diferentes políticas, ou mesmo como consequência delas. Vejamos o comparativo do quadro de políticas linguísticas, pelo lado brasileiro.

2.4.2 Políticas linguísticas brasileiras

No Brasil, a primeira política linguística da qual se tem conhecimento, conforme Fiorin (2013), remonta ainda ao Brasil Colonial. Em 3 de maio de 1757, o Marquês de Pombal, promulga o *Diretório dos Índios*, no qual ficava proibida a utilização da língua geral, obrigando em seu lugar o emprego da língua portuguesa como única língua reconhecida e admitida pelo Estado.

A planificação linguística pombalina foi feita com o mesmo objetivo que a lei vareliana, no Uruguai, 80 anos depois, buscando transformar um Brasil plurilíngue em um Estado essencialmente monolíngue, com o português como língua única.

Com a vinda da família real para o Brasil, em 1808, passou-se a discutir as primeiras políticas educacionais do país. Assim, em 1809, foi promulgado pelo Príncipe Regente de Portugal, D. João VI, o Decreto de 22 de julho de 1809, que determinou o ensino de inglês e francês como línguas estrangeiras (VIDOTTI e DORNELAS, 2007).

Conforme Bresciani (2006), ainda no século XIX e início do século XX, o país recebeu muitos imigrantes, principalmente de origem alemã e italiana, que se estabeleceram principalmente nas regiões sul e sudeste. Essas populações trouxeram consigo sua cultura, seus costumes e suas línguas. Entretanto, com a política de nacionalização do Estado Novo (1930-1937), essas línguas foram duramente reprimidas e passaram a ser vistas como problema, por se julgar que ameaçavam a unidade nacional.

O Projeto de Nacionalização elaborado na era Vargas visava, portanto, ao uso exclusivo da língua portuguesa, também símbolo fundamental da brasilidade, na visão do Estado. Um dos discursos veiculados na época e que ilustra essa política, de acordo com Bresciani (2006), era o do político e advogado, aliado do Estado Novo, Nereu Ramos:

Não pode, portanto, surpreender a quem quer que seja, tome o Estado Novo, de vez e definitivamente, providências para reintegrar dentro da alma do Brasil os que, nele tendo nascido, dela se acham na realidade apartados pela língua, pela educação, pelos costumes, pelas tradições. (BRESCIANI, 2006: 13).

Assim como a lei pombalina de 1757, o Projeto de Nacionalização levou ao glotocídio, isto é, à morte de muitas línguas, então faladas no território brasileiro, tanto de línguas autóctones, especialmente indígenas, quanto de línguas alóctones, especialmente línguas de imigração, mesmo que o português também possa ser considerado, de certo modo, uma “língua vinda de fora”, ou uma “língua colonizadora”.

Campos (2006: 18) explica que, para aplicar a nova política linguística, o Estado Novo investiu “na rede escolar oficial, para referenciar a educação de jovens nos princípios da brasilidade e estender o espírito de nacionalidade a todos os cidadãos. Editou textos científicos ou de propaganda oficial difundidos entre as populações”. Essa planificação linguística atingiu todos os segmentos sociais (dos domínios da família, escola, trabalho, entre outros), tudo com o “intuito de forjar uma identidade homogênea para a população de um país” (CAMPOS, 2006: 19).

Já na Constituição Federal de 1988, Capítulo III, Art. 13, aparece expresso que “A língua portuguesa é o idioma oficial da República Federativa do Brasil.” Apesar de existir uma política que regularize a língua oficial do país, por muito tempo muitas outras línguas, com exceção em parte das línguas indígenas, permaneceram ausentes dos discursos oficiais, em especial as línguas de imigração. Nesse contexto de nacionalismo, pode-se imaginar em relação às fronteiras um discurso ainda mais exacerbado de defesa da “língua nacional”.

Para Behares (2010: s/p), “Na região fronteira brasileira (...) o espanhol, embora língua conhecida e bastante presente nas interações sociais, sempre foi e continua a ser vista como uma língua estrangeira.” Sendo assim, passo a tratar das políticas que regularizam o ensino de língua estrangeira no país, modo como infelizmente a língua espanhola é tida pelas autoridades e, também, por alguns fronteiricos brasileiros (vide GONÇALVES, 2013).

No que concerne à educação, há que considerar a Lei de Diretrizes e Bases, de 1996, atualizada em 2020, que regulamenta o ensino de línguas estrangeiras. Os artigos 24, 26 e 35.A tratam do ensino fundamental e ensino médio, respectivamente:

Art. 24

IV – Poderão organizar-se classes, ou turmas, com alunos de séries distintas, com níveis equivalentes de adiantamento na matéria, para o ensino de línguas estrangeiras, artes, ou outros componentes curriculares;

Art. 26

§ 5º No currículo do ensino fundamental, a partir do sexto ano, será ofertada a língua inglesa.

Art. 35. A

§4º Os currículos do ensino médio incluirão, obrigatoriamente, o estudo da língua inglesa e poderão ofertar outras línguas estrangeiras, em caráter optativo, preferencialmente o espanhol, de acordo com a disponibilidade de oferta, locais e horários definidos pelos sistemas de ensino

A atualização da LDB (2020) mostra uma política linguística educacional explícita fortemente inclinada para a língua inglesa, deixando ainda mais à margem outras línguas adicionais, muitas delas, línguas maternas nas terras tupiniquins. As línguas de imigração, por exemplo, totalizam cerca de 56 línguas, como aponta Altenhofen (2013), que são também línguas maternas dos brasileiros. A antiga LDB (1996), no seu Artigo 26, deixava a cargo da comunidade escolar a escolha da língua adicional a ser ofertada a partir da 5ª série do ensino fundamental, o que permitia que cada comunidade elegeisse e privilegiasse as línguas que circulam em seu seio. A atualização da LDB (2020) esqueceu de certo modo a pluralidade e diversidade linguística e cultural de um país inteiro, submetendo a uma visão monocular e de prestígio a língua inglesa. Não é a primeira vez que o país adota políticas linguísticas tão perversas; o historiador José Honório Rodrigues (*apud* OLIVEIRA, 2002) chama nossa atenção para a luta, para a resistência que distintos

grupos linguísticos do país objetaram às políticas de homogeneização e glotocídio:

Numa sociedade dividida em castas, em raças, classes, mesmo quando é evidente o processo de unificação da língua, especialmente num continente como o Brasil, onde durante três séculos combateram várias línguas indígenas e negras contra uma branca, não havia nem paz cultural, nem paz linguística. Havia, sim, um permanente estado de guerra. (...) O processo cultural que impôs uma língua vitoriosa sobre as outras não foi assim tão pacífico, nem tão fácil. Custou esforços inauditos, custou sangue de rebelados, custou suicídios, custou vidas (RODRIGUES, 1985: 42 *apud* OLIVEIRA, 2002: 87).

Além de a antiga LDB (1996) privilegiar uma educação linguística um pouco mais plural, vale mencionar que ainda temos em vigor o Tratado de Assunção, de 1991, firmado por Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai, constituintes do Mercado Comum do Sul (MERCOSUL), que define, em seu artigo 23, a língua portuguesa e a língua espanhola como línguas oficiais do bloco. Para além do interesse econômico entre essas nações, o desenvolvimento cultural e social entre as federações participantes também é almejado. Uma das formas de cumprir esse tratado dá-se através da educação, cabendo às instituições brasileiras oferecer o ensino da língua espanhola e às instituições hispanofalantes, o ensino da língua portuguesa. Contudo, a atualização da LDB (2020), além da revogação da **Lei nº 11.161/2005**, também conhecida como Lei do Espanhol, que regulamentava a oferta de língua espanhola no país, tenta acabar com o fato de que somos um país pluricultural e multilíngue, não somente pelas cerca de 330 línguas maternas faladas em nosso território, mas como expõe Oliveira (2002) pelos “novos bilíngüismos” que blocos comerciais como Mercosul começaram a desencadear.

Há claramente, um retrocesso linguístico no Brasil, no que tange às suas leis para com as políticas linguísticas de línguas adicionais, que deveriam ser plurais e não com orientação, padronização de estudo de uma única língua. Na contramão do projeto homogeneizador do ensino de línguas adicionais, nasce na Universidade Federal do Rio Grande do Sul o movimento *Fica Espanhol*, uma resposta à promulgação da Lei nº 13.415/2017, conhecida como a “Reforma do Ensino Médio”, que revogou a obrigatoriedade do ensino da língua espanhola e de qualquer outra língua que não seja a língua inglesa. Não defendemos, nesse estudo, promovendo uma crucificação, as línguas “A” ou “B”, ou ainda uma exaltação, as línguas “X” e “Y”. O que defendemos é que forçar uma comunidade ao formato de aquisição de uma única língua e cultural adicional acaba com a pluralidade e diversidade. Seria muito mais democrático e culturalmente enriquecedor lutar pela manutenção da diversidade linguística nas escolas, seja a

diversidade linguística e cultural de línguas maternas, seja a diversidade linguística e cultural das línguas adicionais.

O que é preciso relevar, através deste breve retrospecto, é que as políticas linguísticas e educacionais elaboradas no Brasil servem para regular um leque muito mais amplo de línguas da Política Nacional da Diversidade Linguística. Essa política de reconhecimento do plurilinguismo levou paulatinamente à inclusão de novas línguas no cenário linguístico brasileiro. Assim, além da língua portuguesa como língua oficial da nação, reconheceu-se, em 2002, através da lei nº 10.436, a Língua Brasileira de Sinais como língua oficial.

Ao lado dessas línguas oficiais, os municípios brasileiros têm cooficializado línguas localmente usadas como língua materna da população e que carregam, na sua formação, uma historicidade brasileira. Conforme Morello (2015), a primeira cooficialização foi feita em 2002, no município de São Gabriel da Cachoeira, no Amazonas. A partir de uma lei da Câmara dos Vereadores, se cooficializaram três línguas indígenas – o baniwa, nheengatu e o tukano. De acordo com Morello, até o ano de 2015, 15 cidades brasileiras de 7 estados também já haviam cooficializado suas línguas em seus municípios. É ainda um número pequeno de cooficializações, se comparado com o número total de línguas do plurilinguismo brasileiro, estimado em 274 línguas indígenas (IBGE, 2010), 56 línguas de imigração (ALTENHOFEN, 2013: 106), além de línguas crioulas, afro-brasileiras e de sinais.

A política linguística mais recente do país tem como marco central a assinatura do Decreto nº 7.387, de 9 de dezembro de 2010, que instaura o Inventário Nacional da Diversidade Linguística, criado para identificar, documentar, reconhecer e valorizar as línguas formadoras da identidade e da memória da sociedade brasileira. Como tal, constitui-se em requisito básico para o reconhecimento do acervo linguístico brasileiro como “referência cultural brasileira”.

2.5 Espaços do plurilinguismo: comunidades de fala e territorialidades linguísticas

Conforme já se acentuou, desde o início, para além da mera constatação de um contato português-espanhol, na fronteira Brasil–Uruguai, há que considerar e supor uma constelação de línguas, autóctones (originais) e alóctones, isto é, de línguas de imigração.

Cabe ressaltar que a fala lusófona, assim como a hispanófona, possuem um *status* sócio-político diversificado que, dependendo do contexto em que se situam, podem assumir um papel de língua a) majoritária ou minoritária, b) oficial ou marginal e c) central ou periférica (ver ALTENHOFEN, 2013: 94-96).

Queremos deixar claro que o conceito de “língua periférica” não é utilizado, aqui, com sentido pejorativo. Língua periférica faz referência à posição que uma determinada língua ocupa dentro de um sistema linguístico. Faz-se pertinente também explorar a distinção sociolinguística entre *comunidade linguística* e *comunidade de fala*. A primeira, consoante Lagares (2018), compreende a presença de diversas variedades linguísticas, enquanto a segunda implica em uma rede de relações mais estreitas, ou seja, é formada por um grupo familiar, ou por uma empresa ou ainda por uma pequena cidade ou região. Para o autor, quando se trata de comunidade linguística e comunidade de fala, é importante delimitar os âmbitos de uso de uma língua, ou seja, seus *domains* (domínios), que nada mais são que o espaço real em que ocorrem as interrelações, como por exemplo a família, a escola, um bairro, a igreja, um lugar de trabalho, a gestão político-administrativa etc.

Vejamos o exemplo do que acontece na fronteira estudada: os falantes de português, no norte do Uruguai, antes da fixação da fronteira atual, constituíam uma extensão do Brasil; posteriormente, a fronteira cortou essa vinculação, e esses falantes passaram a se constituir como uma “comunidade de fala” marginal, isto é, à margem da língua oficial “espanhol” do estado que se formou, com a independência, o Uruguai.

Sob outra perspectiva, o mandarim, por exemplo, com vários registros visuais na cidade de Rivera, compartilha com o português o traço de língua minoritária, mas perde espaço em seu contexto de oficialidade, pois sua terra natal deixou de ser a China e passou a ser o departamento de Artigas, no Uruguai. Rivera representa a cidade atual dos falantes de mandarim, o lugar no qual os falantes criaram raízes familiares e afetivas. Em contrapartida, o português e o espanhol possuem o *status* de oficialidade “interna” (no país) ou “próxima” (no país vizinho), situando-se lado a lado na fronteira. Por essa razão, a polarização das forças de territorialização acentua-se entre essas duas línguas, colocando ao contrário o mandarim em posição de língua periférica e marginal, na ocupação e configuração dos espaços sociais da fronteira.

A compreensão do *status* sociopolítico das línguas da fronteira e dos espaços que

ocupam vão ao encontro da distinção entre *território* e *territorialidade*. De acordo com Altenhofen (2014), *território* é a base geográfica e física, ou seja, o lugar, a área onde se constituem as territorialidades. Em contrapartida, por *territorialidade* entende-se “o espaço de uso real ou potencial de uma variedade ou variante linguística”. (ALTENHOFEN, 2014: 73). Assim, nessa Tese, o território estudado equivale à área geográfica da fronteira Brasil–Uruguai, incluindo seus cinco pares de pontos e “contra-pontos”, pode-se dizer, a saber: Chuí–Chuy, Jaguarão–Rio Branco, Aceguá–Acegua, Sant’Ana do Livramento–Rivera e Quaraí–Artigas). Por outro lado, as territorialidades de uso das diferentes línguas desse território englobam o espaço real, abstrato e potencial, de utilização do português, do espanhol e de todas as línguas minoritárias presentes na fronteira. Em suma, um território é um espaço delimitado e responde à jurisprudência de seu Estado; a territorialidade equivale a um espaço abstrato, onde se pode esperar o uso maior ou menor de determinada língua, variedade ou variante.

Para Altenhofen (2014), a territorialização pressupõe dois modos de abordagem: um modo que se preocupa com as variantes linguísticas, ou seja, com a descrição da variação linguística (foco de análise da geolinguística e da sociolinguística), e outro modo que se preocupa com as variedades linguísticas, ou seja, com as línguas e sua diversidade linguística, em outros termos, com o plurilinguismo presente em um determinado território. O foco desta Tese está em mapear a territorialização da fronteira Brasil–Uruguai em termos do plurilinguismo existente nesse espaço, sem abdicar, é claro, de dar atenção, quando necessário, a aspectos da variação linguística significativos na análise dos dados. Pode-se exemplificar o papel da variação com o termo *media luna*, salgado famoso no Uruguai, conhecido no Brasil por “*croissant*”. Ao andar pelas ruas do centro de Sant’Ana do Livramento, é possível observar na paisagem linguística, três variedades para *media luna*: além do próprio termo *media luna*, encontram-se também as formas *meia lua* e *meia luna*, como mostram os registros a seguir:

Fig. 3: Registros de variantes para o termo *media luna*



Foto: Cardápio 1. Centro de BR04
Fonte: Dania Gonçalves. Fevereiro 2020

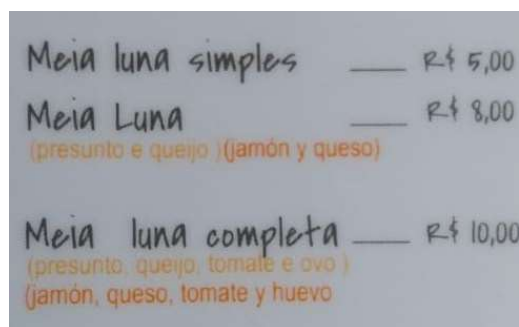


Foto: Cardápio 2. Centro de BR04
Fonte: Dania Gonçalves. Fevereiro 2020

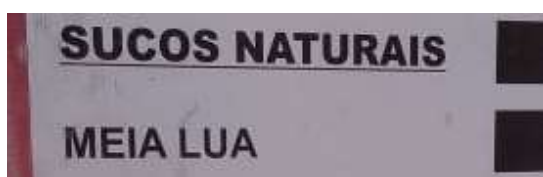


Foto: Cardápio 3. Centro de BR04
Fonte: Dania Gonçalves. Fevereiro 2020

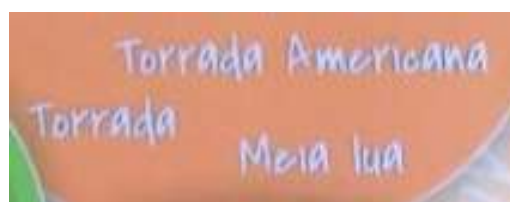


Foto: Cardápio 4. Centro de BR04
Fonte: Dania Gonçalves. Fevereiro 2020

O exemplo acima serve para mostrar como se relacionam variação interna e contato linguístico, neste caso entre o português e o espanhol. O exemplo também enfatiza a relevância em considerar as diferenças inerentes a cada tipo de contato linguístico. Para o português, Altenhofen (2008: 137) reconhece os seguintes oito tipos fundamentais:

- 1) português e línguas indígenas (autóctones);
- 2) português e línguas afro-brasileiras;
- 3) português e línguas de imigração (alóctones);
- 4) português como língua alóctone em contato com línguas oficiais (p.ex. com guarani e espanhol no Paraguai, e espanhol no Uruguai);
- 5) português e línguas co-oficiais em contato (p.ex. Tukano, Nheengatu e Baniva; no município de São Gabriel da Cachoeira, no Alto Rio Negro; ou ainda talian, em Serafina Correia - RS; pomerano, em Santa Maria de Jetibá - ES e Pancas - ES, além de Canguçu - RS; Hunsrückisch, em Antônio Carlos - SC);
- 6) contatos linguísticos de fronteira (com os países vizinhos);
- 7) contatos intervaretais do português (entre falantes de variedades regionais do português);
- 8) contatos transnacionais do português "aquém- e além-mar" (Portugal e demais países lusófonos, como Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, São Tomé e Príncipe, Timor-Leste, além do próprio Brasil).

Na presente Tese, abordamos sobretudo aspectos dos contatos 4) português como língua alóctone em contato com línguas oficiais, e 6) contatos linguísticos de fronteira. Cabe ressaltar, entretanto, que, na fronteira Brasil–Uruguai, ainda é possível verificar os seguintes tipos de contato: 1) contato entre o português e línguas indígenas e 3) contato

do português com línguas de imigração, como veremos na análise de dados, no capítulo 5. Resumindo, é preciso ficar atento, nos dados de análise desta Tese, aos seguintes contatos linguísticos, com os quais vamos nos confrontar nos dados:

- 1- Espanhol e línguas indígenas (autóctones);
- 2- Espanhol e línguas de imigração (alóctones);
- 3- Contatos linguísticos de fronteiras (entre os países vizinhos).

A relevância em tipologizar os contatos linguísticos observados no norte do Uruguai residem, basicamente, no fato de ser preciso apresentar essa fronteira de forma bilateral, olhando para todo o espaço fronteiro do Brasil com o Uruguai. É necessário que haja um paralelismo, uma equidade na teoria, ao olhar para a fronteira, principalmente para que seja possível a compreensão dos processos de territorialização horizontal (por migração) *versus* territorialização vertical (sobreposição ou substituição), como sugere Altenhofen (2014).

Em relação à territorialização vertical, tem-se, nesse sentido, que a ocupação por sobreposição, na região sul do Brasil, especialmente na fronteira com o Uruguai, deu-se essencialmente por meio de postos militares, como se verá na descrição dos pontos de pesquisa, no cap. 3. Em ambos os lados da fronteira, uma pequena população junto a esses postos contribuiu para barrar o avanço espanhol, no lado brasileiro, e o avanço português, no lado uruguaio. Essa população provinha, em grande parte, das sesmarias, ofertadas pelo Império português e por Bandeirantes que circulavam pela fronteira, para atender comercialmente esses postos militares e a população que vivia nas sesmarias. Com isso, era dada a oportunidade a esses bandeirantes (herantes) de permanecerem nas localidades onde circulavam. Assim, eles criavam raízes e com eles se fixava a língua da comunidade.

Contudo, não devemos esquecer que a faixa fronteira que vai de BR01 – UY01 até BR05 – UY05 era ocupada por indígenas, como bem lembram Elizaincín, Behares e Barrios (1987). A população que vivia na Banda Oriental era composta em sua origem por índios charruas, como destaca Golin (2011), ou seja, os povos originários do Rio Grande do Sul eram a população indígena. Ainda de acordo com Altenhofen (2014), a expansão da língua portuguesa no território brasileiro é feita de forma vertical, pois o português sobrepõe, se instaura em territorialidades já existentes, constituídas por línguas minoritárias indígenas, mesmo que muitas vezes oprimidas e ignoradas.

De igual modo, temos, na Banda Oriental, uma territorialização vertical com

sobreposição da língua espanhola às línguas minoritárias indígenas. Cabe aqui uma reflexão: conforme vimos na seção 1.3, acerca dos estudos fronteiriços, podemos observar que o que os fronteiriços denominam de *portunhol*, e, mais recentemente, os estudiosos chamam de *português do Uruguai*, nasce de uma territorialização vertical, do embate entre duas potências, Portugal e Espanha, que, depois de ocuparem e quase dizimarem a população indígena e suas línguas, na faixa fronteiriça, acabam por disputar décadas a fio o mesmo espaço. Esse é um embate que vai além da força bruta e das batalhas desses postos militares, ou seja, a territorialização vertical da fronteira Brasil – Uruguai dá-se também através de uma planificação linguística iniciada em 1877. Percebendo que no território uruguaio se falava mais a língua portuguesa do que a língua espanhola, José Pedro Varela decretou, como já foi mencionado na seção 2.3.1, a Lei de Educação Comum, que além de decretar que nas escolas públicas será ensinado o idioma nacional, previa também a construção de escolas públicas na fronteira, com o objetivo de barrar a língua portuguesa. E é no embate dessas duas forças antagônicas de mesmo peso histórico, cultural e econômico que a territorialidade fronteiriça se constrói. Esse embate entre os dois Estados é tão forte, tão acirrado, tão egocêntrico, que acaba deixando brechas para que outras territorialidades se instalem no território fronteiriço Brasil – Uruguai, como se pode ver pelo lado de uma territorialização horizontal, por meio das migrações.

Para Thun (1996), a história linguística da América Latina passa pela história das migrações e dos contatos linguísticos. Como vimos na seção anterior, português e espanhol se sobrepuseram às línguas minoritárias indígenas. Em outras palavras, essa territorialização vertical também abriu brechas para que uma territorialização horizontal acontecesse. Consoante Altenhofen (2014), a territorialização horizontal é originada pelas migrações de grupos sociais e étnicos para áreas novas ou áreas menos esparsas. Em outras palavras, a territorialização horizontal se vale de brechas, de lacunas que uma determinada territorialidade põe em evidência e que, dessa forma, conduzem a uma ocupação.

No Rio Grande do Sul, os processos de colonização e expansão da língua portuguesa ocorreram paralelamente à chegada dos imigrantes. Os primeiros a chegarem foram os alemães, em 1824, posteriormente os italianos 1875, logo após em 1890 teve início a imigração árabe (FRANCISCO, 2017), e mais recentemente, no RS, a imigração japonesa. A chegada oficial ao estado do Rio Grande do Sul é no ano de 1955, mas é em agosto de 1956 começa a corrente imigratória direta (SOARES, 2008). Do lado de lá da

fronteira, na banda oriental, as migrações começaram após a independência do país, em 1825. Conforme Arocena e Aguiar (2007), os primeiros imigrantes foram os italianos, que chegaram em 1830; na sequência, vieram os alemães e suíços, em 1862; em 1890, chegaram os armênios e, por fim, em 1913, os russos. Conforme os autores, também houve uma imigração árabe para o Uruguai. Arocena e Aguiar não sabem precisar ao certo quando essa imigração teve início, visto que seriam poucos os árabes no país, cerca de 500, a maioria instalada na fronteira com o Brasil, em Rivera e, principalmente, no Chuy.

Tem, portanto, razão Thun (1996), quando enfatiza que a história linguística da América Latina passa pelas migrações e pelos contatos linguísticos. E, como defendem Cano (2005) e Vertovec (2009), há que creditar esse fato também ao mundo globalizado em que vivemos. Se, no século XIX, com toda dificuldade de comunicação e transporte que havia, o Brasil e o Uruguai receberam milhares de imigrantes, hoje, no século XXI, com a melhoria das tecnologias e das telecomunicações, bem como dos transportes, as migrações estão mais facilitadas. Não há dúvida de que o avanço das tecnologias tem relação direta com as *bases de sustentação e organização social* de uma língua, a que se refere Altenhofen (2014). São elas que fortalecem a coesão do grupo, incluindo aí a escola, a igreja e os estabelecimentos comerciais. Somam-se a essa dinâmica de ocupação de espaços e de afirmação da vitalidade linguística questões de transnacionalismo e identidade linguística, como defende Vertovec (2001, 2009), e que foram tratadas nas seções 2.3 e 2.3.1.

Enfim, as territorialidades das línguas e variedades presentes na área fronteiriça, bem como as comunidades de fala por trás, as quais dão sustentação a uma determinada língua ou prática linguística, são aspectos extremamente relevantes a considerar na análise da paisagem linguística, ou melhor, na análise das condições e motivações que explicam determinada paisagem linguística. Um grande desafio, contudo, diz respeito ao modo como esses aspectos podem ser captados pela metodologia de pesquisa. É o que será apresentado no próximo capítulo.

Capítulo 3 – METODOLOGIA DA PESQUISA

3.1 Apresentando a metodologia: Passo a passo / De click em click

O presente capítulo tem como objetivo apresentar a metodologia de análise empregada na pesquisa, os instrumentos de apoio, os procedimentos adotados para a coleta de dados, os critérios e as escolhas utilizadas no processo de pesquisa. Iniciemos com a definição da rede de pontos, onde foram realizados os levantamentos da paisagem linguística, ao longo da fronteira em estudo, entre Brasil e Uruguai.

3.2 Rede de pontos

A fronteira Brasil – Uruguai possui uma extensão de mais de cerca de 1.000 km, sendo 60% de fronteira seca e 40% de fronteira constituída de limites fluviais. Essas comunidades fronteiriças são também denominadas, conforme Laurelli (1997), de cidades gêmeas ou cidades pares. Embora a fronteira Brasil – Uruguai possua uma extensão de mais de 1.000 km, apenas uma pequena parte é habitada, contando, portanto, com cinco pares de cidades gêmeas: Chuí – Chuy, doravante [BR01/UY01]; Jaguarão – Rio Branco, doravante [BR02/UY02]; Aceguá – Aceguá, doravante [BR03/UY03]; Sant’Ana do Livramento – Rivera, doravante [BR04/UY04] e, por fim, Quaraí – Artigas, doravante [BR05/UY05]. A localização desses pontos pode ser vista no mapa 1, que além disso mostra uma tríplice fronteira entre Brasil – Uruguai – Argentina: Barra do Quaraí – Bella Unión – Monte Caseros. Como o foco desta Tese enfoca fundamentalmente o contato linguístico na fronteira brasileiro-uruguaia, restringe-se aos cinco pares de cidades gêmeas e desconsidera essa tríplice fronteira, por fugir do recorte adotado. Passemos, assim, a um breve histórico de cada um dos pontos e seus respectivos contrapontos, como se poderia denominar esses pares de cidades fronteiriças, e fotos para ilustrar os marcos fronteiriços.

3.2.1 Chuí (BR01) / Chuy (UY01)

Com cerca de 16.500 habitantes, de acordo com a base de dados do IBGE²⁸ e do INE²⁹, apenas um canteiro divide os pontos Chuí de seu ponto homônimo Chuy: do lado uruguaio, fica a Avenida Brasil e, do lado brasileiro, a Avenida Uruguai. Ver fig. 4 a seguir.

Fig. 4: Marco divisório da fronteira seca BR01/UY01



Fonte: Dania Gonçalves – fevereiro 2020

A fronteira homônima, batizada de Chuí – Chuy, tem na raiz de seus nomes a língua tupi e significa, de acordo com Tibiriçá (1985:43), em seu *Dicionário de topônimos brasileiros de origem tupi*, rio do pintassilgo, que é um passarinho de peito amarelo comum na região, onde o povoado começou a se desenvolver ainda na primeira metade do século XVIII. Essa é uma fronteira peculiar, não porque é formada pela cidade brasileira localizada no ponto mais meridional do país, mas sobretudo porque está distante dos outros quatro pontos selecionados para este estudo. Nesse particular, vale acrescentar as seguintes impressões registradas no diário de campo:

Há muito tempo não vinha à fronteira Chuí – Chuy, acho que a última vez foi 2007, com um grupo de estudantes de Letras português e espanhol da FURG, à qual pertencia. A inexperiência acadêmica da época não me permitia observar o que vejo hoje. Se não fosse o marco divisório na entrada das duas cidades seria

²⁸ Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

²⁹ Instituto Nacional de Estatística do Uruguai, correspondente ao IBGE no Brasil.

difícil distinguir o lado brasileiro do lado uruguaio pela paisagem linguística; no Chuí, prevalece uma paisagem linguística em língua espanhola, nas lojas do lado brasileiro os preços estão em peso uruguaio, e muitos dos comerciantes te atendem em espanhol ou em português com forte acento espanhol. (Diário de campo de 19/02/2020)

A observação feita no diário de campo se reflete nos dados do último censo demográfico do Brasil, de 2010, que dá uma população de 6.770 habitantes, em BR01. Com uma área de 202,387 km², é a cidade brasileira com o maior número de estrangeiros. Sua população é composta especialmente por brasileiros, uruguaio e árabes palestinos. A presença massiva da língua espanhola na paisagem linguística em BR01 vai na contramão dos demais pontos brasileiros estudados. A maior explicação para essa distinção está na constituição dessas cidades fronteiriças. Logo após a fundação de Rio Grande pelos portugueses, em 1737, para proteger a Colônia do Sacramento e intensificar o contrabando de gado, o comerciante Cristóvão Pereira de Abreu estabeleceu às margens do Arroio Chuí um posto militar avançado. Àquela época, estava em vigor o Tratado de Santo Idelfonso, que determinava que a extensão de terras, onde hoje fica o Taim, e que se estende até Chuí, no Rio Grande do Sul, como campos neutrais, não poderiam ser ocupadas por ninguém. Assim, aquele posto militar criado por Abreu passa a se desenvolver e a se relacionar muito mais com o lado uruguaio.

BR01 encontra-se em uma posição de isolamento das cidades brasileiras; a mais próxima a BR01 é a cidade de Santa Vitória do Palmar, distante 20 km, à qual BR01 pertenceu até sua emancipação em 1995. A segunda cidade mais próxima é Rio Grande, distante 242 km, depois Pelotas (260 km) e a capital gaúcha, Porto Alegre, 525 km. Em contrapartida, Rocha, no Uruguai, localiza-se a 134 km de distância de BR01, enquanto a capital Montevideu está apenas a 347 km. BR01, conforme o IBGE, conta com duas escolas de ensino fundamental e uma escola de ensino médio.

O contraponto UY01, por seu lado, conta com uma população de 9.730 habitantes, conforme o censo do INE, de 2011. Está situado no departamento de Rocha, com capital no município homônimo, Rocha. A origem de UY01, assim como de sua cidade gêmea, foi com um posto militar avançado criado em 1753. No entanto, somente no ano de 1938, UY01 é reconhecido como povoado, passando a vila em 1961 e, finalmente, a cidade, em 1981. Assim como BR01, UY01 vive do comércio e atrai tanto turistas brasileiros, através dos *free shop*, isto é, o comércio livre de impostos, quanto turistas uruguaio que atravessam o país atrás de mercadorias de primeira necessidade, como alimentos,

produtos de limpeza e roupas, mais baratos em BR01. Um atrativo turístico de UY01 são os fortes San Miguel e Santa Teresa.

No campo educacional, conforme o MIDES (Ministério de Desenvolvimento Social uruguaio), UY01 conta com cinco escolas primárias; destas, duas são bilíngues em espanhol e português. Além disso, há três liceos, três escolas técnicas e uma escola rural. Um fato que chama atenção na figura 04, no marco divisório das cidades, é que a primeira língua que vemos no marco está em inglês *welcome*, para depois suas traduções para o espanhol *bienvenido* e por fim em português *bem-vindo*. O marco escrito em inglês seria um possível alerta da existência de uma comunidade linguística de língua inglesa? Bem, não é o que apontam os nossos registros fotográficos, o inglês tanto na paisagem linguística de BR01 quanto na paisagem linguística de UY01 marca a tendência do uso da língua inglesa como uma língua global, língua de *marketing* de produtos, especialmente nos *free shop*, como veremos mais detalhadamente no capítulo 4.

3.2.2 Jaguarão (BR02) / Rio Branco (UY02)

Jaguarão, também conhecido como Cidade Heroica, tem origem de seu nome no tupi, conforme Cunha (1978: 170) em seu *Dicionário Histórico das palavras portuguesas de origem Tupi*, jaguar significa onça, o mesmo sentido, onça, é encontrado em Tibiriçá (1984: 114), no seu *Dicionário Tupi-Português*. Já Navarro (2013: 153) em seu *Dicionário de tupi antigo*, especifica mais o vocábulo: “onça, onça pintada[...] é a fera mais terrível do continente americano”.

De acordo com o IBGE, uma área de 2.054 km². Situado no sudeste rio-grandense, o pampa jaguareense possui limites com os municípios brasileiros de Herval e Arroio Grande, com a Lagoa Mirim e com o país vizinho Uruguai, através da cidade de Rio Branco (UY02). Esses dois pontos fronteiriços são separados pelo rio Jaguarão e ligados pela Ponte Internacional Mauá, de 450 metros.

Fig. 5: Ponte Internacional Barão de Mauá, entre BR02 e UY02



Fonte: Jaguarão.net

BR01, assim como os atuais municípios de Arroio Grande e Herval, pertencia inicialmente à coroa espanhola. Conforme Franco (1980), o Tratado de Santo Ildefonso, de 1777, dava posse dessas terras à Espanha. Ainda de acordo com o historiador, incessantes guerras marcaram a disputa pelo território sul-americano. Contudo, é na guerra de 1801 que Portugal passa a expandir seu território, se apossando dos territórios onde atualmente se encontram o Taim e BR01, para fixar aí a Guarda do Cerrito, onde hoje se situa BR02. Consoante Franco (1980), o comércio jaguarenses se estabeleceu entre 1802 e 1811 através da agricultura e da pecuária, comercializada entre os próprios moradores e os vizinhos uruguaios. O autor explica que, logo após o crescimento econômico, Cerrito foi elevado a povoado e em seguida a freguesia, quando finalmente, através de um decreto de Dom Pedro II, em 1832, passou a se chamar Vila Jaguarão. Franco (1980) expõe que, a partir do decreto de Dom Pedro II, a vila começou a tomar proporções maiores estabelecendo seus limites geográficos, elegendo seus vereadores e juizes, para legislar e cuidar da população que, em 1833, contava com 5.457 habitantes.

De acordo com o IBGE, a população jaguarenses, em 2020, está estimada em 26.500 habitantes. A economia de BR02 gira em torno da agropecuária e do comércio diversificado. Na agricultura, o município se destaca pela plantação de arroz e pelo fato de ser pioneiro no cultivo de soja. A pecuária representa outro ponto forte do município. Além da criação de gado os fazendeiros investem muito na ovinocultura, visto que um dos eventos anuais que constam no calendário anual da prefeitura é a Exposição

Internacional de Meia-lã, realizada sempre no mês de março. Cechin (1979) relata que a base do comércio de BR02 são os suprimentos de primeira necessidade, tais como alimentos, roupas e calçados para a população brasileira e a uruguaia. Atualmente, os comerciantes jaguarenses têm se focado mais no público uruguaio, visto que muitos desses empresários investem em viagens à capital uruguaia, para a compra de roupas e de calçados, com o intuito de revendê-los na fronteira. Na educação, estima-se cerca 33 estabelecimentos de ensino, incluindo 21 escolas municipais, 8 escolas estaduais, 3 escolas particulares, 2 Universidades, além de um Instituto Federal em parceria com o país vizinho, o Uruguai.

O município de Rio Branco (UY02), pertencente ao departamento de Cerro Largo, possui, segundo o INE de 2011, uma população de 14.604 habitantes, portanto pouco mais da metade de seu contraponto Jaguarão (BR02). Fundada em 1792, a então Vila Artigas, passou-se a chamar Rio Branco em homenagem ao Barão de Rio Branco, diplomata brasileiro que negociou os atuais limites do município que posteriormente, em 1952, foi elevado a cidade. Considerado um dos principais centros agroindustriais do Uruguai, UY02 tem sua economia baseada no cultivo de arroz e na criação de gado de corte. Atualmente, o turismo e o comércio têm colaborado na crescente economia dos riobranquenses, acompanhando o advento dos *free shops*, que até hoje atraem brasileiros de todas as regiões. De acordo com o Ministério de Desenvolvimento Social uruguaio (MIDES), a cidade de UY02 conta com 7 escolas e uma escola técnica.

Vale, por fim, destacar que a pesquisadora desta Tese é natural desse ponto. Essa relação foi rememorada na visita a BR02, para o levantamento de dados. O conhecimento prévio do entorno, como mostram os dois excertos a seguir, retirados do diário de campo, pode, de um lado, auxiliar na análise e interpretação dos dados. Por outro lado, porém, também requer o distanciamento necessário do pesquisador, mesmo tratando-se de um estudo de paisagem linguística, para garantir uma análise, um “olhar” objetivo e sistemático, controlado e viabilizado pela metodologia da pesquisa.

Sou cria dessa fronteira, nasci em Jaguarão, me criei circulando pelo comércio jaguarense, do restaurante do meu pai, para a loja da minha madrinha e depois para a loja de minha avó, e novamente ao restaurante de meu pai. Cresci ouvindo português e espanhol, indo a eventos dos dois lados da ponte. Mas somente agora, nessa coleta de dados pude enxergar de fato a fronteira Jaguarão – Rio Branco. E de como a diversidade linguística nessa fronteira é maior do que eu supunha. Há italiano, árabe, inglês, alemão além é claro do português e do espanhol. (Diário de Campo: 19 de dezembro de 2019)

Retornei a Jaguarão, pois preciso terminar de fotografar Rio Branco, por aqui é carnaval e fui assistir com a minha madrinha o desfile das três escolas de samba da cidade: Aguenta, Estrela Dalva e Palestina. O carnaval de Jaguarão tem uma magia, é famoso no sul do estado do Rio Grande do Sul, com trios elétricos e abadas os foliões brasileiros e uruguaios tomam conta da 27 de janeiro, principal rua do município. (Diário de Campo: 24 de fevereiro de 2020)

3.2.3 Aceguá (BR03) / Aceguá (UY03)

A menor das fronteiras entre Brasil e Uruguai engloba os pontos pares de Aceguá (BR03), no Brasil, e seu homônimo Aceguá (UY03), no Uruguai. Vive aí uma população de 6.011 habitantes, sendo 4.500 em BR03 e 1.511 em UY01, conforme dados do IBGE e do INE, respectivamente. Essa fronteira seca é separada apenas por um canteiro central, com um marco divisório, como mostra a fig. 06 a seguir.

Fig. 6: Marco divisório da fronteira seca BR03/UY03



Fonte: Dania Gonçalves. Janeiro de 2020

Em diário de campo, foram registradas as seguintes impressões iniciais:

Hoje, 31 de janeiro de 2020, foi minha primeira vez nessa fronteira. Quem chega a Aceguá-BR, também conhecida por Princesa da Fronteira, não percebe que chega também a Aceguá-UY, não há nenhum registro visual que alerte que o Uruguai está ali ao lado, pelo contrário, há um canteiro florido com o nome do município: Aceguá. Meu olhar atento a PL, logo me denunciou a presença dos *free shop*, só assim percebi que Aceguá-UY também estava diante de meus olhos. O marco divisório passa despercebido, pois está em meio a obras no canteiro central. (Diário de campo: 31/01/2020)

O nome Aceguá tem origem no tupi, conforme Tibiriçá (1985: 16) significa “procedência, os aparentados, os conterrâneos”. Essarts (2015) explica que com presença das etnias alemã, espanhola, italiana, portuguesa e quilombolas, o município foi criado em 1996, anteriormente era um distrito do município de Bagé-RS. A base econômica de BR03, ainda de acordo com Essarts (2015), é a agropecuária, com destaque para o gado leiteiro, gado de corte, culturas de arroz, soja e mais recentemente também a olivicultura. Cerca de 75% dos 4.500 habitantes vivem na zona rural do município. Na parte educacional, BR03 está estruturada com três escolas de ensino fundamental e uma escola de ensino médio.

Por seu lado, UY03 localiza-se no departamento de Cerro Largo. A história de fundação do povoado tem início em 1863, para controlar a entrada e saída de pessoas da região. Em 1941, passa ao *status* de povoado e, em 1986, é elevado à condição de Vila. A fonte econômica de UY03 está dividida em duas partes: a mais forte está na agropecuária, com especial atenção para o gado de corte e o cultivo de arroz; uma segunda fonte significativa está no comércio dos *free shop*. No plano educacional, conforme o MIDES, UY03 conta com duas escolas, uma escola primária e uma escola técnica.

3.2.4 Sant’Ana do Livramento (BR04) / Rivera (UY04)

A maior das fronteiras entre o Brasil e o Uruguai, Sant’Ana do Livramento (BR04) e Rivera (UY04) comportam uma população de 156.321 habitantes, sendo 76.321 residentes em BR04 e 80 mil em Rivera. Essa fronteira seca, também conhecida como Fronteira da Paz, tem seu marco divisório central na Praça Internacional que, ao mesmo passo que limita, faz integração das duas cidades, como mostra a fig. 7 a seguir.

Fig. 7: Marco divisório da Praça Internacional na fronteira seca em BR04/UY04



Fonte: Dania Gonçalves. Fevereiro de 2020

Sant'Ana teve sua origem em 1810, às margens do rio Ibirapuitã. Devido ao papel exercido por Diogo de Souza, como comandante do exército pacificador, o acampamento chegou a ser chamado de Cidade de São Diogo. Junto ao acampamento, foi construída uma capela chamada de Nossa Senhora do Livramento, que acabou se transformando no nome do município, mais tarde, em 1823.

A sociedade santanense é formada por diversas etnias, sobretudo indígena, espanhola, portuguesa e italiana. A presença italiana, nesse sentido, é notória na PL da cidade e aponta para uma possível correlação entre registro visual e identidade linguística de seu entorno. Já a economia de Sant'Ana baseia-se no comércio, na agricultura, especialmente de arroz e soja, na pecuária, ovina e bovina, para corte, assim como também na viticultura. Sobre o papel do comércio, cabe citar o seguinte excerto do diário de campo:

O trânsito de gentes é mais evidente nessa fronteira, aos finais de semana é cansativo caminhar pelos centros das cidades. Hoje, contei 27 ônibus e vans estacionados ao redor da Praça Internacional que chegavam para fazer turismo de compras nos *free shops*. O comércio é muito diversificado, aqui em Sant'Ana, no centro brasileiro há muitos restaurantes, pois a comida do lado de cá é infinitamente mais barata que no Uruguai. (Diário de Campo, 10 de fevereiro de 2020)

Na área da educação, segundo o IBGE, BR04 conta com 53 escolas de ensino fundamental, 16 escolas de ensino médio, um Instituto Federal e 5 Universidades, sendo 3 particulares, 1 estadual e 1 federal.

O processo fundacional de Rivera foi feito paulatinamente, pois a região já estava ocupada por indígenas charruas e minuanos, por contrabandistas e pelo posto militar da atual BR04. Os trâmites, para instalação, de um povoado para fazer fronteira com BR04 começaram em 1823, mas foi somente em 1862 que o povoado saiu do papel, em 1867, o povoado recebe o nome de Rivera, para homenagear o general Fructuoso Rivera, conforme site da intendência.

À época de sua fundação, contava com uma população de 341 habitantes. Quase 200 anos depois, o município riverense, que também é a capital do departamento de Rivera, conta com 80 mil habitantes. A cidade cresceu não só populacionalmente, mas também economicamente, através da agropecuária e do comércio, mas especialmente através do turismo de compras, proporcionado pela criação dos *free shop*.

No âmbito educacional, Rivera conta com 37 escolas primárias, 2 escolas para descapacitados intelectuais, uma escola para descapacitados auditivos, 14 liceos, 1 escola técnica e 1 universidade.

3.2.5 Quaraí (BR05) / Artigas (UY05)

Com cerca de 65 mil habitantes, esta fronteira separada pelo rio Quaraí, mas unida pela Ponte Internacional da Concórdia, de 750 metros, é o par de fronteira mais diversificado culturalmente entre Brasil e Uruguai. O que observei, vivenciei e registrei nessa fronteira foi algo singular, como mostram os excertos do diário de campo:

Estou em Quaraí há cinco dias, esse era o outro par de fronteira que não conhecia. Quaraí respira história, cultura e muita diversidade, denominei carinhosamente a cidade de “Quaraí Literária”; aqui fica o Cerro do Jarau, famoso por sua lenda da “Salamanca do Jarau”, lenda esta, reestilizada e contada no livro “Lendas do Sul” pelo pelotense Simões Lopes Neto. E por que Quaraí literária? Porque a cidade tem um bairro inteiro em homenagem a Lopes Neto, rua com o seu nome e de seus personagens. Para uma professora de Letras como eu, isso mexe com o nosso imaginário, enquanto fotografei hoje a rua Blau Nunes, recordei o conto de Lopes Neto, e desejei muito poder encontrar Blau para ouvir suas histórias. (Diário de campo, 22 de janeiro de 2020)

Quaraí é muito diversificada etnicamente, a primeira etnia que salta aos olhos é a árabe. Além do árabe estar presente na língua escrita da cidade, como é possível verificar nos registros visuais fotográficos, ele está presente também na vestimenta das mulheres árabes, que usam o *hijab*, na religião com a presença de duas mesquitas e muitos livros religiosos que circulam na comunidade. Hoje, ganhei de um senhor árabe, com o qual conversei, quatro livros, dos quais três estavam em

português: *A mensagem do Islam, 40 perguntas sobre a Palestina e Muhammad, o mensageiro de Deus* e um, em espanhol: *La mujer en el Islam*, falando sobre a religião islâmica. Por fim, há eventos culturais árabes, há um clube árabe palestino que fica na entrada da cidade. (Diário de campo 26 de janeiro de 2020)

Hoje fui a Artigas, atravessei a ponte Concórdia que liga os dois municípios, os dois países, o que mais me chamou atenção, foi que não há nenhum marco divisório na ponte, como há, por exemplo, na ponte Mauá que liga Jaguarão a Rio Branco. Aliás, essa é a única das cinco fronteiras entre o Brasil e o Uruguai que não possui um marco divisório físico construído pelo homem. (Diário de Campo 18 de janeiro de 2020)

Artigas é uma cidade imponente, o centro do município me recorda a capital uruguaia, Montevideo, mas são nos bairros que vemos o que é morar numa fronteira. Eu diria até que é um lugar sem fronteiras, vejo Artigas como uma extensão de Quaraí e vice e versa. Essa manhã enquanto fotografava o bairro Rampla, em Artigas, me deparei com a quadra de uma escola de samba, a Rampla. Conversei um pouco com dois homens que estavam na frente da escola, e eles me convidaram para assistir ao ensaio técnico à noite.[...] A noite chegou e eu vi a magia acontecer diante dos meus olhos, escola de samba uruguaia, com samba enredo em língua portuguesa: o refrão dizia assim: “Rampla, Rampla, Rampla enquanto houver Rampla eu hei de sambar”, e uma comissão de frente sendo ensaiada por uma bailarina que falava em espanhol e cantava em português, assim como os demais bailarinos, fiquei enlouquecida por não poder gravar aquele momento, já que minha pesquisa não tem autorização para esse tipo de registro. (Diário de campo: 24 de janeiro de 2020)

Fig. 8: Ponte Internacional da Concórdia, entre BR05 e UY05



Fonte: es.wikipedia.com

Quaraí, assim como muitos dos outros pares de fronteiras vistos nesse estudo, também tem na raiz de seu nome a língua tupi, Tibiriçá (1985:100) explica que o nome da cidade significa rio do buraco ou rio da furna. A história de Quaraí (BR05) começa em

1814, com a entrega de sesmarias a 42 estanceiros que ocuparam uma área de 3.238 km², onde hoje é o município. A cidade que foi berço da última batalha farroupilha, em 1844, tem um histórico de guerras para barrar o avanço dos uruguaios em seu território. Assim, por exemplo, em 1816, o posto militar liderado pelo Comandante José Abreu barrou a invasão uruguaia comandada pelo General Artigas, que dá nome ao ponto UY05.

BR05 desenvolveu sua economia através da agropecuária; em sua origem, foi grande produtor de charque e possuía grandes saladeiros, que hoje viraram pontos turísticos. Atualmente, o município destaca-se pela criação de ovinos e plantio de arroz, além do forte comércio que possui grande presença árabe. Conforme o IBGE, a população de BR05 está estimada em 22.607 habitantes. Ainda segundo o Instituto, para atender o sistema educacional, o município conta com 14 escolas de ensino fundamental e 2 escolas de ensino médio.

Com uma população estimada em 43.567 habitantes, consoante os dados do INE, Artigas (ponto UY05) é a capital do departamento de mesmo nome, Artigas. UY05 tem sua origem em 1852, quando foi fundada às margens do rio Quaraí, após longas disputas por terras, com o país vizinho. Em 1884, foi estabelecida como capital do departamento e, finalmente, em 1915, foi elevada a cidade.

Assim como sua cidade irmã BR05, UY05 distingue-se, na economia, por ser grande produtora de ovinos. O município é o segundo maior produtor de ovinos, no Uruguai. Além disso, é grande produtor de arroz e se destaca pela exportação de pedras preciosas, como a ágata e a ametista. No comércio, assim como nas demais cidades uruguaias de fronteira com o Brasil, merece destaque o comércio dos *free shops*, que atrai muitos brasileiros para o turismo de compras. Por fim, na área educacional, UY05 conta com 20 escolas primárias, sendo 5 em tempo integral, uma escola para descapacitados intelectuais, 6 Liceos, uma escola técnica e uma escola agrária, que estão a cargo da Universidad del Trabajo del Uruguay (UTU).

Como se vê, há muitos pontos em comum entre os cinco pares de pontos de pesquisa selecionados, especialmente no campo da economia. Contudo, há variáveis que é preciso levar em conta, como a diversidade e densidade demográfica, com destaque à presença de um grupo étnico-linguístico representativo que não seja exclusivamente de língua e cultura lusófona e hispanófona, a presença de uma fronteira seca ou fluvial, a idade desde a fundação, mas também aspectos de ordem sócio-estrutural e metodológica,

na relação do pesquisador com seu objeto de estudo. Vejamos, agora, a seguir os procedimentos e princípios observados na coleta de dados para o estudo da PL nesses diferentes contextos.

3.3 Coleta de dados

No capítulo 2, no qual abordamos o referencial teórico sobre paisagem linguística, apontamos que uma das maiores críticas feitas à PL é a mesma não possuir uma metodologia consolidada para a coleta de dados. Entenda-se, aqui, a coleta de dados não como uma simples reunião de fotografias de determinada paisagem linguística, mas mais uma reunião organizada e sistemática de dados da paisagem linguística. Assim, um dos maiores desafios desta pesquisa foi a construção e elaboração de uma metodologia para captação dos dados, a qual foi pensada e discutida exaustivamente.

Para a definição dos procedimentos metodológicos da coleta de dados, serviram de base, contudo, três outros estudos da área: Cenoz e Gorter (2006), Bagna e Barni (2006) e Barni e Bagna (2009). Desses estudos, foram extraídos os critérios que se julgou mais pertinentes e significativos para elaborar um método que possibilitasse um mapeamento mais seguro e controlável da paisagem linguística de uma ou mais cidades e até regiões maiores.

Cenoz e Gorter (2006) fizeram sua pesquisa no País Basco e na Frísia, respectivamente nas cidades de Donostia e Ljouwert. Os linguistas analisaram apenas uma rua comercial de cada cidade, para fazer uma análise comparativa. Em certo sentido, uma rua parece muito pouco para expressar a paisagem linguística de uma cidade, mas o que torna a metodologia de Cenoz e Gorter especialmente interessante foi o fato de os pesquisadores terem considerado cada estabelecimento comercial ou público como uma unidade de análise, e não cada inscrição. Esse critério é de suma importância, pois torna a análise mais fidedigna. Muitas vezes em um mesmo estabelecimento é possível encontrar uma inscrição monolíngue e outra inscrição plurilíngue. Logo, considerar o todo como uma unidade de análise diz muito mais do estabelecimento e da sociedade privada do que uma análise isolada de cada inscrição gráfica.

Já Bagna e Barni (2006) começaram a testar, no centro de Siena, na Itália, a ideia de um estudo de paisagem linguística através da geolocalização. Em Barni e Bagna

(2009), os pesquisadores apresentaram a metodologia georreferenciada, iniciada em 2006, para fazer um mapeamento das fotos registradas por cidade, bairro, rua e quarteirão. A vantagem dessa metodologia foi possibilitar, além de uma análise sincrônica, uma análise diacrônica. Uma análise sincrônica nos permite olhar, por exemplo, para o centro de BR01 e compará-lo ao centro de BR05, ou ainda olhar para o centro e os bairros periféricos de UY04, em um mesmo espaço de tempo, ou seja, numa forma de pesquisa homogênea.

Por outro lado, uma análise diacrônica permite, por exemplo, que o mapeamento feito na fronteira Brasil – Uruguai, para esta Tese, através de dados coletados entre dezembro de 2019 e fevereiro de 2020, seja possível, daqui a alguns anos, refazer o levantamento, de modo a sobrepor os futuros dados aos dados atuais e, assim, poder verificar onde houve modificações nas línguas, onde houve manutenção, se novas línguas minoritárias surgiram ou desapareceram desse território, etc. Isso, porém, só será possível através de uma coleta georreferenciada.

O critério de fotografar dados de paisagem linguística de forma georreferenciada exige um trabalho árduo, pois inclui o trabalho prévio com mapas, o que envolve buscar mapas atualizados nas prefeituras, estudar esses mapas, traçar os bairros, descobrir a rua principal de cada bairro, para só então começar a fotografar, de forma consequente e esclarecida. Barni e Bagna (2008) defendem que essa metodologia é mais eficaz, pois é possível registrar uma ampla gama de informações, de modo a permitir vários tipos de análise e, assim, facilitar a comparação dos resultados. Estamos de acordo com os pesquisadores, pois organizando os dados dessa forma sistemática é possível interpretá-los de diferentes maneiras conforme a abordagem adotada (política, linguística ou sociológica). Consoante Barni e Bagna (2009), esse controle georreferenciado garante um equilíbrio do universo semiótico e considera de forma mais justa as demandas da pesquisa da paisagem linguística.

Ao utilizar as metodologias propostas por Cenoz e Gorter (2006), Bagna e Barni (2006) e Barni e Bagna (2008), buscamos, por um lado, reunir, analisar e encontrar as características do plurilinguismo observado no território linguístico fronteiriço entre o Brasil e o Uruguai, para verificar a ocorrência de traços linguísticos de outras línguas além do português e do espanhol. Por outro lado, pretendemos também, através da metodologia utilizada, monitorar, em estudos futuros, como se desenvolverá a paisagem linguística dessa faixa fronteiriça e como se comportará cada língua encontrada.

Desta forma, a metodologia utilizada para analisar o plurilinguismo do território fronteiriço, em termos das diferentes línguas presentes em uma determinada área e das dinâmicas de contato entre diferentes grupos, deve considerar a análise de uma(s) língua(s) ou minoria(s) linguística(s) específica(s) dentro de um município ou região. Ainda é possível verificar através dos sinais gráficos, se uma língua é capaz de alcançar o domínio dentro do território fronteiriço, seja por razões de prestígio, moda, valor simbólico ou excedente semiótico veiculado. Assim, o que distingue a metodologia apresentada aqui é que ela nos permite coletar e comparar as diferentes marcas linguísticas pertencentes a diferentes tipos de textos e, ao mesmo tempo, construir grandes *corpora* e, até mesmo, *sub-corpora* (seguindo procedimentos para selecionar e filtrar o material coletado), como veremos no capítulo 4.

Todos os dados coletados na fronteira Brasil – Uruguai foram devidamente georreferenciados, o que implica dizer que foram ligados ao local de coleta, usando uma classificação geral: país, estado ou departamento, município ou distrito, bairro, rua e, por fim, quarteirão, que ainda está separado em numeração par e numeração ímpar. Para que essa georreferenciação fosse possível, foram necessárias duas coisas: (1) coletar e analisar a mais ampla gama possível de dados linguísticos e (2) examinar e analisar de forma cruzada os dados coletados.

Uma vez definida a metodologia, a ida a campo englobou 65 dias de coletas de dados, abrigado em hotéis, casas alugadas e a própria casa da família da pesquisadora. Nesse período, foram percorridos 4.109 km entre os dois países, Brasil e Uruguai, e as 10 cidades que constituem a rede de pontos. Munida de um aparelho celular com uma excelente câmera fotográfica, internet móvel no aparelho, além de água abundante e protetor solar, a pesquisadora iniciou a coleta, no dia 15 de dezembro de 2019, no ponto BR02, por ser sua cidade natal.

Das dificuldades encontradas, as que mais incomodaram foram aquelas que não podemos controlar: o calor excessivo, a exaustão física, a contratura muscular na coluna, que deixou a pesquisadora de cama por 4 dias, em BR04, bem como a solidão da coleta. Houve também muita aprendizagem. A viagem propiciou um conhecimento amplo da faixa fronteiriça; das dez cidades pesquisadas, apenas quatro não eram conhecidas pela pesquisadora – BR03/UY03 e BR05/UY05. Com isso, pode-se conhecer, com o olhar objetivo de pesquisador, novas cidades e um pouco de outras culturas, como a cultura

árabe-palestina em BR01/UY01, BR04/UY04 e BR05, o carnaval brasiguai em BR02 e UY05, além de incontáveis pontos turísticos.

Cabe ressaltar que, entre as dificuldades encontradas, também é preciso mencionar a pandemia do corona vírus, que vem assolando o mundo desde dezembro de 2019. Junto com a pandemia, uma contusão muscular sofrida pela pesquisadora da Tese, em BR04, impediu completar a coleta de dados nessa localidade. Foi possível registrar somente os dados do centro de BR04 e de apenas um bairro.

Na sequência, são detalhados os diferentes procedimentos utilizados para realizar a coleta de dados de forma controlada e sistemática.

3.3.1 Mapeamento e identificação das microáreas

O mapeamento e identificação de microáreas foi uma das partes mais trabalhosas da pesquisa e se realizou em seis etapas, duas antes da coleta de dados começar, duas durante a coleta de dados e duas na análise dados. O trabalho anterior à coleta serviu para identificar e localizar a área fronteiriça e, deste modo, calcular o tempo necessário para o levantamento fotográfico em cada ponto, bem como para providenciar a estadia e avaliar a logística necessária. O primeiro passo foi buscar na internet, especialmente nos *sites* das prefeituras dos nove municípios e do Distrito de UY03, mapas atualizados de cada ponto a ser pesquisado. Dos dez mapas buscados, foram encontrados seis: BR02, BR03, BR04/UY04, BR05/UY05, além de alguns mapas esparsos, como o de BR02. Com as informações desses mapas, procedeu-se à identificação dos bairros e ruas que deveriam previamente ser fotografados. Além disso, fixou-se como tarefa, na chegada a cada ponto de pesquisa, uma visita a todas as prefeituras, visando obter mapas mais atualizados.

Cabe, aqui, o registro feito no diário de campo sobre as dificuldades para obter esse tipo de dado ou mesmo da atenção que merece a pesquisa empreendida. Por razões éticas, se omitem nos excertos a seguir, os nomes dos municípios das respectivas prefeituras.

Hoje cheguei a X, como de costume me dirigi à prefeitura para conversar com o responsável pelos mapas do município, para conseguir um mapa atualizado. Fui super bem recebida na prefeitura, fiquei encantada pois mostraram interesse na pesquisa, solicitaram meu e-mail e passaram seus contatos e me pediram para avisar da defesa, pois queriam ver quais seriam os resultados coletados no município. Diário de campo 20 de janeiro de 2020

Hoje já é o quinto dia que vou à prefeitura Y já conversei com quase todos os funcionários da prefeitura, alguns muito amáveis, outros nem tanto, as informações que me dão são desconstruídas, o responsável pelos mapas, nunca está, conversei com ele ontem por telefone, disse que hoje me receberia, fui no horário marcado e novamente ele não estava. [...] Os funcionários da prefeitura vendo meu desespero e choro me mandaram até a polícia, pois lá haveria um mapa de Y, o mapa realmente estava lá, mas na sala do comandante que não se encontrava no momento. Diário de campo 5 de fevereiro de 2020

Situações como essa ilustram as dificuldades da pesquisa, tanto no Brasil quanto no Uruguai. Embora não seja o foco, vale acrescentar que por toda parte foram encontradas pessoas dispostas a ajudar, interessadas em estender a mão fornecendo material que pudesse ser útil ao estudo. Contudo, às vezes encontramos pedras no caminho, em outras palavras muita resistência.

Com os mapas em mão, a segunda ação empreendida durante a coleta consistiu em confirmar se os mapas apontavam os mesmos bairros e ruas identificados nos mapas encontrados na internet, visto que o levantamento fotográfico realizado seguiu os bairros e as ruas, como mostram as tabelas 1, 2, 3 e 4.

Tab.1: Bairros fotografados na fronteira brasileira

Pontos brasileiros	BR01	BR02	BR03	BR04	BR05	Total
Nº de bairros fotografados	10	14	4	2 ³⁰	31	61

Tab. 2: Bairros fotografados na fronteira uruguaia

Pontos uruguaiois	UY01	UY02	UY03	UY04	UY05	Total
Nº de bairros fotografados	4	34	4	26	26	95

³⁰ Cabe lembrar que aqui somente foi possível fotografar dois bairros, conforme vimos na seção 3.3.

Tab. 3: Ruas fotografadas na fronteira brasileira

Pontos brasileiros	BR01	BR02	BR03	BR04	BR05	Total
Nº de ruas fotografadas	14	18	6	5	31	74

Tab. 4: Ruas fotografadas na fronteira uruguaia

Pontos uruguaios	UY01	UY02	UY03	UY04	UY05	Total
Nº de ruas fotografadas	4	35	5	32	26	102

Cabe ressaltar que a diferença entre o número de bairros, 156 bairros brasileiros e uruguaiois, para o número de ruas fotografados, 176 ruas brasileiras e uruguaianas, deve-se ao fato de os centros das cidades e os bairros maiores possuírem mais de uma rua principal. Contudo, trata-se de municípios pequenos, portanto não de grandes metrópoles, o que explica alguns bairros, nos quais a rua principal, mesmo sendo central, era uma rua esburacada, de terra, e em que as casas eram feitas de madeira e lata, com grandes frestas entre uma madeira e outra, em bairros muitos humildes. Nessas condições, não havia uma paisagem linguística claramente observável.

O mapeamento realizado posteriormente com base nos dados coletados é de ordem quantitativa e diz respeito à análise de dados como veremos no capítulo 5. Essa etapa consistiu em identificar quantas unidades de análise havia em cada rua fotografada e quantas línguas compunham cada rua, bairro, centro e município.

Na seção seguinte veremos como foi feito o registro fotográfico da Paisagem Linguística e os desafios superados.

3.3.2 Registro fotográfico da paisagem linguística

O registro fotográfico é, sem sombra de dúvida, por si só o trabalho investigativo em ação, movido pela curiosidade científica e, ao mesmo tempo, pela experiência direta com a paisagem linguística diante de seus olhos. Para essa etapa, o pesquisador tem de se equipar com três ferramentas essenciais: um celular (mais discreto e tão eficaz quanto

uma câmera fotográfica), acesso à internet e um computador, para baixar e identificar os dados fotográficos.

Os registros fotográficos foram feitos através de um aparelho celular moto G, que possui uma câmera integrada de 48 Mega Pixels. A opção por fotografar com um celular e não com uma câmera deve-se a dois motivos: o primeiro é que o celular é mais discreto e com a tecnologia dos dias atuais é tão bom quanto uma câmera fotográfica. Mas o principal motivo de escolher o celular foi para fazer, ao mesmo tempo, o mapeamento de cada foto registrada. Utilizamos como forma de armazenamento de fotos um aplicativo de conversas nessa fase contei com a boa vontade da Alzira, mãe da pesquisadora, com quem compartilhava as fotos no aplicativo, garantindo desse modo um *backup*, em caso de perda ou roubo do aparelho celular.

As fotos foram etiquetadas e agrupadas da seguinte forma: primeiro, identificou-se o código do ponto, depois o nome do bairro, depois o nome da rua, depois o número do quarteirão (Q + nº da quadra) e, por fim, a letra (P), para indicar lado par, e (I), para indicar o lado ímpar. Exemplo: **UY01_Centro_Av. Brasil_Q3_P**. Desse modo, foi possível ter um controle rigoroso da localização de cada unidade de análise (a foto), na paisagem linguística, neste caso, do terceiro quarteirão de numeração par, da Avenida Brasil, no bairro Centro de UY01. Após o dia de coleta, fez-se um armazenamento dos dados no computador, arquivando-os com os nomes dos respectivos grupos de dados, separados por cidade, bairro, rua, lado par ou ímpar e a quadra para posterior análise.

Durante os 65 dias de registro da paisagem linguística nos 10 pontos de pesquisa selecionados, somou-se um total de 7.251 fotos, que resultaram em 3.314 unidades de análise. As tabelas 5 e 6 a seguir dão a distribuição dos dados fotográficos em cada ponto de pesquisa.

Tab. 5: Distribuição dos registros fotográficos nos pontos de pesquisa da fronteira brasileira

Pontos brasileiros	BR01	BR02	BR03	BR04	BR05	Total
Nº de registros fotográficos	417	1310	145	442	1012	3.326

Tab. 6: Distribuição dos registros fotográficos nos pontos de pesquisa da fronteira uruguaia

Pontos uruguaios	UY01	UY02	UY03	UY04	UY05	Total
Nº de registros fotográficos	313	1165	114	1579	754	3.925

Cabe lembrar que o número de 7.251 fotos equivale ao número de registros fotográficos efetivamente feitos, e não ao número total de unidades de análise que resultou de uma pré-seleção, chegando a 3314. Muitas vezes, fazia-se mais de uma foto da mesma unidade de análise, para captar todos os detalhes analisáveis; por isso, essa diferença. Assim, nas tabelas 7 e 8 é possível verificar o número real de unidades analisadas em cada par de cidades.

Tab. 7: Unidades de análise da fronteira brasileira

Pontos brasileiros	BR01	BR02	BR03	BR04	BR05	Total
Nº de unidades de análise	268	289	82	348	653	1640

Tab. 8: Unidades de análise da fronteira uruguaia

Pontos uruguaios	UY01	UY02	UY03	UY04	UY05	Total
Nº de unidades de análise	203	174	83	772	442	1675

Na próxima seção, trataremos dos procedimentos auxiliares à obtenção dos dados de paisagem linguística, envolvendo a observação do entorno e as anotações de campo.

3.3.3 Observação e anotações de campo

A observação do entorno de cada paisagem linguística, assim como as anotações de campo representam dados relevantes para complementar os dados fotográficos levantados. O diário de campo da pesquisadora incluiu, entretanto, não apenas relatos e observações feitas *in loco*, como também se valeu de vídeos e áudios instantâneos, feitos

por meio do celular. Isso permitiu uma revisão posterior das impressões momentâneas, a partir dos áudios e vídeos, para à noite transcrevê-las no diário. O esforço de escrever diariamente no diário às vezes era interrompido pelo cansaço inevitável; assim, a prática de registro de voz ficou ainda mais frequente e se tornou um recurso adicional que, no entanto, implicou na oitiva e revisão dos áudios, fazendo com que o registro do diário fosse finalizado somente em Rio Grande – RS, no mês de abril. Apesar da grande quantidade de trabalho e dos muitos registros em áudio, tratava-se de material fidedigno ao momento da observação.

O diário de campo foi um grande aliado para a escrita e análise da Tese e comprova que uma foto isolada, sem sua localização no todo, exclui uma série de informações relevantes. No diário de campo, estão os olhos da pesquisadora, registros que a câmera do celular não pode captar, mas que complementam os dados que serão analisados no capítulo 4. Seguem alguns excertos, para ilustrar o que está sendo dito:

Andando pelas ruas de Quaraí me sinto em outro país, em algum país árabe. Já vi mulheres árabes usando o *hijab* em diversas cidades do Brasil, mas nunca uma concentração tão grande de mulheres como observo aqui, algumas usam somente o *hijab* e o restante das vestimentas são ocidentais, calça jeans, camiseta, mas há outras mulheres, principalmente as mais idosas, essas usam a vestimenta completa. Diário de campo 19/01/2020

De fato, há uma comunidade árabe muito forte em Quaraí, além do Clube árabe – palestino na entrada da cidade, acabo de encontrar uma mesquita gigantesca em uma das ruas do centro. É a primeira vez que vejo uma mesquita, me pareceu muito bonita. Vejo também as mulheres árabes circulando no entorno da mesquita e pelo centro da cidade e trabalhando no comércio, todas lindas com o seu *hijab*. Diário de campo 20/01/2020

Há um número significativo de comércios chineses em Rivera, registrei comércios com referência à China e a placas em mandarim, na Avenida Sarandi e agora também na rua Agraciada. Mas o que as câmeras fotográficas não podem captar são os fenótipos dos proprietários dessas lojas, todos com olhos puxados. Diário de campo 12/02/2020

Entrei em uma das lojas chinesas da rua Agraciada, para averiguar. Há muitos chineses dentro da loja, contei pelo menos 6, e muito provavelmente estão falando em mandarim, (suponho, pois não compreendo mandarim). Diário de campo 12/02/2020

Vi agora, um clube japonês na periferia de Rivera, fiquei me perguntando se as lojas chinesas são de fato de chineses ou serão de japoneses. Me arrependo amargamente de não haver previsto entrevistas na pesquisa, há tantas coisas que gostaria de perguntar a esses comerciantes, mas compreendo também que não teria pernas para realizar um trabalho dessa magnitude sozinha. Levaria talvez o dobro ou triplo do tempo conversando com os comerciantes, agendando entrevistas. Diário de campo 14/02/2020

Acabo de encontrar uma mesquita no Chuí, muito mais grandiosa e imponente do

que a que observei em Quaraí. De fato, me chama atenção uma mesquita aqui, pois diferentemente de Quaraí as referências árabes no comércio são poucas, e até agora não vi mulheres circulando com seu *hijab* tão característico em Quaraí. Diário de campo 20/02/2020

O Chuí é uma cidade muito surpreendente, acabo de sair de um estabelecimento do Detran, localizado ao final da Avenida Uruguai. O interessante é que as informações da placa do Detran, estão todas em espanhol. E o atendente, entrei lá para pedir informações de uma rua que não estava encontrando, é uruguaio, falava com um acento espanhol muito forte. Diário de campo 20/02/2020

Esses excertos mostram o que as lentes da câmera infelizmente não puderam captar. A natureza dessas anotações dificulta uma análise quantitativa, mas favorece enormemente a interpretação – com base em uma análise qualitativa – do dado visual. É verdade que também envolve as impressões subjetivas da pesquisadora no momento da observação e registro. São, porém, impressões que podem ser reanalisadas com o distanciamento que a análise posterior favorece.

Com isso, finalizamos a apresentação do contexto da fronteira (cap. 1), dos pressupostos teóricos básicos (cap. 2) e da metodologia de coleta dos dados na rede de pontos selecionada (cap. 3). Passamos, agora, no cap. 4 a seguir, à análise propriamente dita dos dados de paisagem linguística, na área em estudo, a fronteira Brasil – Uruguai.

Capítulo 4 – ANÁLISE DOS DADOS DE PAISAGEM LINGUÍSTICA

Neste capítulo 4, são analisados os dados coletados na rede de pontos selecionados, englobando cinco pontos brasileiros e seus cinco contrapontos uruguaios – neste caso, BR01/UY01, BR02/UY02, BR03/UY03, BR04/UY04 e BR05/UY05. Dada a abrangência da área e do *corpus*, não há por outro lado a pretensão de esgotar todas as possibilidades de análise, e sim acima de tudo dar conta dos objetivos básicos previamente estabelecidos e que relembramos a seguir.

4.1 Relembrando os objetivos deste estudo

Conforme já explicitado na introdução, é objetivo deste estudo identificar e compreender o papel da presença visual das línguas em um espaço plurilíngue de fronteira, que por definição já é no mínimo bilíngue, uma vez que põe em contato dois lados e duas línguas ou variedades. As línguas escritas nos espaços públicos aparecem, assim, como um sinal que exprime uma ação e uma intenção por trás. Elas também delimitam territorialidades linguísticas próprias. Nessa perspectiva, a paisagem linguística representa o dado de pesquisa. O motivo ou as razões que determinam sua configuração, ou seja, o que motivou a paisagem linguística representa o significado que esse dado assume no contexto em que ocorre. Tem-se, com isso, que a pesquisa busca explicar o que a paisagem linguística revela sobre o plurilinguismo e o contato entre línguas.

Desse objetivo geral, ao mesmo tempo descritivo e interpretativo, derivam deste modo as seguintes perguntas: Quais seriam as motivações para ter uma determinada placa ou inscrição? E o que essa placa ou inscrição pode revelar sobre quem produziu esse sinal, e qual a possível vinculação desse agente com uma comunidade linguística específica?

Como é de se esperar, o local e o global se complementam, aqui. Inscrições em língua inglesa, por exemplo, não pressupõem propriamente uma comunidade de língua inglesa. A hipótese natural do pesquisador é que não há uma comunidade por trás; o que ocorre é

que o inglês, como língua hipercentral (DE SWAAN, 2001), estende sua influência para o contexto local. Por outro lado, uma placa em uma língua não muito usual e esperada, como o mandarim em BR04/UY04, pode apontar com maior probabilidade para uma comunidade de fala local que mantenha uma territorialidade própria, pois não possui a motivação e alcance que se associa ao inglês, ao menos no contexto da fronteira em estudo. Dado que o grau de urbanidade pode contribuir para a presença maior ou menor da língua a ou b, será muito importante o registro fotográfico por unidades de área mais ou menos delimitadas, distinguindo bairros, ruas centrais e áreas periféricas etc. Dessas ponderações em relação ao objetivo geral derivam os objetivos específicos que vale relembrar aqui:

- (i) Contribuir para o aprimoramento da metodologia para a coleta e análise de dados em paisagem linguística;
- (ii) Delinear a dinâmica de ocupação dos espaços sociais com línguas diferentes;
- (iii) Mapear as possíveis territorialidades das línguas expressas na paisagem linguística da fronteira Brasil - Uruguai.

Cabe frisar que o objetivo específico (i) já mobilizou, em certo sentido, uma carga de reflexão e um conjunto de decisões para a coleta e análise de dados, no capítulo 3. Entretanto, o aspecto mais desafiador parece ser a interface que ainda falta, para os objetivos estabelecidos, que diz respeito aos procedimentos de análise. Quer dizer, como organizar os dados para atingir os objetivos (ii) e (iii)?

Os procedimentos de análise da paisagem linguística são, via de regra, mais desafiadores que a coleta em si. Na coleta de dados, tomou-se o cuidado de separar os dados fotográficos por “arealidades”. Enquanto a arealidade é física, a territorialidade é abstrata e funcional, pois o lugar de ocupação da língua equivale ao lugar, onde possivelmente circulam os falantes da língua (ALTENHOFEN, 2014). Um exemplo: se vamos para Quaraí, naquela territorialidade existe uma grande probabilidade de ouvir um árabe, ou de observar uma placa em árabe. Essa probabilidade estende-se por um determinado raio, mas ela não apresenta limites claros, diferentemente da arealidade, física, que equivale aos limites delimitados pelo bairro.

Pode parecer pretencioso definir como objetivo específico o estabelecimento e

aprimoramento de questões metodológicas, que vão desde o olhar subjetivo para a presença visual, à primeira vista caótica, de línguas no espaço, até o que essa presença visual pode revelar, de fato, sobre o falante, reiterando que esse registro visual pressupõe uma ação por trás de sua produção e, em certa medida, a existência de uma possível comunidade de fala que dá sustentação e justifica sua presença. Cabe esse olhar crítico para auxiliar em futuros estudos, vislumbrando na análise dos dados, devidamente organizados e etiquetados, estratégias que permitam atingir os demais objetivos.

Em relação ao objetivo (ii), a possível vinculação ao falante da língua escolhida, no registro visual, e sua identidade e possível comunidade nos leva à pergunta se esse falante apenas exprime uma identificação ou se ele reafirma sua posição e define, com isso, um espaço de ocupação da sua língua, pois há mais falantes dessa comunidade que transitam nessa territorialidade. Vale lembrar, com Altenhofen (2014), que uma determinada territorialidade pode se sobrepor à territorialidade linguística de outras comunidades, visto que os espaços urbanos são compartilhados, mas a probabilidade de a língua ser usada e de seus falantes se moverem dentro dessa territorialidade significa que há uma rede de comunicação ativa daquela comunidade.

Para o objetivo (iii), mostra-se especialmente relevante, nesse sentido, o mapeamento de territorialidades. Se o mapeamento revela uma certa territorialidade, cabe levantar quais os possíveis mecanismos que dão sustentação a ela, como por exemplo no caso de clubes e templos religiosos. Pergunta-se, portanto, o que dá suporte às línguas faladas em comunidade, no espaço de fronteira. Para responder a essa pergunta, seria necessário observar, mesmo que de forma qualitativa, as redes de comunicação e as instituições de referência, como uma igreja, clube ou escola, bem como a identificação de comunidades de prática. Este estudo, entretanto, se restringe ao plano de análise sociológica do plurilinguismo expresso por meio da paisagem linguística, na fronteira.

Em suma, a análise do acervo de dados fotográficos da paisagem linguística, na rede de pontos em estudo, dar-se-á em três passos, seguindo a ordem dos objetivos. Em primeiro lugar, é preciso considerar a relação com o dado, fazendo uma análise qualitativa e tipológica que aprimore a metodologia de classificação dos dados. Em segundo lugar, cabe identificar a relação do dado particular (por exemplo, uma placa específica) com o seu entorno. Por fim, tem-se a tentativa de verificar a existência de comunidades linguísticas por trás da ocorrência do dado de paisagem linguística.

No momento em que se observa uma aglomeração territorial de dados de paisagem linguística que sinalizam uma territorialidade de uso para uma determinada língua, cumpre-se o terceiro objetivo. O segundo objetivo, por outro lado, aponta para a dinâmica de ocupação do espaço, o que também implica uma análise mais qualitativa e relacional, pois o dado é relacionado com o contexto, com o entorno. A análise, deste modo, parte do particular e pontual para o interacional e relacional, culminando com o plano macroanalítico. Iniciemos, portanto, com as questões relativas ao objetivo (i), que tem a ver com a contribuição para o aprimoramento da análise de paisagem linguística.

4.2 Categorizando os dados da paisagem linguística

De acordo com Cenoz e Gorter (2006), é importante tomar a unidade de análise, a foto, não isoladamente, mas sim na sua relação com outras fotos, em um conjunto de dados. A foto precisa ser vista na sua relação com o contexto. Isso pode ser uma relação interna, se envolve a mesma língua ou retrata o mesmo cartaz, o mesmo evento ou objeto, em línguas diferentes. Ou pode ser uma relação externa, se a princípio envolve línguas sem conexão aparente, como cartazes contendo línguas distintas, ou um cartaz sobre um evento da localidade vizinha, o que mostra que as duas comunidades fazem trocas, com interesses mútuos, mantendo uma parceria.

Esse princípio básico da “relacionalidade do objeto de análise da paisagem linguística”, isto é, o registro visual fotográfico, tem implicações metodológicas. Afinal, como se vai analisar o acervo de dados fotográficos? O ponto de partida é simples: inicialmente, deve-se observar se determinado dado é recorrente, ou melhor, se se encontra em “aglomeração”. A noção de “aglomeração”, como se verá na seção a seguir, será importante para a análise.

Consideremos mais de um cartaz em uma parada de ônibus: a **opção 1** seria que estão todos na mesma língua, porém alguns provêm de outras localidades da vizinhança; como **opção 2** poderíamos considerar em quais línguas estão os cartazes, distinguindo entre cartazes com inscrições em português ou espanhol e nas demais línguas; por último, como **opção 3**, poderíamos observar mais de uma língua e registro em um mesmo cartaz, ou seja inscrições com uma ou mais línguas. Haveria ainda uma **opção 4**, que poderia considerar diferentes campos e domínios sociais, como por exemplo administração,

religião, comércio, educação, cultura, etc. São exemplos o cartaz de uma cartomante, de um baile, de um curso, de uma pizzaria, etc.

Vejamos essas diferentes opções de análise em separado, para compreender melhor o que cada uma implica.

4.2.1 O dado de paisagem linguística isolado e em relação a:

As relações internas em uma única foto envolvem um conjunto de elementos (em relação interna) que vamos chamar de *unidade de análise*, a qual precisa ser vista, adicionalmente, no seu contexto de aglomeração (em relação externa, com o entorno). O conteúdo de uma foto como unidade de análise é parte de um todo que está correlacionado internamente por ser do mesmo evento, ou da mesma instituição, ou do mesmo autor. A unidade de análise é por isso um conjunto de elementos que dialogam entre si e que se referem às seguintes variáveis:

- 1) língua,
- 2) evento ou atividade,
- 3) instituição,
- 4) autoria,
- 5) finalidade e

6) suporte iconográfico, que pode ser uma ilustração, uma foto, uma logomarca, ou ainda, uma bandeira ou um estilo de fonte escrita (por exemplo, em árabe ou em escrita gótica). São marcas iconográficas que sinalizam uma identidade e carregam um valor simbólico o qual serve para enaltecer que a mensagem dialoga com a língua e a comunidade que está ali. É o que observamos em algumas inscrições, como a da figura a seguir, levantada em BR05:

Fig. 9: Loja com nome em árabe e bandeira da Palestina



Fonte: Dania Gonçalves – BR05_Centro_janeiro de 2020.

Fig. 10: Escrita em Árabe



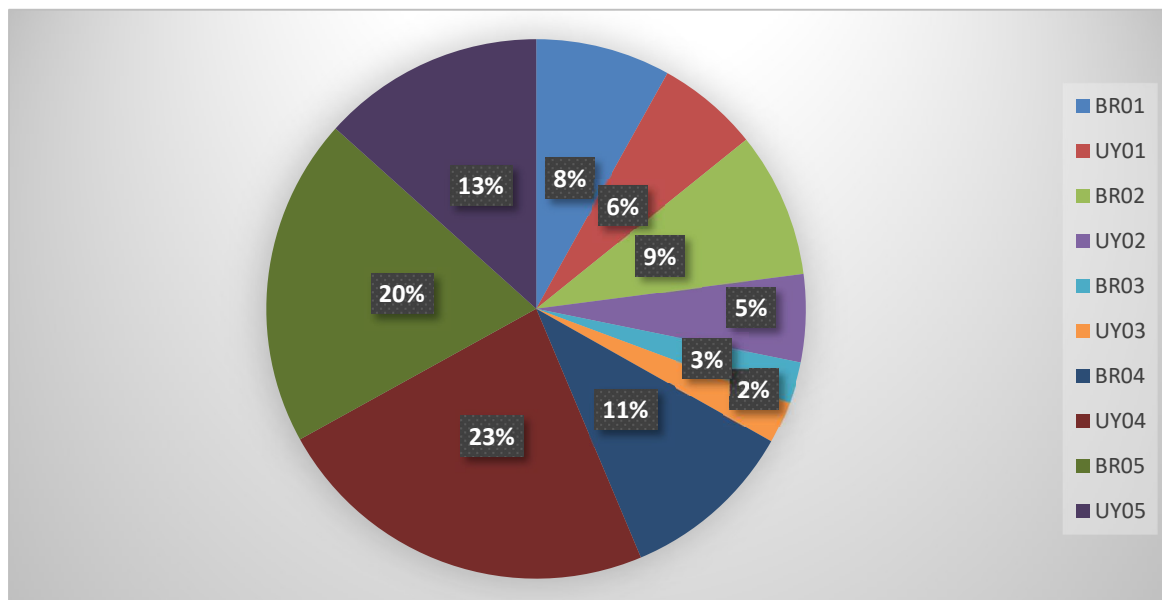
Fonte: Dania Gonçalves – BR05_Centro_janeiro de 2020.

O comércio representado na Fig. 9 traz como marcas da identidade árabe além do nome da loja, *Jamil*, um nome típico árabe, que significa ‘homem belo, bonito’, como propõe Machado (1984), em seu dicionário etimológico. Temos também a confirmação dos laços árabes através da bandeira da Palestina. Esse poderia representar um caso isolado, de uma pequena comunidade de fala, como por exemplo um grupo familiar, como observa Lagares (2018). Além disso, em plena era digital, de acordo com Vertovec (2009), poderia haver por trás da inscrição uma comunidade linguística ligada virtualmente aos seus pares, sem formar uma comunidade física. No entanto, não é o que ocorre em BR05, na medida em que a Fig. 10, fazendo referência ao *domain* de uma mesquita, sinaliza que não se trata de um caso isolado, e sim que, por trás, existe uma comunidade de fala árabe em BR05 e que ela possui sua territorialidade no entorno da aglomeração das inscrições registradas pela pesquisa, incluindo aí duas mesquitas, um clube árabe-palestino e placas de estabelecimentos comerciais.

Em outras palavras, vamos usar o dado fotográfico como uma unidade de análise que contém uma série de elementos que dialogam entrem si. O primeiro passo consiste em analisar e etiquetar cada foto em particular. Nas tabelas 5 e 6, foi apresentado o número de fotos registradas em cada ponto; esse, porém, não equivale ao dado real das unidades de análise consideradas, pois o foco de análise pode voltar-se da unidade para a aglomeração de fotos em uma determinada arealidade, por exemplo um estabelecimento,

quadra ou rua. Assim sendo, somamos, na verdade, um total de 3.314 unidades de análise, como vimos nas tabelas 7 e 8, distribuídas nos pontos de análise priorizados neste estudo, como mostra o gráfico 1, a seguir:

Graf. 1 - Unidades de análise da fronteira Brasil -Uruguai



Fonte: Dania Gonçalves.

A maior parte dos dados coletados, 67%, estão concentrados entre os pontos BR04/UY04 e BR05/UY05, que também correspondem às cidades fronteiriças maiores, como vimos no capítulo 3. No ponto BR04, onde foram levantados 11% dos dados, equivalente a 348 unidades de análise, conseguiu-se coletar dados apenas no centro da cidade, por isso a diferença nas unidades de análise: além de BR04, tem-se ainda UY04, com 23% dos dados, correspondente a 772 unidades de análise; BR05 com 20% dos dados, correspondente a 653 unidades de análise, e UY05, com 13% dos dados, perfazendo 442 unidades de análise. Os outros 33%, estão distribuídos entre os pontos BR01/UY01 a BR03/UY03. Com 268 unidades de análise, BR01 representa 8% dos dados, enquanto os 6% de UY01 equivalem a 203 unidades de análise; BR02 e UY02 têm respectivamente 9% e 5% dos dados, o que corresponde a 289 e 174 unidades de análise para cada ponto. Por fim, a menor região fronteiriça, BR03/UY03 concentra também a menor quantidade de dados, com 2% e 3% respectivamente, o que equivale a 82 e 83 unidades de análise. A disparidade entre a quantidade de unidades de análise deve-se, exclusivamente, ao tamanho do município: quanto maior for a cidade, maior será o

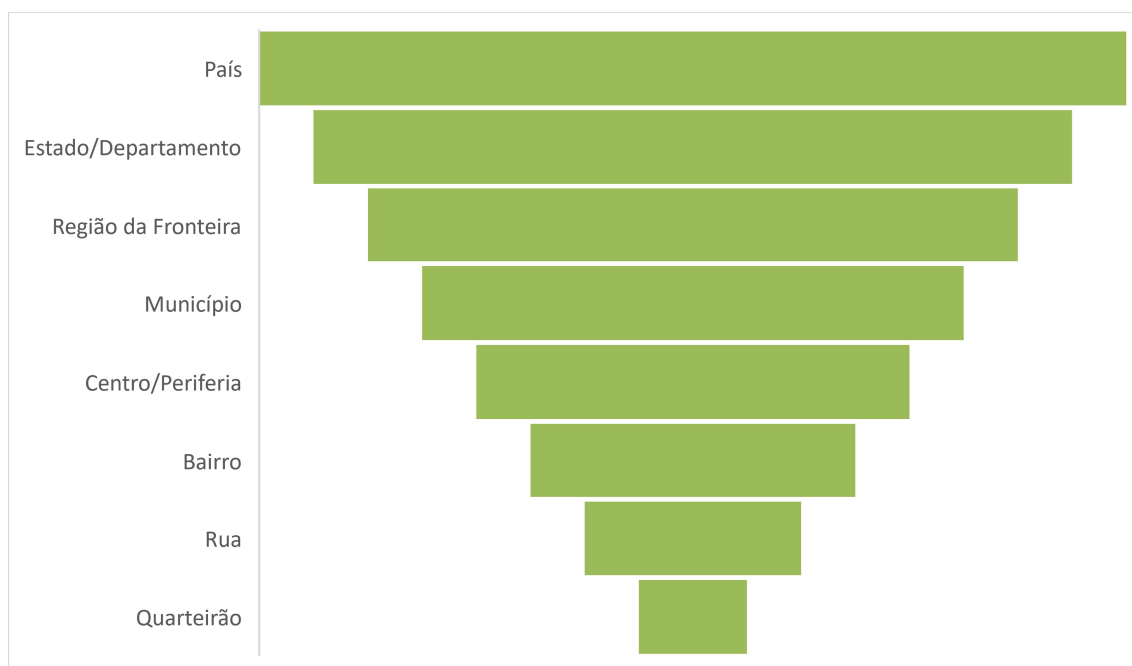
número de bairros e ruas a serem fotografados, bem como ao grau de urbanização que caracteriza os centros maiores, como foi ilustrado nas tabelas 1, 2, 3 e 4, na seção 3.3.1 *Mapeamento e identificação das microáreas*.

Em cada unidade de análise, por outro lado, é preciso considerar, na metodologia, um conjunto de situações tipológicas que incluem:

- a) **Língua(s) presente(s) na unidade de análise:** uma língua como o inglês carrega sem dúvida o *status* de língua global; porém, línguas como o árabe ou o alemão, mesmo que ocorram de forma isolada, na paisagem linguística, sinalizam uma maior probabilidade de haver uma comunidade “por trás”. Há ainda situações intermediárias, como por exemplo quando o italiano e o francês, embora não tenham o mesmo *status* de língua global do inglês, podem se associar a campos sociais como por exemplo a gastronomia ou a área de perfumaria.
- b) **Grau de aglomeração do dado:** conforme já se destacou, cabe observar se há mais de uma unidade de análise no entorno de uma inscrição, ou seja, se o dado é recorrente.
- c) **Unidade de análise relacionada ao *locus* de ocorrência de uma inscrição:** o pesquisador não pode realizar o registro fotográfico sem um controle e observação do contexto em que se situa uma inscrição (por exemplo, uma inscrição em árabe próxima a uma mesquita assume significado diferente de uma mesma inscrição próxima a uma agência de turismo). Essa vinculação confere maior rigor à análise. Por isso, na presente pesquisa, fez-se o levantamento fotográfico respeitando sua localização areal por rua, bairro e quarteirão, como veremos nos gráficos de frequência mais à frente. Com esse escalonamento de graus de arealização, partiu-se, ao menos hipoteticamente, do plano mais macro (por exemplo, país ou estado), passando para o departamento ou região, estendendo-se por toda a faixa da fronteira, posteriormente para o município, centro/periferia, bairro de cada ponto de pesquisa, até chegar ao nível de análise microareal, representado pela rua e pelo quarteirão. Evidentemente, seria necessário analisar de forma mais pontual, com um detalhamento descritivo maior, por exemplo a PL de uma rua

específica. Infelizmente, contudo, é uma tarefa dificultada pelas condições de realização da Tese. O que vale destacar por ora, para o objetivo (i) referente aos desafios metodológicos no estudo de PL, são os diferentes graus de escalonamento dos dados fotográficos em relação ao *locus* de seu registro. O esquema da figura 11, a seguir, serve para visualizar o percurso de controle dessa relação entre o dado isolado e seu *locus* de ocorrência:

Fig. 11 - Graus de escalonamento da relação do dado fotográfico com o *locus* de registro



Fonte: Dania Gonçalves.

Feitas as considerações acerca da relação do dado fotográfico isolado, cabe explicitar as relações em um conjunto de fotos, ou melhor, as diferentes formas de aglomeração possíveis. Vejamos.

4.2.2 Formas de aglomeração da unidade de análise

Um dos grandes desafios para definir o conjunto de fotos que constituem os dados de paisagem linguística está em identificar o princípio para delimitar o *corpus* de análise. Alguns critérios já foram mencionados na seção anterior, que pode abranger, por exemplo, a delimitação de um bairro, de uma rua, ou mesmo uma língua.

Assim, fizemos uma adaptação ao modelo proposto por Barni e Bagna (2009). Para a delimitação de uma unidade espacial, que possa ser georreferenciada, partimos do plano macro, representado pelos países Brasil e Uruguai e, à medida que damos um *zoom*, atingimos as unidades regionais, que neste caso equivalem aos estados e departamentos³¹ fronteiriços entre Brasil (Rio Grande do Sul) e Uruguai (Artigas, Rivera, Cerro Largo e Rocha).

Mapa 6: Localização da fronteira no plano macroanalítico: países



Fonte: Dania Gonçalves

³¹ Departamento é uma unidade administrativa do Uruguai.

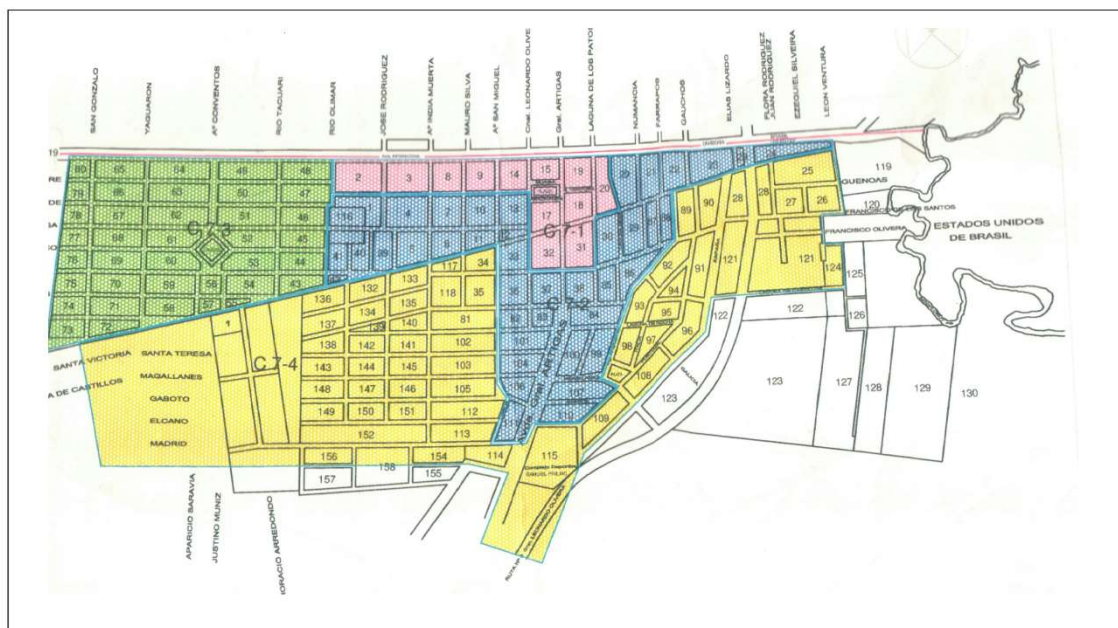
Mapa 7: Departamentos, estado e pontos de pesquisa ao longo da fronteira entre Brasil e Uruguai



Fonte: Dania Gonçalves

Ao aplicar um *zoom* em cada um dos pares de pontos fronteiriços selecionados para os levantamentos de dados, atingimos uma estrutura interna muitas vezes variada e complexa, no nível dos bairros. Tomando por base UY01, tem-se um complexo de quatro bairros. O bairro central representado no mapa a seguir em rosa, engloba uma área relativamente pequena, comparado com os três bairros periféricos, sendo que o bairro em azul segue mais ou menos a direção de difusão da área central para o sul.

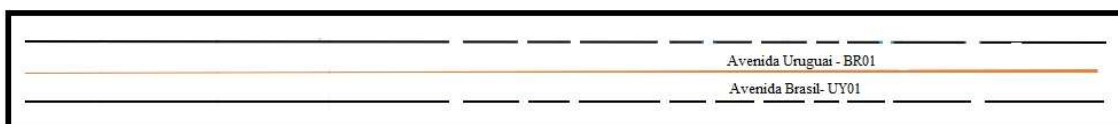
Mapa 8: Delimitação dos bairros de UY01



Fonte: Departamento General de Rocha. Planificación urbana

Por fim, em um nível abaixo, ao realizar o último *zoom* no bairro, chegamos à delimitação da rua e do quarteirão. O esquema a seguir exemplifica a rua central de UY01 e BR01, separada apenas por um canteiro central.

Mapa 9: Relação de círculo inclusivo interno: rua



Fonte: Dania Gonçalves

Como vemos, a pertinência de cada um desses níveis de delimitação representa uma forma de aglomeração que segue um determinado critério de categorização definido pelo pesquisador. Existem, entretanto, outros critérios para explicar as formas de aglomeração e que são definidos pelas relações internas e externas que vimos na seção anterior. Entre esses critérios, já mencionados, está a identificação 1º) das línguas em um registro específico (por exemplo, cartaz ou placa) ou em registros próximos em determinada arealidade, e 2º) da presença de uma ou mais línguas nos registros analisados, isto é, de registros mono- ou plurilíngues (com mescla de línguas). Esses critérios podem ser medidos quantitativamente, como fizemos acima, na seção 4.2.1, e

também mapeados.

Soma-se a essa análise de possíveis aglomerações um 3º) critério relativo ao campo temático em que se insere determinada placa ou inscrição. Incluem-se nesse critério especialmente os campos do comércio, da gastronomia, da administração, de eventos culturais e da religião. Busca-se com isso responder a perguntas sobre uma possível correlação com a língua e a questão do plurilinguismo.

Com isso, espera-se que a análise da paisagem linguística nos cinco pares de pontos gêmeos da fronteira BR/UY possa também jogar luz à dinâmica de ocupação das línguas, por exemplo, se está mais no centro ou na periferia, de modo esparsos ou concentrado, ou se formam uma territorialidade própria e uma aglomeração que atenda ao objetivo 3, de identificação da presença de uma comunidade de fala que dê suporte à língua, seja para manter sua identidade, seja para atender a interesses da própria subsistência, por exemplo por meio do comércio, seja ainda para fomentar uma rede de comunicação coesa, em domínios diversos, como o clube, a igreja, mas principalmente das relações familiares e de parentesco.

4.2.3 Conclusões referentes à metodologia de pesquisa da paisagem linguística

A partir do que foi exposto acima, chegamos às seguintes conclusões relevantes para o objetivo (i) de aprofundar os fundamentos para uma metodologia de pesquisa da paisagem linguística:

- 1- Não se pode fotografar o dado desvinculado do *locus* em que ocorre;
- 2- É preciso ter em mente que os sinais de uma placa não se restringem à ocorrência de um registro gráfico em uma língua ou outra, mas também envolve a quantidade de línguas e os elementos iconográficos e tipográficos observáveis;
- 3- É necessário, para a análise, etiquetar e tipologizar os dados conforme esses critérios: a) grau de bilinguismo, b) tipo de língua e c) campo temático;
- 4- O mapeamento de territorialidades de uso de uma língua, por meio da identificação de aglomerações de determinado registro de língua, se oferece como uma ferramenta de análise para identificar se há uma comunidade de fala por trás do dado de paisagem linguística observado. Sua dificuldade maior

está em encontrar os instrumentos técnicos necessários para a sua elaboração.

- 5- A metodologia de pesquisa da paisagem linguística vale-se, enfim, de uma série de procedimentos de análise qualitativa e quantitativa, sobretudo para a dinâmica de ocupação do espaço. Esses procedimentos incluem o mapeamento e tipologização dos dados, bem como uma análise relacional, ou seja, em relação ao *locus*, em que se avalia a extensão da área e sua localização no espaço geográfico e político, por exemplo se se situa no centro ou na periferia. O mesmo vale para correlações entre a língua da inscrição e a língua corrente/esperada no *locus* em que ocorre, por exemplo, quando no espaço brasileiro se espera uma placa em português e se encontra uma placa em espanhol.

Com isso, concluímos as questões referentes ao objetivo (i) e passamos para a análise do objetivo seguinte (ii), em que se pretende analisar o que e como a paisagem linguística reflete sobre a dinâmica de ocupação do espaço fronteiriço pelas línguas e respectivas comunidades de fala que possivelmente lhe dão suporte. Vejamos.

4.3 Dinâmica de ocupação das comunidades de fala

No objetivo (ii) da presente Tese, buscou-se verificar o que as placas revelam sobre o modo de organização social de quem produziu a placa. Isso sugere um conjunto de perguntas:

- a) Como uma inscrição em determinada língua se relaciona com o entorno? Se há aglomeração de placas tipologicamente convergentes, isto é, se não é um caso isolado, a hipótese é de que pode haver uma coletividade por trás.
- b) Que função cumpre a inscrição, na sua relação com o *locus* em que ocorre?
- c) A qual campo semântico, pertence? Tem a ver com a gastronomia, família, religião, escola, ou à cultura em si, por exemplo um museu?
- d) O que a inscrição revela sobre a organização social do grupo e o espaço de uso que ele ocupa, bem como sobre o modo como ocupa e interage entre si?

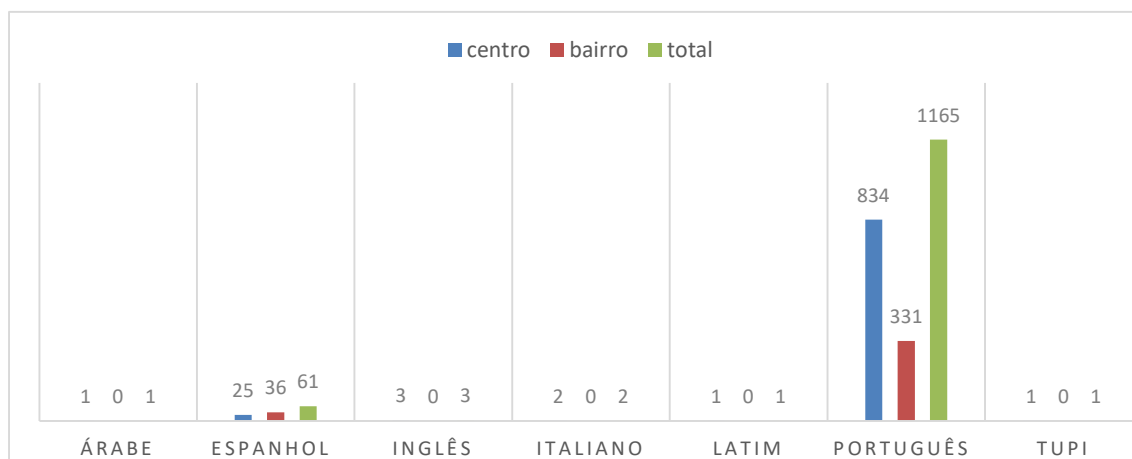
Os tipos de análise que melhor atendem a esse objetivo são a análise relacional (do dado em relação ao *locus*) e qualitativo-tipológica (do dado isolado ou “em relação a”). Nesses tipos de análise, torna-se relevante observar, além disso, se um cartaz/placa/ inscrição é homogêneo ou heterogêneo; se é convergente ou divergente em relação ao que ocorre ou é esperado no entorno. Por isso, a análise é relacional e prioritariamente qualitativa, tendo em vista as dificuldades para quantificar relações definidas segundo uma série de variáveis locais concomitantes. A observância de aspectos como os *domains* de uso, as redes de comunicação e as comunidades de prática, as funções e significados sociais das línguas para os respectivos usuários – identidade, religião, comércio (como garantia de mercado), *language loyalty* etc. – desempenham papel central, embora nesta Tese não possam ser devidamente aprofundadas, tendo em vista o foco em aspectos da sociologia da linguagem. O que não se pode negligenciar é que a língua funciona como um produto com valor agregado, em que a paisagem linguística pode desempenhar papel semelhante à propaganda de *marketing*. Edwards & Newcombe (2006) destacam, por isso, os quatro p’s que se podem associar a uma língua, para uma revitalização linguística: *price, place, promotion, product*. Esses atributos, é de se supor, são considerados pelos falantes na configuração da PL, sobretudo no campo do comércio.

Vejamos, a seguir, algumas dessas correlações.

4.3.1 Correlações entre marcas de PL e língua

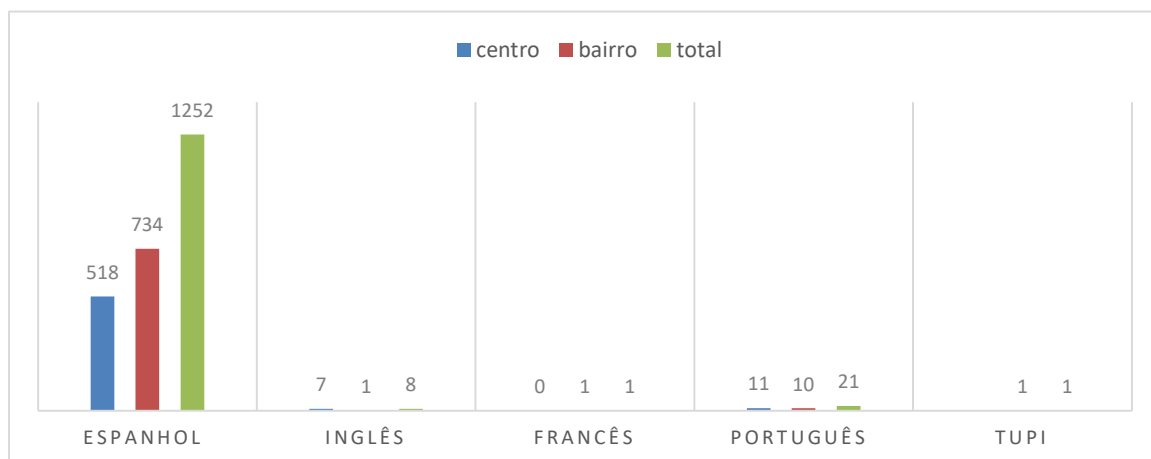
Nos 10 pontos de coleta ao longo da fronteira Brasil – Uruguai, encontramos a presença de 15 línguas na PL: alemão, árabe, coreano, espanhol, francês, grego, hebreu, inglês, italiano, japonês, latim, mandarim, português, tupi e turco. Dessas 15 línguas, apenas o turco não foi registrado na PL da fronteira do lado brasileiro, e apenas o coreano não foi registrado na PL da fronteira do lado uruguaio. Ao total, as 15 línguas registradas aparecem em 57 combinações diferentes, sendo 39 combinações na fronteira brasileira e 33 na fronteira uruguaia. Para uma melhor visualização desse plurilinguismo, separamos as ocorrências conforme a fronteira, ou seja, lado brasileiro e lado uruguaio e, por outro lado, também conforme o número de línguas registradas em cada unidade de análise. Os gráficos 2 e 3 a seguir visualizam, inicialmente, as ocorrências monolíngues em cada lado da fronteira, conforme sua localização central ou periférica, nos bairros:

Graf. 2 - Registros monolíngues na fronteira BR



Fonte: Dania Gonçalves.

Graf. 3 - Registros monolíngues na fronteira UY



Fonte: Dania Gonçalves.

Como podemos observar no Graf. 2, temos oito tipos de inscrições monolíngues ao longo da fronteira brasileira, o qual equivale a 75,30% das unidades de análise brasileiras como observamos na seção 3.3.1 *Registro fotográfico da paisagem linguística*, na Tab.7., que nos aponta um total de 1.640 unidades. Os registros monolíngues em português são a maioria, no lado BR, em um total 1.165 unidades de análise, como aponta o Graf. 2, o que corresponde a 71,03%. Os outros registros monolíngues somam apenas 4,27%, com destaque para os registros monolíngues em espanhol que somam 61 unidade de análises, equivalente a 3,71%, e são levemente mais presentes no lado BR do que os registros em português no lado UY. É um equívoco, contudo, pensar que essa distribuição

de registros monolíngues em espanhol possui uma distribuição equilibrada ao longo da fronteira brasileira. Como se assinalou na seção 3. 2.1 *Chuí (BR01) / Chuy (UY01)*, BR01 é a fronteira que vai na contramão, das demais fronteiras brasileiras, é o maior município com registro de estrangeiros, fator que se reflete na paisagem linguística do município que tem 2,86% das unidades de análise em espanhol. Ao passo que somente 0,85% dos registros monolíngues em espanhol estão distribuídos de BR02 a BR05. Para finalizar o lado brasileiro, ainda temos uma parcela diminuta de 0,18% de registros monolíngues em inglês (contrariamente menor do que os índices registrados no lado UY, como veremos no Gráf. 3), 0,12% registros monolíngues em italiano e 0,06% registros monolíngues em árabe, latim e tupi para cada língua.

Ao observar o lado uruguaio da fronteira no Graf. 3, percebemos que cai o número da diversidade linguística, nos registros monolíngues, de 7 línguas do lado brasileiro para 5 línguas do lado uruguaio. Como podemos observar no Graf. 3, as 1.284 unidades de análise equivalem a 76,70% das unidades de análise uruguaias, como observamos na seção 3.3.1 *Registro fotográfico da paisagem linguística*, na Tab.8. que nos aponta um total de 1.674 unidades de análise no lado uruguaio. Os registros monolíngues em espanhol são a maioria, em um total 1.252 unidades de análise, como aponta o Graf. 3, o que corresponde a 74,80% dos registros monolíngues. Ainda é possível encontrar ao longo do lado uruguaio da fronteira registros monolíngues em português, com 1,25%, o equivalente a 21 unidades de análise, o inglês com 0,47%, com um total de 8 unidades de análise e o francês e o tupi com 0,05% cada uma com uma unidade monolíngue cada uma.

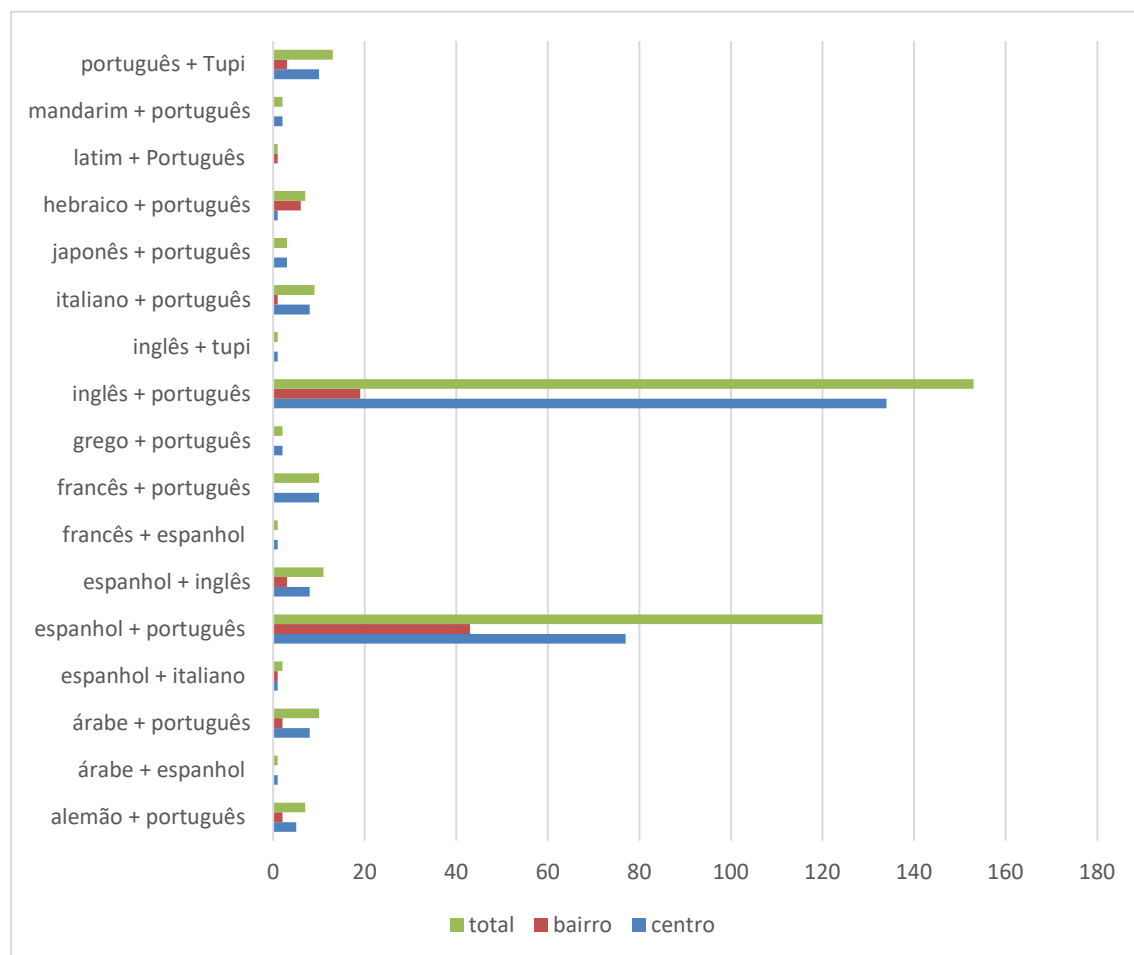
Como se vê, a análise meramente quantitativa das línguas presentes na PL da fronteira não visibiliza satisfatoriamente o que era a expectativa deste estudo, de que se encontraria um plurilinguismo maior do que o simples par português/espanhol. Pelo contrário, os dados só reforçam ainda mais esse contato de fronteira português-espanhol. E, se aparecem outras línguas, são ou de alcance global, como inglês, francês e italiano, ou em índices baixos demais para permitir qualquer outra interpretação a favor de um plurilinguismo de comunidade. Isso não significa, entretanto, que esse plurilinguismo esperado e constatado em campo não exista.

4.3.2 Correlações entre marcas de PL por monolinguismo e plurilinguismo

Tomando por base não as línguas em si que compartilham o espaço fronteiriço, e sim sua ocorrência não isolada, conjunta com outra língua, isto é, monolíngue ou plurilíngue, tem-se um olhar sobre o modo como a paisagem linguística reflete um espaço ou arealidade mais ou menos plural, isto é, mais ou menos aberto à pluralidade.

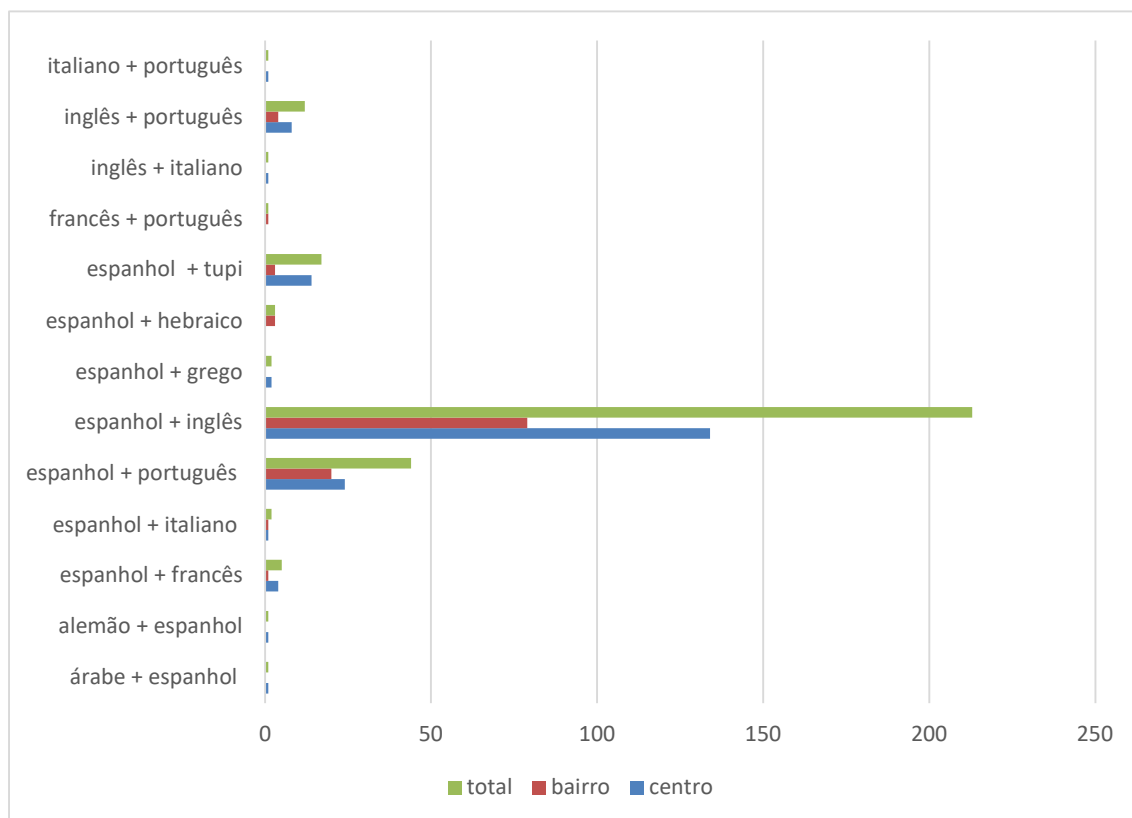
Vejamos, para isso, os gráficos 4 e 5, que vão trazer as unidades de análise bilíngues da fronteira.

Graf. 4 - Registros bilíngues na fronteira BR



Fonte: Dania Gonçalves.

Graf. 5 - Registros bilíngues na fronteira UY



Fonte: Dania Gonçalves.

Como podemos observar no Graf. 4, são 17 combinações de registros bilíngues na fronteira brasileira, com um total de 353 unidades de análises. Os registros bilíngues são responsáveis por 21,52% dos dados brasileiros analisados. Dessas 17 combinações, que totalizam 34 línguas, o português está presente em 12 delas, seguido do espanhol com 5, o inglês com 3, o árabe, o francês, o italiano e o tupi estão presentes em duas combinações e o alemão, o grego, o hebraico, o japonês, o latim e o mandarim aparecem em apenas uma combinação cada. As representações bilíngues mais expressivas na fronteira brasileira são as combinações inglês e português com 153 unidades de análise, o que corresponde a 9,33%. Chama atenção que esses registros bilíngues estão concentrados majoritariamente no centro dos pontos de BR01 a BR05, como podemos observar no Graf 4. Já os registros bilíngues em espanhol e português representam 7,32% das unidades de análise o que equivale a 120 pontos, e aqui temos um fato interessante, é que apenas 77 unidades de análise estão concentradas no centro dos pontos BR01 a BR05, algo bem comum de se ver, principalmente nos pontos BR01, BR03 e BR04, em que apenas uma rua separa e une a fronteira aos seus contrapontos UY01, UY03 e UY04 e onde os

fronteiriços mais circulam, no centro dessas cidades. Vale prestar especial atenção, por fim, para as 43 unidades de análise ao longo da fronteira brasileira com registros bilíngues em espanhol e português, pois temos aí um forte indício de uruguaios vivendo no interior dos pontos BR01, BR02, BR03, BR04 e BR05, visto que, como revela Puzey (2012), há uma ligação muito forte entre paisagem linguística (neste caso, resultante da migração de uruguaios para o lado brasileiro) e a respectiva identidade linguística.

Ao continuar a análise do Graf. 4, chama atenção também que 0,79% das unidades de análise estão em português e tupi, o que corresponde a 13 unidades ao longo da fronteira. Ainda na parte central dos pontos de BR01 a BR05 é possível encontrar nos registros da PL, 11 unidades em espanhol e inglês, o que representa uma pequena fatia de 0,67% dos dados.

Do mesmo modo, é possível observar que 0,61% dos registros estão em árabe e português, mesmo percentual que o francês e o português com 10 unidades de análise cada. Embora as combinações árabe e português e francês e português tenham a mesma quantidade de registros na PL da fronteira brasileira, essas combinações linguísticas apresentam papéis e importâncias diferentes ao longo da fronteira. O francês aparece como uma língua de prestígio cultural, como uma língua ocupou até algumas décadas atrás o espaço de uma língua franca, como a língua adicional que era ensinada nas escolas. O seu registro na paisagem linguística da fronteira brasileira tem muito a ver com o legado cultural que o francês exportou mundialmente.

Também é possível encontrar a combinação de italiano e português em 0,55% dos dados, como reflexo de processos de imigração italiana no Uruguai, embora equivalente apenas a 9 unidades de análise. Por toda extensão longitudinal da fronteira brasileira ainda é possível encontrar 7 unidades de análise em alemão e português e 7, em hebraico e português, o que equivale a 0,42% dos dados para cada combinação de línguas. Mesmo que se trate de índices relativamente baixos, sua presença não se registra por acaso; pelo caráter mais lateral dessas línguas, em comparação à língua global inglês e às línguas “nacionais” português e espanhol, elas podem assinalar a presença de comunidades minoritárias associadas a elas.

Já a combinação japonês e português equivale a 0,18% dos dados com 3 unidades de análise. O espanhol e o italiano, o mandarim e o português e o grego e o português têm duas unidades de análise cada, sendo responsável, por 0,12% da unidade de análise para

cada combinação. Por fim, ainda é possível encontrar combinações bilíngues com inglês e tupi, latim e português ou ainda de francês e espanhol, embora com apenas uma unidade de análise, o que representa 0,06% dos dados. Cabe frisar que, quando se trata de paisagem linguística, todo e qualquer registro gráfico é importante, principalmente quando se trata de línguas minoritárias, conforme já se aludiu.

Ao analisar o Gráf. 5, percebemos que as 13 combinações de registros bilíngues na fronteira uruguaia, com um total de 303 unidades de análise, equivalem a 18,10% dos dados uruguaios analisados. Dessas 13 combinações, em que aparecem 26 línguas, o espanhol está presente em nove delas, seguido do português com quatro registros, do inglês e do italiano com três combinações, o francês em apenas duas e, por fim, o árabe, o alemão, o tupi, o grego e o hebraico, que aparecem em apenas uma combinação. As representações sobre línguas mais expressivas na fronteira uruguaia são as combinações de espanhol + inglês, com 213 unidades de análise, o que corresponde a 12,72% dos dados de análise bilíngues. A maioria desses dados encontra-se no centro dos pontos UY01 a UY05, onde perfazem 134 unidades de análise. Cabe ressaltar que tanto no Gráf. 4 quanto no Gráf. 5 a língua inglesa faz parte das combinações bilíngues com mais registros na paisagem linguística da fronteira Brasil – Uruguai. 22,05% dos dados totais da fronteira possuem a língua inglesa como língua-base dos registros da paisagem linguística o que corrobora com Landry e Bourhis (1997). A paisagem linguística é sim marcador de *status* e de poder das línguas que circulam dentro de uma comunidade linguística. E a língua inglesa é utilizada na fronteira como uma língua de internacionalização hegemônica. É possível encontrar a língua inglesa não só no comércio privado, nas placas *bottom-up*, com uma ideia de modernidade, sofisticação e êxito, mas também é utilizada nas placas *top-down*, nas placas que vêm com instruções do Estado principalmente nas aduanas, nos postos da polícia federal do lado do brasileiro, e nos cassinos, que são de propriedade do governo uruguaio, no lado castelhano da fronteira. A língua inglesa consolida-se na fronteira Brasil - Uruguai como uma língua hegemônica, como mostram outros estudos de paisagem linguística desenvolvidos desde 1977, segundo vimos no capítulo 2.

Por outro lado, os registros bilíngues em espanhol e português do lado da Fronteira uruguaia representam apenas 2,63% dos dados, o equivalente a 44 unidades de análise. Esse índice é significativamente menor do que no lado brasileiro, ou seja, há mais registros de PL bilíngue português com espanhol no lado brasileiro do que espanhol com português no lado uruguaio. Além disso, diferentemente do lado brasileiro da fronteira a

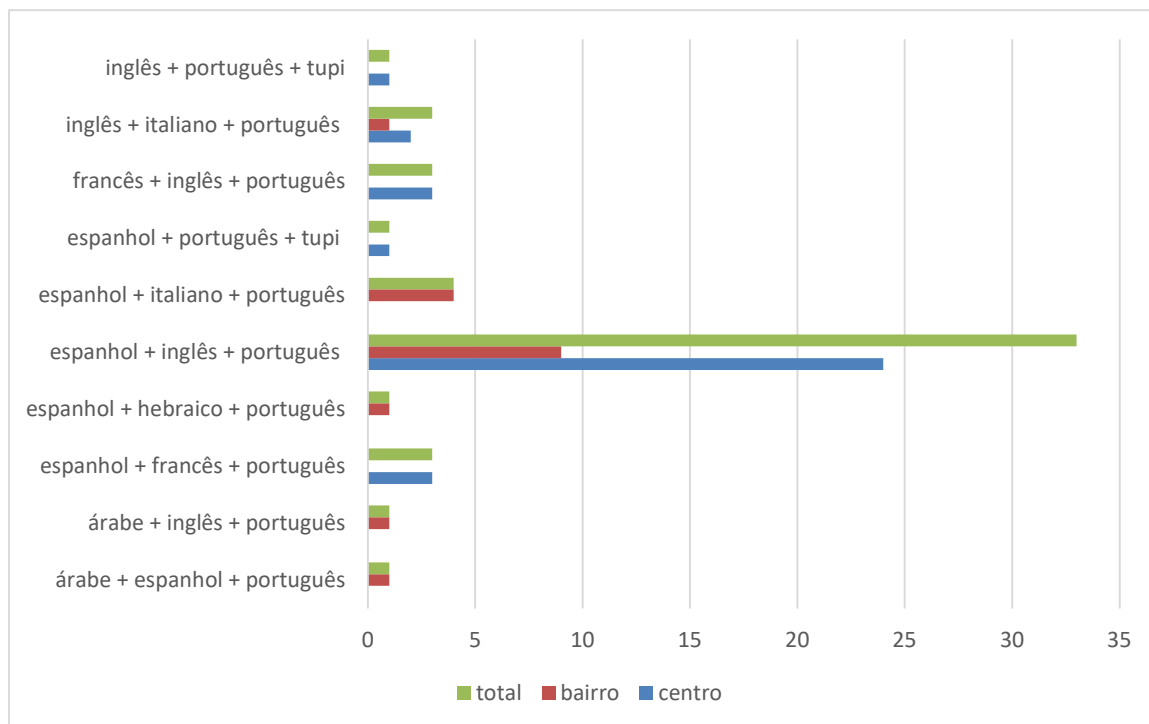
maior parte da PL na combinação espanhol e português é encontrada no centro das fronteiras uruguaias e não nos bairros, o que vai contra uma das hipóteses de pesquisa desta tese, em que se considerava que o fato de o português do Uruguai ser uma língua falada no norte do Uruguai pudesse levar a um número mais expressivo de registros gráficos em ou com português na paisagem linguística do Uruguai de língua portuguesa. Contrário a essa expectativa, contudo, não é o que ocorre. Essa constatação sinaliza de certo modo para a substituição do português pelo espanhol, ao menos nas funções escritas, caso contrário encontraríamos mais registros gráficos em português.

O Gráf. 5 aponta, por fim, também a presença de outras línguas em unidades de análise bilíngues. A combinação espanhol e tupi aparece, por exemplo, com 1% dos dados, o que representa 17 unidades de análise. Esse é um número expressivo, mas cabe lembrar que o tupi aparece na paisagem linguística tanto do Brasil quanto do Uruguai, em topônimos de origem histórica, como nomes de ruas, cidades e rios. Contudo, é importante recordar que as línguas indígenas, apesar de serem associadas a línguas de cultura oral, por isso pouco exploradas graficamente, sobrevivem visualmente, marcando simbolicamente o território fronteiro como a língua dos povos originários desse território, mesmo que restrita a topônimos.

Outra combinação possível de ser vista na fronteira uruguiaia é a de inglês e português, com 12 unidades de análise, o que equivale a 0,72% dos dados uruguaios. Os registros bilíngues em espanhol e francês aparecem em 0,30% dos dados. São, contudo, dados esperados, diferentemente de 0,18%, em que se tem a combinação espanhol e hebraico, ou seja, 3 unidades de análise. Entre os demais registros, encontramos no Gráf. 5 ainda a combinação espanhol e italiano e a combinação espanhol e grego, com duas unidades de análise cada, perfazendo 0,12% dos dados. Seguem-se casos isolados de combinações com árabe e espanhol, alemão e espanhol, francês e português, inglês e italiano e, por fim, italiano e português. Os índices não passam de 0,06% dos dados.

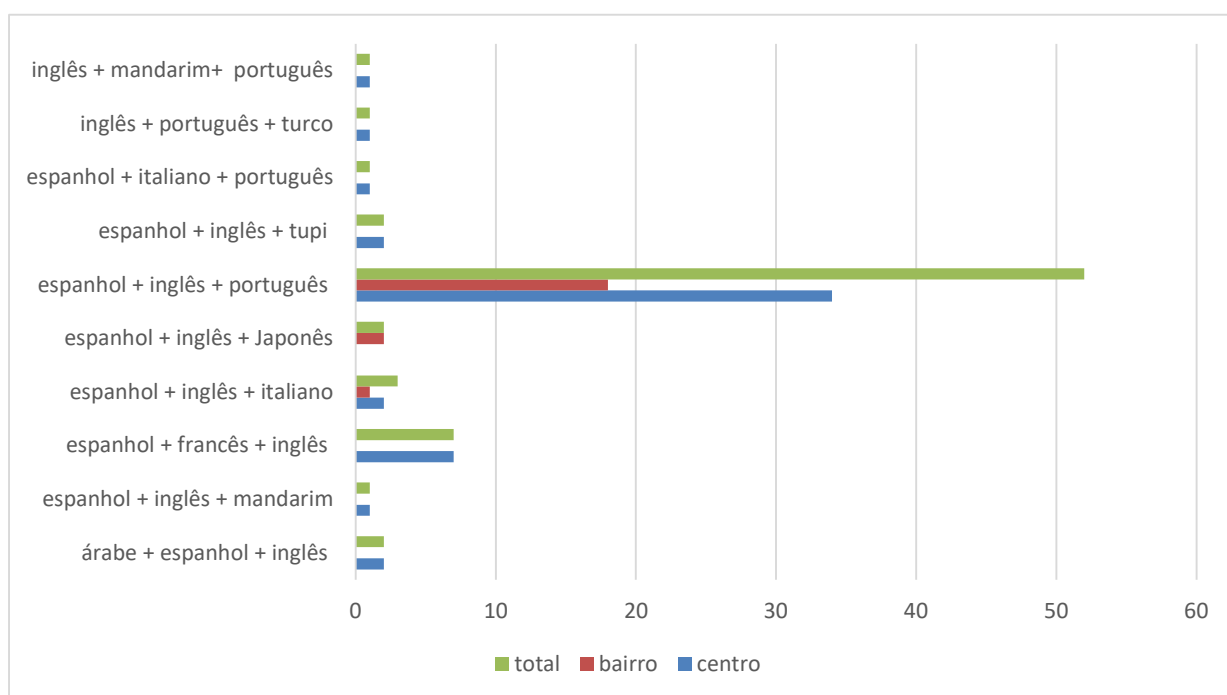
Os gráficos 4 e 5, que mostram a distribuição dos registros bilíngues nos dois lados da fronteira, apontam, portanto, uma presença já maior de línguas minoritárias situadas à sombra das línguas hegemônicas espanhol e português (no plano nacional, da fronteira) e inglês (no plano global). Há, entretanto registros trilingues, conforme assinalam os gráficos 6 e 7 a seguir.

Graf. 6 - Registros trilíngues na fronteira BR



Fonte: Dania Gonçalves.

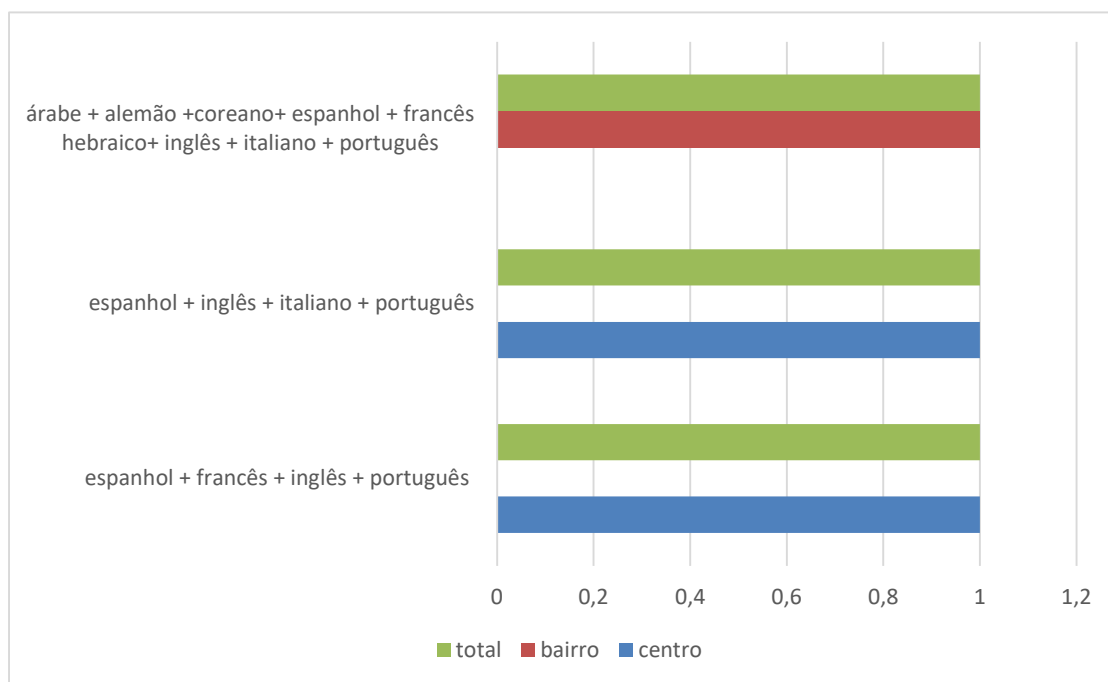
Graf. 7 - Registros trilíngues na fronteira UY



Fonte: Dania Gonçalves.

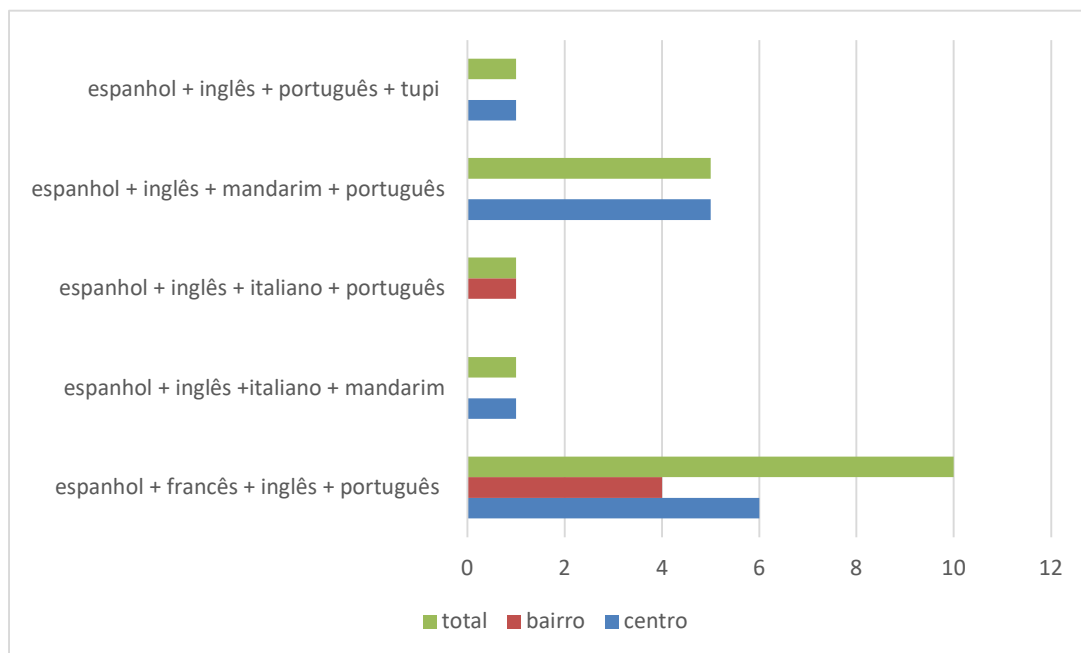
O levantamento de registros trilíngues de PL, conforme os gráficos 6 e 7, tanto da fronteira BR, quanto da fronteira UY, confirma a tendência anterior de primazia das três línguas – espanhol, inglês e português – que trazem os índices mais elevados, respectivamente 2,01% e 3,10% dos dados. Sua concentração parece ser maior na área central, o que sugere uma relação maior com atividades de comércio e de influência da globalização. Chama a atenção, por outro lado, que, no lado uruguaio, a quase totalidade das combinações possuem registro em inglês e espanhol (possivelmente influência dos *free shops*), enquanto no lado brasileiro o português prevalece. Mantêm-se, além disso, as mesmas línguas minoritárias, sendo que mandarim e japonês ocorrem exclusivamente do lado uruguaio. Essas tendências vão se observar, igualmente, em registros plurilíngues, com mais de três línguas, como mostram os gráficos 8 e 9, a seguir, embora com frequência consideravelmente menor. Vejamos.

Graf. 8 - Registros plurilíngues na fronteira BR



Fonte: Dania Gonçalves.

Graf. 9 - Registros plurilíngues na fronteira UY



Fonte: Dania Gonçalves.

As combinações de línguas apresentadas nos gráficos acima sugerem que esse tipo de registro está basicamente a serviço de relações comerciais internacionais, embora contrapondo o local (por exemplo, topônimo em tupi) e o global (por exemplo, línguas asiáticas e internacionais). Observa-se que sua ocorrência é maior na área central, tanto no lado BR, quanto no lado UY. Outros fatores, entretanto, precisariam ser levados em conta, adicionalmente, para analisar concentrações mais específicas, por exemplo em uma rua caracterizada por determinada atividade ou grupo social ou étnico. É o que veremos nas análises que seguem.

4.3.3 Correlações entre marcas de PL por campo temático

Nesta seção, apresentaremos os âmbitos de uso das línguas na fronteira Brasil - Uruguai, ou seja, como domínios de referência, que nada mais são que o espaço real em que a paisagem linguística dessa fronteira está distribuída. As fotografias selecionadas como unidades de análise foram etiquetadas e catalogadas, levando em conta 24 domínios distintos, como mostra a Tab. 9.

Tab. 9 – *Domains* Brasil- Uruguai

Domains	Centro	Bairro	Total
1. Aeroporto	0	2	2
2. Alimentos	104	194	298
3. Carros	2	1	3
4. Comércio Geral	654	320	974
5. Escola	12	33	45
6. Escola de idiomas	3	0	3
7. <i>Free shopping</i>	67	18	85
8. Grafite	3	29	32
9. Hotel	24	6	30
10. Hospital	1	0	1
11. Lazer	14	12	26
12. Monumentos	17	2	19
13. Meios de comunicação	2	1	3
14. Oferta serviço	91	62	153
15. Placas privadas	15	37	52
16. Placas públicas	323	238	561
17. Prédio Binacional	1	0	1
18. Prédio público	47	58	105
19. Prédio privado	16	13	29
20. Publicidade pública	14	48	62
21. Publicidade privada	103	95	198
22. Religião	25	46	71
23. Ruínas		1	1
24. Restaurantes	145	75	220
25. Salão de beleza	35	25	60
26. Vestimentas	245	32	277
27. Universidades	4	0	4
TOTAL	1969	1346	3315

Como podemos observar na Tab. 9, mais da metade dos domínios de referência da paisagem linguística da fronteira está localizada no comércio, são 57,73% dos dados o que representa 1914 unidades de análise. O comércio por sua vez está subdividido em seis tipos de categorias: **Lojas de alimentos:** foram consideradas lojas de alimentos todos os lugares em que se vendem alimentos, sem a possibilidade de consumir o produto no local, por exemplo: mercadinhos, açougues, sorveterias. O que representa 15,57% do comércio e 8,99% dos dados. **Comércio Geral:** nessa categoria entraram os outros tipos de comércio que não estão entre os cinco setores do comércio mais listados. Aqui, encontramos: oficinas de carro, lojas de materiais de construção, loja de tintas, loja de eletrônicos, loja de caça e pesca, loja de carros, loja de motos, loja de ferragens, lojas veterinárias, lojas de equipamentos esportivos, farmácias, supermercados, lojas de celulares etc., representando 50,89% do comércio e 29,38% dos dados. **Free shopping:** é um tipo de comércio que vende produtos com redução ou até isenção total de tributos. Está em quase sua totalidade localizado do lado uruguaio da fronteira. Das 85 unidades fotografadas, apenas 1 encontra-se em solo brasileiro, no ponto BR02. Os *free shopping* representam 4,44% do comércio e 2,56% dos dados. **Restaurantes:** Consideramos restaurantes todo lugar em que havia espaço para consumir o produto no local. O que representa 11,49% do comércio e 6,64% dos dados. **Salão de Beleza:** foi considerado, aqui, todo lugar em que se podia fazer procedimentos estéticos para cabelos ou serviços de manicure e pedicure; totalizou 3,13% do comércio e 1,80% dos dados. **Vestimentas:** por lojas de vestimentas entendeu-se todo lugar que vendia roupas e/ou sapatos – total de 14,47% do comércio e 8,35% dos dados.

Outro domínio muito significativo são as **placas públicas**. Nessa nomenclatura, entram as placas de orientação para o trânsito, as placas com nomes de ruas e as placas com indicações turísticas, o que corresponde a 16,93% dos dados. Ainda no segmento público, o domínio de **prédios públicos** compreendeu prefeituras, *intendencias*, aduanas, polícias, cassinos, órgãos relacionados ao trânsito, cemitérios, postos de saúde, prédios do legislativo e representou 3,16% dos dados.

No que diz respeito às **publicidades**, foram divididas em dois tipos de domínio: as publicidades privadas, que são as publicidades que os comerciantes locais fazem do seu comércio pelos bairros das cidades e as publicidades públicas, que são publicidades feitas ou pelo governo local, ou pelo governo estadual ou departamental, ou ainda pelo governo federal. Representam respectivamente 5,97% e 1,87% dos dados.

Vale destacar o domínio de **oferta de serviço**. Foram etiquetados, aqui, todos os dados fotografados que ofereciam algum tipo de serviço, de mão de obra, como por exemplo de alfaiataria, advogados, psicólogos, enfermeiros etc. Esse domínio somou 4,61% dos dados. O domínio da **religião** é, além disso, um dos mais relevantes, não tanto pela quantidade de dados, 2,14% do total, mas pelo significado que assumem e assinalam. Incluem-se, aqui, igrejas, templos, mesquitas e casas que faziam referência a alguma atividade religiosa. Por fim, o domínio da **escola** vai desde o ensino infantil, de ensino fundamental e/ou médio até escolas técnicas e *Liceos*. Representou 1,36% dos dados.

A observância de aspectos como os domínios de uso, as redes de comunicação e as comunidades de prática, as funções e significados sociais das línguas para os respectivos usuários – identidade, religião, comércio (como garantia de mercado), *language loyalty* etc. – desempenham papel central, embora neste estudo não possam ser devidamente aprofundados, tendo em vista o foco em aspectos da sociologia da linguagem. Vale repetir o que já se destacou anteriormente, de que a língua funciona como um produto com valor agregado, em que a paisagem linguística pode desempenhar papel semelhante à propaganda de *marketing*. Citando novamente Edwards & Newcombe (2006), valem também para a língua os quatro p's que lhe atribuem um valor de mercado: *price, place, promotion, product*. Esses atributos certamente são considerados pelos falantes na configuração da PL, sobretudo no campo do comércio. Não à toa 57,73% do total de dados provêm do domínio do comércio, o que mostra a força desse domínio na paisagem linguística.

4.4 Papel da paisagem linguística: significados no mosaico da diversidade

4.4.1 Ações e motivações por trás da *visual speech*

De modo geral, as inscrições levantadas na pesquisa refletem não apenas aspectos da identidade, contexto sócio-cultural e repertório linguístico de seus mentores, mas também intenções para um objetivo claro. O exemplo a seguir da Fig. 11 serve para ilustrar essas ações e motivações por trás dessa “fala visual” da PL.

Fig. 11: Uso bilíngue espanhol + português na PL da fronteira



Fonte: Dania Pinto Gonçalves (jan. 2020, em BR05_José Abreu_Dr Acuña_I_Q2).

Como mostra a Fig. 11, que apresenta um registro bilíngue em espanhol e português levantado no ponto BR05, no bairro José Abreu, usam-se os termos *açougue* e *aberto* em português, ao lado de outros termos em espanhol, como a própria designação *carnicería* e outras referentes a tipos de carne, como *paleta*, *pulpa*, *pecho*, *vacío*, *picana*, que ocorrem em espanhol. Determinante, entretanto, para afirmar que o estabelecimento se liga a uma identidade uruguaia é o nome *Don Renato*, em que o termo *Don* em espanhol designa, conforme o Dicionário da RAE,³² “Tratamiento de respeto que se antepone a los nombres de pila. Antiguamente estaba reservado a determinadas personas de elevado rango social”. *Don* é uma forma de tratamento utilizada na língua espanhola.

O relato de campo confirma a relação com a origem no Uruguai – veja-se o seguinte excerto do diário de campo.

³² Real Academia Española. Disponível em: <https://dle.rae.es/don>. Acesso em: 04 de jul. 2021.

Conversei com o proprietário do açougue, ele tem um forte acento castelhano e me explicou que mora em Quaraí há muitos anos e que o nome do estabelecimento Don Renato é porque ele teve durante anos uma carniceria no Uruguai com esse nome e quando veio para o Brasil, decidiu manter a mesma alcunha. Diário de Campo 25/01/2020.

Como podemos ver, por trás do nome do estabelecimento há uma intenção dupla: de um lado, como expressão da identidade e do repertório do proprietário e, de outro lado, como um sinal do esforço de integração no novo meio lusófono. Ou seja, o uso de duas línguas na mesma unidade de análise pode funcionar como uma solução conciliatória entre a identidade de origem e competência na língua materna e a busca de integração e eficácia da mensagem no novo meio. O proprietário, que, pelo seu sotaque é uruguaio, revelou, além disso, em conversa informal com a pesquisadora, ter sido proprietário de um açougue no Uruguai. As placas escritas à mão no açougue estão em espanhol, mostrando a familiaridade do dono com sua língua materna. Esse uso é autorizado, ou melhor, possibilitado pela semelhança entre as duas línguas românicas, o que não compromete a intercompreensão. Outro indício de que há um forte laço entre a PL e a identidade linguística é o uso do tratamento *Don*, conforme já se assinalou.

Na seção 4.3.2 *Correlações entre marcas de PL por monolinguismo e plurilinguismo*, quando analisarmos cada ponto e contraponto individualmente, voltaremos a esse tema. Por ora, consideremos a seguinte sequência de exemplos, para ilustrar as motivações por trás do uso de línguas na PL da fronteira. Falar em placas monolíngues pode soar contraditório em uma Tese que pretende visualizar o plurilinguismo por meio da PL. Entretanto, é essencialmente a correlação com a “arealidade nacional” que mostra o predomínio de uma ou outra língua, em BR português, e em UY espanhol. Mas, na perspectiva da fronteira são duas línguas com territorialidades política e historicamente demarcadas. Segue-se uma sequência de exemplos para o português e, em seguida, para o espanhol.

Fig. 12 a 21: Registros monolíngues em português em BR



Fonte: Dania Gonçalves (fev. 2020, em BR01_Centro_Av. Uruguai_Q5_P e BR01_Luis Gomes_Av Uruguai Q3 P).



Fonte: Dania Gonçalves (dez. 2019, em BR02_Centro_Julio de Castilhos_Q24_P e BR02_Centro_Uruguai_Q16_I).



Fonte: Dania Gonçalves (fev. 2020, em BR03_Centro_510_Q1_I).



Fonte: Dania Gonçalves (BR03_Jardim Timoteio_Caminho Internacional_Q2_I).



Fonte: Dania Gonçalves (fev. 2020, em BR04_Centro Tamandaré_Q2_P e BR04_Fortim_Paul Hans_Q3_P).



Fonte: Dania Gonçalves (jan. 2020, em BR05_Centro_20 de Setembro_Q3_I).



Fonte: Dania Gonçalves (jan. 2020, em BR05_Vila dos Sargentos_Ascânio Tubino_Q2_P).

Conforme aponta o Graf. 2, a maioria dos registros na fronteira brasileira são monolíngues, o que equivale a 75,30% dos dados; desse total, 71,03% são monolíngues em português. Os 10 exemplos, de BR01 a BR05, das Fig. 12 a 21, servem para ilustrar uma unidade de análise do centro e outra do bairro de cada um dos pontos estudados, e contrapõem unidades públicas e privadas. No total, esse tipo soma 1165 unidades de análise monolíngues em português. A ocorrência do português coincide via de regra com a realidade do respectivo país e ponto BR. As figuras 12, 15, 17 e 21 reproduzem inscrições *top-down*, ou seja, inscrições públicas, nas quais a língua vem de cima para baixo. Sua função é basicamente informativa (e normativa) por parte de órgãos como as prefeituras, como na Fig. 12, com o *slogan* “Por um Chuí melhor”, e na Fig. 21, da Secretaria de Saúde do município, para uma publicidade para o controle de natalidade. Na Fig. 15, tem-se uma placa de informação turística, inserida dentro de um domínio maior que são placas públicas.

Contraopondo as unidades de análise públicas, as unidades de análise *bottom-up*, ou seja, relativas a placas do campo privado, do cidadão comum, estão presentes nas figuras 13, 14, 16, 18, 19 e 20. Elas atendem especialmente às finalidades do comércio, de modo geral e preenchem uma função essencialmente apelativa, em que busca chamar a atenção de uma potencial clientela.

Seguindo nos registros monolíngues do lado brasileiro da fronteira, gostaríamos de destacar os registros monolíngues em espanhol, encontrados em BR vale lembrar que 3,71% dos registros são monolíngues em espanhol, e que a grande maioria está concentrada em BR01, isto é, 2,86% das unidades de análise de toda fronteira brasileira. Basta, porém, fazer um *zoom* especialmente sobre os dados de BR01, para perceber que 17,54% das unidades de análise do município são monolíngues em espanhol, o que equivale a 47 unidades de análise de um total 268 que possui o município.

Fig. 22 a 25: Registros monolíngues em espanhol em BR



Fonte: Dania Gonçalves (fev. 2020, em BR01_Centro_Av.Uruguai_Q8_P).



Fonte: Dania Gonçalves (fev. 2020, em BR01_Centro_Av.Uruguai_Q1_P).



Fonte: Dania Gonçalves (fev. 2020, em BR01_Quartel_Chile_Q2_I e BR01_Isolina_Airton Senna_Q1_I).

Essas inscrições monolíngues em espanhol, em BR01, comprovam o que apontam os dados do Censo de 2010, que é a cidade brasileira que abriga o maior número de estrangeiros. A PL encontrada na cidade do tipo *bottom-up* nos ajuda a ilustrar o que ocorre nesse ponto de estudo. As figuras 22 e 24 estão etiquetadas no domínio “loja de alimentos”, como por exemplo “*carnicería y pescadería*”, “*carnicería, matambre, vacio, milanesas*”. Em lojas de alimentos, esse tipo de comércio geralmente está escrito na língua local, na língua majoritária da população, que nesse caso é o espanhol. Nos pontos BR02 a BR05, não é comum encontrar esses tipos de ocorrência; são casos isolados, ao contrário de BR01 em que o espanhol, pode-se dizer, ocupa uma determinada territorialidade. No exemplo da Fig. 25, proveniente do domínio de oferta de serviços, o uso da expressão em espanhol “*Se hacen costuras*” evidencia a relação da língua com a origem e identidade de quem faz a prestação do serviço. Por fim, uma relação parecida é observada na Fig. 23, onde fica evidente a estratégia de atrair a clientela da população hispanófono local, em sua maioria uruguaia, e por outro lado também atender ao público brasileiro que visita a fronteira BR01-UY01, atrás do turismo de compra dos *free shoppings*.

Diferentemente, os registros monolíngues na fronteira uruguaia, como observamos no Graf. 3, equivalem a 76,70% ou 1.284 unidades análises. Desse total, 74,80% são registros monolíngues em espanhol, o que corresponde a 1.252 unidades de análise. Vejamos alguns exemplos:

Fig. 26 a 35. Registros monolíngues em espanhol em UY



Fonte: Dania Gonçalves (fev. 2020, em UY01_Centro_Av. Brasil_Q16_I e UY01_Samuel Priliac_Samuel Priliac_Q3_I).



Fonte: Dania Gonçalves (dez. 2019, em UY02_Zonal Comercial_General Artigas_Q4_I e UY02_Centro_Virrey Arredondo_Q12_I).



Fonte: Dania Gonçalves (UY03_Centro_Q1_P e UY03_Pueblito_Isabel Rodriguez de Matos_Q4_P).



Fonte: Dania Gonçalves (UY04_Centro_Agraciada_Q5_P e UY04_Mandubí_Serra_Q8_I).



Fonte: Dania Gonçalves (fev. 2020, em UY05_Centro_Carlos Lecuerder_Q4_I).



Fonte: Dania Gonçalves (jan. 2020, em UY05_San Eugenio_18 de julio_Q1_I).

A ocorrência de espanhol coincide via de regra com a arealidade do respectivo país e ponto UY. As figuras 27, 28, 31 e 32 equivalem, nesse sentido, a inscrições *top-down*, ou seja, inscrições públicas, nas quais a língua é determinada pelo Estado ou pela administração, com função informativa e normativa. Já as figuras 26, 29, 30, 33, 34 e 35 refletem unidades de análise *bottom-up*, ou seja, são inscrição de ordem mais privada, do cidadão comum. Apesar disso, domínios como a escola e a religião, como nas Fig. 28, 29 e 33, se diferenciam de placas do domínio de restaurantes e de lazer, que costumam derivar de uma espontaneidade maior.

Se a correlação país-língua oficial funciona, não se pode pensar, por outro lado, somente na representatividade massiva e incorrer no erro de taxar a fronteira Brasil-Uruguai como simplesmente um espaço bilíngue português-espanhol. As línguas minoritárias também aparecem na configuração desse espaço fronteiro, apesar da força das línguas majoritárias que pesa sobre elas. No espaço fronteiro, eminentemente plural, as pequenas comunidades de fala não deixam de marcar – e demarcar – sua territorialidade através de sua língua. E o fazem em grande parte por meio de marcas visuais, ou seja, inserindo suas línguas na paisagem linguística local. A análise dessa

presença minoritária, justamente por ser minoritária, pode melhor ser compreendida pela análise qualitativa e pontual dos registros feitos, pois os números vão contra a lógica e essência de suas línguas. Também é preciso separar, como vimos na análise em 4.3, entre o que pertence ao âmbito global (como no caso do inglês) e o que de fato possui enraizamento local (como por exemplo marcas de PL em árabe, devido à presença de comunidade dessa língua). Na seção a seguir, busca-se avançar por isso na análise, para chegar ao falante por trás das inscrições linguísticas.

4.4.2 O falante por trás das inscrições linguísticas

Do mesmo modo que distinguimos entre o local e o global, também é preciso distinguir entre o individual e o coletivo (neste caso, associado a uma comunidade linguística). Vejamos o exemplo a seguir, encontrado no centro de BR03:

Fig. 36 e 37: Exemplos de inscrições bilíngues em português e alemão



Fonte: Dania Gonçalves (BR03_Centro_Av. Gaspar Martins_Q3_P e BR03_Centro_Av. Gaspar_Martins_Q5_I).

As Fig. 36 e 37 acima encontram-se na mesma rua e estão separadas apenas por uma quadra. Chama atenção o “abrasileiramento/aportuguesamento”, de certo modo, da grafia *Weiss* para *Waiss*, provavelmente sobrenome dos proprietários dos dois estabelecimentos comerciais. Por outro lado, apesar da grafia, poder-se-ia hipotetizar que, na sua origem, *Waiss* possa indicar uma pequena comunidade de fala familiar alemã, inserida em BR03. Para questões dessa natureza, servem de auxílio as observações feitas *in loco*, como mostra o seguinte excerto do diário de campo

Entrei na loja e conversei informalmente com os proprietários, queria confirmar a origem Waiss, é realmente um sobrenome alemão. É sobrenome da família, aqui em Aceguá-Br são só eles e a família não fala alemão. Diário de Campo 03 de fevereiro 2020

Interessante o que o registro fotográfico georreferenciado possibilita encontrar e como é importante relacionar o sinal gráfico ao seu *locus*. Ao perceber dois registros gráficos, em português e alemão, com a mesma grafia em alemão, em uma mesma territorialidade, se levantou a suspeita de uma comunidade de fala alemã. Fato que não está totalmente errado, embora, de acordo com o diário de campo, a família não fale mais a língua, ou seja, não temos uma comunidade de fala alemã, mas temos uma família de origem alemã que acabou perdendo a língua de imigração. Para a constituição histórica da localidade, é um dado relevante. Vemos, nesse exemplo, que o pesquisador não pode precipitar-se com o que “os olhos veem”; é preciso complementar a observação da presença visual com a pesquisa *in loco*. O diário de campo é assim um auxiliar ao levantamento fotográfico por área.

Exemplos dessa natureza são bastante frequentes, como se pode ver a seguir.

Fig. 38 a 41: Inscrições, referências plurilíngues com uso do mandarim



Fonte: Dania Gonçalves (fev. 2020, em UY04_Av. Sarandí_Q1_I e UY04_Av. Sarandí_Q3_I).



Fonte: Dania Gonçalves (fev. 2020, em UY04_Agraciada_Q1_P e UY04_Agraciada_Q2_P).

Em duas ruas paralelas no centro de UY04, encontramos placas plurilíngues com presença e referência ao mandarim. As Fig. 38 e 39 chamam atenção, por se referirem a

dois estabelecimentos de comércio com o mesmo nome, separados por apenas uma quadra. Além do mandarim, essas inscrições apresentam registros em outras línguas (globais), especialmente inglês, como nas palavras *import* e *export*; espanhol, como na frase *ventas por mayor y menor*, bem como na língua portuguesa, como se observa na frase correlata “vendas por atacado e varejo”. O ímpeto de se fazer compreender parece encontrar no plurilinguismo a solução mais garantida. No que diz respeito ao mandarim, é preciso considerar, no entanto, a especificidade dos ideogramas: na Fig. 38, 壽 significa “vida”; abaixo de *import* e *export*, aparece também 恭喜發財, que significa, de acordo com consulta feita a um falante de mandarim, “desejo ser feliz e próspero”. Uma frase com desejo de felicidade e prosperidade em mandarim poderia indicar a presença de uma comunidade de fala de mandarim no local. Contudo, também pode ser uma expressão da cultura e da identidade. Novamente, é preciso complementar a observação da presença visual com a pesquisa *in loco*. No diário de campo, registrou-se o seguinte comentário.

Entrei na loja Zi & Hao (UY04_Av. Sarandí_Q1_I), logo na entrada me deparei com um senhor, entra 50 e 60 anos, de fenótipo chinês, perguntei em espanhol se ele era o proprietário da loja, ele respondeu em mandarim, eu não compreendi, refiz a pergunta em português, creio que ele disse a mesma coisa em mandarim. Uma funcionária se aproximou e falou em português: “ele não fala nossa língua”. Expliquei a funcionária quem eu era e o que estava fazendo, ela mencionou que na quadra seguinte, na loja de mesmo nome encontraria o filho daquele senhor, e que o filho falava português e espanhol. (Diário de Campo 8 de fevereiro de 2020)

Entrei na segunda loja Zi & Hao (UY04_Av. Sarandí_Q3_I), conversei o proprietário e dois funcionários que estavam ao redor, os funcionários que incentivaram o patrão a falar e complementaram algumas respostas inclusive. O proprietário filho assim como o pai tinha fenótipos chineses, conversamos em espanhol, mas os funcionários falavam em português. Ele me contou que a família havia vindo da China para Uruguai a poucos anos, vieram atrás de uma condição de vida melhor, na china a situação econômica deles estava ficando difícil. Me contou que o pai dele só fala mandarim, ao que os funcionários complementaram que quando ele quer, ele fala um pouco de espanhol também. Os funcionários disseram também que a família toda tinha comércio aqui em Rivera, ao que o proprietário complementou que na rua Agraciada um irmão era proprietário do China Shop e o outro do Shanghai. (Diário de Campo 8 de fevereiro)

O excerto acima do diário de campo mostra o quanto é importante complementar os dados visuais para reunir mais subsídios que expliquem a PL observada. Assim, nas figuras 40 e 41, embora não apareça a escrita em mandarim, é possível identificar outros elementos visuais que se pode relacionar com a China e a cultura chinesa. Com as informações do diário de campo, constata-se a presença de uma família oriunda da China. No exemplo da Fig. 40, tem-se uma série de elementos: o nome do estabelecimento *China Shop* fazendo referência ao país de origem do proprietário, a referência da cor vermelha

utilizada na placa à bandeira chinesa, bem como também os próprios produtos vendidos, entre os quais eletrônicos, relógios, caixa de som, tv's que sugerem ao leitor da placa a ligação com produtos chineses. Já na Fig. 41, os elementos visuais culturais chineses ajudam igualmente a compor a placa e a entender a relação com os proprietários. Vide outro excerto do diário.

Perguntei ao proprietário de que parte da China eles eram, ele me respondeu que viviam em Shangai, nesse momento entendi, o porquê do nome da loja de um dos seus irmãos era Shangai. (Diário de campo 8 de fevereiro)

A placa traz o nome da cidade de origem da família, além de um dragão de cores alaranjadas que faz parte da mitologia chinesa. Há também o desenho de um homem, com traços fenotipicamente chineses, e que empega um chapéu frequentemente utilizado pelo camponês chinês. Podemos afirmar através desses quatro registros da paisagem linguística de UY04 que há de fato uma comunidade de fala chinesa na cidade, uma comunidade que mantém a língua familiar, visto que o patriarca só fala mandarim, uma comunidade de fala que expressa sua identidade linguística através das placas dos seu estabelecimento de comércio, evidenciando elementos chineses como o nome do país e a cidade de onde vieram, o mandarim, sua língua materna, as cores vermelho e amarelo, relembando a bandeira do país e símbolos míticos e culturais chineses como o dragão e o camponês chinês. Esses elementos identitários, presentes nas placas, se juntam a outras três línguas presentes: não apenas o português e o espanhol como línguas faladas na fronteira que os acolheu, como também o inglês, língua do comércio, da modernização e da globalização. Outro ponto relevante é que, dos 5 registros observados no comércio de UY04, englobando espanhol, inglês, mandarim e português, todos se encontram no centro da cidade, em ruas paralelas, e quatro são pertencentes a uma mesma família. Além de formarem uma comunidade de fala familiar, seus membros ocupam o espaço e demarcam sua territorialidade por meio da PL com uso do mandarim e de outras marcas de sua cultura.

Fica a pergunta, nesses exemplos, sobre o papel da foto em particular na relação com o todo de seu entorno – localização e aglomeração linguístico-visual, poderíamos dizer. É o que veremos a seguir.

4.4.3 Aglomerações linguístico-visuais: relações de coletivização

Para identificar aglomerações em uma determinada língua, vimos que basta localizar de forma qualitativa as ocorrências em um determinado espaço de uso. Mas existe ainda a questão do mapeamento em sentido amplo, de demarcação de tendências no espaço social e geográfico. As possibilidades variam: pode ser uma tendência comum, pode ser uma relação de centralidade e periferia, pode ser uma política pública, etc.

Vimos, até aqui, que podem ser identificadas aglomerações, nos pontos da fronteira em estudo entre Brasil e Uruguai, que sinalizam para territorialidades de uma determinada comunidade de fala, muitas vezes “oculta a olho nu”, mas perceptível por trás da PL. De modo abrangente, foram identificadas nos levantamentos de campo as seguintes situações e comunidades de fala:

- BR01: português, espanhol, **árabe**, inglês;
- UY01: português, espanhol, inglês, francês;
- BR02: português, espanhol, inglês, **italiano**, **alemão**, **árabe**;
- UY02: português, espanhol, inglês;
- BR03: português, espanhol, **alemão**, inglês;
- UY03: português, espanhol e inglês;
- BR04: português, espanhol, inglês, italiano, **mandarim**;
- UY04: português, espanhol, inglês, **mandarim**, francês;
- BR05: português, espanhol, **árabe**, inglês e
- UY05: português, espanhol, inglês.

Enquanto português, espanhol e inglês estão presentes na PL do conjunto da rede de pontos pesquisada (inglês por motivos globais, assim como provavelmente também francês), as línguas de imigração alemão, árabe, italiano e mandarim (marcadas em negrito) podem contrariamente sinalizar uma coletividade de falantes. A localização dessas comunidades mostra uma recorrência do plurilinguismo ao longo de toda a fronteira, sobretudo em UY04, BR04, BR05. O mesmo vale para o uso de espanhol, nos pontos BR, e de português nos pontos UY. Em alguns casos, porém, essa presença pode ser meramente resquício de comunidades de fala passadas.

Nas condições de elaboração da Tese, não foi possível infelizmente elaborar um

mapeamento preciso, para localizar as territorialidades dessas diferentes comunidades e tendências. É uma tarefa em aberto, pós-Tese, para os próximos anos. Pode-se certamente localizar no conjunto dos dados aglomerações e, por hipótese, comunidades e comportamentos linguísticos mais gerais, como já fizemos entre centro e periferia, ou mesmo destacando a presença de determinada comunidade linguística em pontos específicos.

Em BR05, ao olhar atentamente para o centro da cidade, observa-se uma inscrição diferente, nas quadras 5 e 6 da Rua 20 de Setembro, lado ímpar; o mesmo constatamos na quadra 5 par da Rua 7 de Setembro e na quadra 6 ímpar da mesma rua.

Fig. 42 a 46: Exemplos de inscrições em português e árabe



Fonte: Dania Gonçalves, janeiro de 2020 (BR05_Centro_20 de setembro_Q5_I)



Fonte: Dania Gonçalves, janeiro de 2020 (BR05_Centro_20 de setembro_Q6_I)



Fonte: Dania Gonçalves (jan. 2020, em BR05_Centro_20 de setembro_Q6_I e BR05_Centro_7 de setembro_Q5_P).



Fonte: Dania Gonçalves (jan. 2020, em BR05_Centro_7_de setembro_Q6_I).

Na Fig. 42, embora não tenhamos encontrado em nossos dicionários de arabismos, a origem do nome *Kinan*, em uma rápida busca pelas redes sociais, é facilmente associada a um nome masculino comum em árabe. Ao abrir vários desses perfis, seguem-se com frequência inscrições em árabe. Essa relação com árabe é comprovada pelas observações feitas no diário de campo:

Conversei com um dos proprietários da Kinan Modas, que me contou com um português cheio de sotaque, sua história. Me disse que veio do Líbano com pai há 6 anos e que o nome da loja era uma homenagem ao irmão dele. (Diário de Campo 24 de janeiro de 2020)

Trata-se, no caso, de uma família libanesa, imigrada há pouco tempo para o Brasil, que usa um nome próprio árabe, um laço familiar para batizar sua loja. Já na loja conhecida como Casa Jamil, verificam-se ainda mais elementos que nos remetem ao árabe. Além do nome *Jamil*, que consoante Machado (1984: 820), em seu dicionário *Vocabulário português de origem árabe*, define Jamil: “ver Jamila [...] do ár. Jamilâ <bela, bonita>”. Jamil consta no dicionário como um homem belo, bonito, nome de origem árabe, outro indicador de identidade árabe é a bandeira da Palestina presente no comércio. Aqui, o diário de campo também é utilizado para complementar a análise:

Entrei na loja Jamil e pedi para falar com o proprietário, as funcionárias me apontaram o fundo da loja no caixa. Me apresentei, disse que estava estudando a fronteira Brasil-Uruguai e as línguas minoritárias existentes nela. O proprietário foi de uma gentileza infinita, contou-me que veio para o Brasil e que tinha se estabelecido em Quaraí há 40 anos, disse ainda que depois de deixar a Palestina, esteve por dois anos nos Estados Unidos, depois que veio para o Brasil fixar residência. Contou-me ainda que a religião Islam é muito presente em sua vida, que família mantém a língua árabe, a religião e que seu filho que é médico na cidade inclusive atende alguns pacientes em árabe. [...] Foi uma conversa muito agradável e terminou com um presente, o proprietário presenteou-me com quatro livros sobre a cultura e religião árabe: “*A mensagem do Islam*”, “*La mujer em el Islam*”, “*Muhammad o mensageiro de Deus*” e “*40 perguntas sobre a Palestina*”. Diário de Campo 24 de janeiro de 2020.

Fica evidente, no relato do proprietário da Loja Jamil, que a língua, a cultura e a religião árabe, a identidade árabe vão além das placas comerciais e continuam sendo conservadas no domínio da família. Do mesmo modo, os livros presenteados à pesquisadora revelam a presença de um certo suporte à vida social e cultural da comunidade (ver Fig. 47). Lamentavelmente, não ocorreu perguntar se havia população de origem árabe do lado uruguaio da fronteira, pois o livro em espanhol sobre a mulher no Islam levanta essa suspeita de quem consumiria livros sobre o Islam, em espanhol. As combinações de línguas, mesclando inclusive um título em “escrita gótica” (*Frakturschrift*, do alemão; ver a seguir), são mais uma variação de comportamento linguístico e cultural que comprova o papel do plurilinguismo no espaço de fronteira local e global.

Fig. 47: Livros sobre a religião e cultura árabe



Fonte: Dania Gonçalves.

Voltando à Fig. 44, o nome *Zaira*, consoante Machado (1984: 1496) em seu *Dicionário Onomástico Etimológico da Língua Portuguesa. vol. 3*: *Zaira* vem do árabe e significa “brilhante”. Como em outros exemplos, vemos novamente replicado o significado da antroponímia – e por extensão da língua de origem – na expressão da

identidade cultural desses grupos. As anotações do diário de campo corroboram essa constatação:

Entrei na loja Zaira, havia um homem sentado em um banco, pedi para falar com proprietário, ele assentiu com a cabeça, me apresentei e perguntei qual a origem do nome Zaira, ele respondeu que Zaira era sua neta. Insisti e perguntei se era de origem árabe, ele assentiu com a cabeça e complementou somos uma família árabe e não disse mais nada. Reparando que ele não queria conversar, agradei a informação e fui embora. Diário de campo 24 de janeiro de 2020.

Além da comprovação do dicionário, tem-se, portanto, a afirmação do próprio proprietário que se identifica com um nome árabe de origem da sua família. Já no caso de Artex (Fig. 45), vale o seguinte relato do diário de campo:

Ao me aproximar da loja para fotografar, vi uma mulher *hijab* que conversava com um homem, ao que parecia ser em árabe. Apresentei-me perguntei a origem do nome da loja e o proprietário respondeu que era o nome da sua cidade natal. Perguntei se era uma cidade árabe e ele disse que sim, perguntei também há quanto tempo eles estavam em Quaraí e ele me respondeu que estavam há 6 anos. Diário de campo 24 de janeiro de 2020.

As cinco amostras de dados de presença bilíngue português-árabe encontram-se concentradas em duas ruas distintas do centro de BR05. Além da presença do português e árabe em inscrições do âmbito do comércio, também no campo religioso se observa a presença do árabe, como no caso de uma mesquita (Fig. 46). Evidências desse campo, mais do que do comércio e da gastronomia, por exemplo, são uma comprovação forte da existência de uma comunidade árabe no lugar. Os sinais gráficos no comércio, assim como a presença de mulheres com seu *hijab* caminhando na rua, reforçam esses indícios de existência de uma comunidade, o que foi também descrito no diário de campo. Para além da mesquita e do comércio, que formam uma pequena territorialidade árabe no centro de BR05, há também na entrada da cidade um clube árabe-palestino, como mostra a Fig. 48.

Fig. 48: Sociedade árabe-palestino brasileira



Fonte: Dania Gonçalves (BR05_Entrada_Nova Palestina_Q1_P).

Como se pode ver, o estudo de PL reflete realidades linguísticas e culturais que nem sempre são visíveis ao observador comum. “Destapar” essas realidades implica relacioná-las com a estrutura social maior – local e global, passada e presente, pública e particular, etc. Ela, de fato, é visível, mas cabe ao pesquisador visibilizá-la com os instrumentos de análise que possui à mão.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A fronteira entre Brasil e Uruguai foi alvo de uma série de estudos com foco essencialmente no contato português-espanhol (cf. BEHARES, 2010, RONA, 1965., THUN, 2000a, 2000b). O presente estudo buscou contribuir com a faceta mais oculta das relações linguísticas nesse contexto fronteiriço, qual seja de identificar por meio do estudo da paisagem linguística a presença do plurilinguismo e verificar suas diferentes formas de organização e significado. Encontramos dois tipos de plurilinguismo, poderíamos afirmar: um plurilinguismo local minoritário, representado por línguas como árabe, mandarim, italiano e alemão; e um plurilinguismo global, pautado especialmente na língua hipercentral inglês.

Do lado brasileiro, observa-se uma preocupação muito grande em mapear e preservar as línguas minoritárias. Projetos como ALMA e ADDU, assim como os inventários linguísticos, tentam dar conta desse trabalho de formiguinha que é pesquisar uma língua minoritária, documentá-la e analisá-la. O presente estudo, realizado em um contexto de fronteira, apesar das limitações que o âmbito de uma Tese de Doutorado impõe, é antes de tudo uma contribuição para a sociologia do plurilinguismo, em especial para os estudos de paisagem linguística, que foi seu foco central. Se, de um lado, o *corpus* constituído não se esgota com a análise feita, de outro lado há que ressaltar que os resultados comprovam o potencial de pesquisa que o campo de estudos de *linguistic landscape* oferece. A continuidade dos estudos com o mesmo *corpus*, inclusive com as complementações e o aprofundamento que este estudo propicia, é uma consequência natural, para a autora deste estudo, com o qual se espera poder impulsionar novos estudos.

Como resultado fundamental, o presente estudo comprova a relevância do plurilinguismo e sua presença significativa na área de fronteira, normalmente associada de forma restrita ao bilinguismo das línguas majoritárias português e espanhol. De fato, o domínio do português e do espanhol se confirma em todos os níveis, mas há que relevar diferentes contornos, distribuições e combinações com demais línguas. Principalmente, a correlação com o espaço de uso e os falantes, seja devido à mobilidade

migratória de um lado e outro, seja como recurso nas relações econômicas que agrega valor de mercado, precisam ser consideradas. Sobretudo o papel da língua para a identidade dos falantes se mostrou especialmente determinante no uso de uma língua na PL.

Durante 65 dias, percorreu-se as ruas, bairros e cidades de cinco pares de pontos de pesquisa, de cidades gêmeas entre Brasil e Uruguai. Fazem parte desse plurilinguismo, de certo modo oculto, embora vivenciado em cada canto da fronteira, línguas como o mandarim e o árabe, presentes em pontos como Rivera e Quaraí, respectivamente. O inglês e o francês no comércio de *free shopping* uruguaio, o italiano e o alemão também presentes na gastronomia da fronteira.

O fato de os Estados brasileiros e uruguaios não apresentarem uma regulamentação para as diversas línguas minoritárias existentes nesses países, em especial em suas fronteiras, mostra uma tentativa de regulação do monolinguismo nesses países. Mas se há algo que o Estado não consegue controlar são as línguas e a identidade linguística dos membros dessas comunidades. As placas e cartazes observados ao longo da fronteira evidenciam o papel que desempenham essas línguas para seus falantes.

Citando novamente Gorter (2006), há dois sentidos aplicados na PL: o primeiro é o estudo literal das línguas, como são usadas através de seus signos, e o segundo é a representação das línguas, que é de particular importância, por se referir à globalização da identidade e da cultura, à crescente presença do inglês e à revitalização de línguas minoritárias. É o que constatamos na análise da PL na fronteira Brasil – Uruguai, feita por exemplo nos pontos BR03-UY03 e BR05-UY05. No lado uruguaio, com os *free shopping* vemos a globalização da identidade e da cultura do inglês, francês, vendendo produtos importados, enquanto do lado brasileiro, especialmente em BR05, observamos a promoção e manutenção de línguas como o árabe, especialmente no domínio da família e da religião.

Ainda sobre as línguas minoritárias, Marten, Mensel e Gorter (2012) explicam que tão importante quanto ser ouvido é ser visto, ser visível. As pesquisas sobre línguas minoritárias têm se centrado na manutenção, ameaças, revitalização, educação, políticas linguísticas, transmissão da língua na família e parece que é isso que, por exemplo, o árabe tem feito em BR05.

Uma autoavaliação prévia da Tese teria que considerar as diversas contribuições

e dificuldades que o tema engendra. Em primeiro lugar, há que considerar as dificuldades impostas pela pandemia, em segundo, as dificuldades derivadas pelo fato de o campo de estudo ser relativamente novo, não só para mim, mas também cientificamente falando. Por último, é preciso considerar as próprias limitações de uma Tese de Doutorado que envolve dedicação de tempo, apropriação do modelo teórico, cumprimento de prazos e disciplinas.

Por outro lado, ao mesmo tempo que se impuseram dificuldades na execução do projeto original, que teve que sofrer adequações substanciais, elas resultaram em méritos, no sentido de que obrigaram a buscar alternativas e soluções. Entre os méritos que se pode apontar, ao menos no nível de contentamento da doutoranda com seu orientador está a constituição do *corpus* significativo das 10 localidades da fronteira em uma extensão que ultrapassa os 1.000 km de extensão de BR01-UY01 até BR05-UY05. Esse *corpus* não pôde ser analisado como se gostaria. Está, porém, constituído e pode oferecer muitos outros estudos no futuro, relevantes para mim enquanto professora do IFRS.

Relevante também foi o entendimento de como funciona a PL e como a dinâmica de ocupação do espaço (objetivo ii), assim como a presença potencial de comunidades linguísticas que lhe dão suporte e significado, ou ainda como no objetivo iii, o aprimoramento dos procedimentos metodológicos, contribuem para futuros estudos. Esse domínio das categorias relevantes à PL é extremamente importante e pode ensejar novos estudos em outros tipos de territorialidades, por exemplo nas áreas de imigração, de farta presença no sul do Brasil, especialmente no Rio Grande do Sul.

Sem dúvida, o doutorado representa um rito de passagem, uma vez que consolida e assenta as bases para esse tipo de pesquisa e prepara para estudos futuros que sem dúvida serão continuados.

REFERÊNCIAS

- ANEP. Documentos de la Comisión de Políticas Lingüísticas en la Educación Pública. Administración Nacional de Educación Pública, Montevideo: Consejo Directivo Central, 2007.
- AGUIRRE, Enrique Ballón & CERRÓN-PALOMINO, Rodolfo (ed.). *Diglosia linguo-literaria y educación en el Perú: homenaje a Alberto Escobar*. Lima: CONCYTEC - Consejo Nacional de Ciencia y Tecnología y Programa de Educación Bilingüe de Puno; GTZ - Sociedad Alemana de Cooperación Técnica, 1989.
- ALTENHOFEN, Cléo V. *Bases para uma política linguística das línguas minoritárias no Brasil*. In: NICOLAIDES, Christine et al. (orgs.). *Política e políticas linguísticas*. Campinas, SP: Pontes Editores, 2013. p. 93-116.
- ALTENHOFEN, Cléo V. *O “território de uma língua”: ocupação do espaço pluridimensional por variedades em contato na Bacia do Prata*. In: FERNÁNDEZ, Ana Lourdes da Rosa Nieves; MOZZILLO, Isabella; SCHNEIDER, Maria Nilse & CORTAZZO, Uruguay (orgs.). *Línguas em contato: onde estão as fronteiras?* Pelotas: Editora UFPel, 2014. p. 69-103.
- ALTENHOFEN, Cléo V. Plurilinguismo na escola e na sociedade em uma perspectiva macrolinguística. In: *Organon*, v. 32, n. 62, p. 311-317, jan./jul. 2017. Disponível em: <http://seer.ufrgs.br/index.php/organon/article/view/74423>.
- ALTENHOFEN, Cléo V. & BROCH, Ingrid K. *Fundamentos para uma “pedagogia do plurilinguismo” baseada no modelo de conscientização linguística (language awareness)*. In: BEHARES, Luis (org.). *V Encuentro Internacional de Investigadores de Políticas Linguísticas*. Montevideo: Universidad de la República e Asociación de Universidades Grupo Montevideo / Núcleo Educación para la Integración, 2011. p. 15-22.
- ALTENHOFEN, Cléo V. & MORELLO, Rosângela. *Rumos e perspectivas das políticas linguísticas para línguas minoritárias no Brasil: entre a perda e o inventário de línguas*. In: FARENZENA, Nalú (org.). *Atas do VI Encontro Internacional de Investigadores de Políticas Linguísticas*. Porto Alegre: UFRGS, 2013. p. 19-26.
- AROCENA, Felipe e AGUIAR, Sebastián. *Multiculturalismo em Uruguay*. Ensayo y entrevista a 11 comunidades culturales. Montevideo: Ediciones Trilce, 2007.
- ARROYO, José Luis Blas. *Lenguas en contacto. Consecuencias lingüísticas del bilingüismo social en las comunidades de habla del este peninsular*. Madrid: Iberoamericana; Frankfurt a.M.: Vervuert, 1999. 207 p. (Lingüística Iberoamericana; v. 7.)
- AXT, Gunter. Iluminando divisas. In: GARCIA, Fernando Cacciatore de. *Fronteira Iluminada. História do povoamento, conquista e limites do Rio Grande do Sul a partir do Tratado de Tordesilhas (1420-1920)*. 2 ed. Porto Alegre: Sulina, 2011.
- BAGNA, C. and BARNI, M. Per una mappatura dei repertori linguistici urbani: nuovi strumenti e metodologie. In: DE BLASI, N.; MARCATO, C. (eds.). *La città e le sue lingue. Repertori linguistici urbani*. Napoli: Liguori, 2006. p. 1-43
- BARNI, Monica e BAGNA, Carla. A Mapping Technique and the Linguistic Landscape. In: SHOHAMY, Elana; GORTER, Durk. (Orgs.). *Linguistic Landscape: Expanding the Scenery*. Londres: Routledge, 2009. p. 126 – 140
- BARRIOS, Graciela. *Etnicidad y Lenguaje la aculturación sociolingüística de los inmigrantes italianos en Montevideo*. Montevideo: Departamento de publicaciones da Facultad de Humanidades y Ciencias de la Educación, 2008.
- BARRIOS, G. El tratamiento de la diversidad lingüística en el debate educativo: paradigmas

- teóricos, representaciones y políticas lingüísticas. In: ALONSO, C. M. (Org.). *IV Encontro internacional de pesquisadores de políticas linguísticas*. Santa Maria: Pallotti, 2009. p. 23-31.
- BARRIOS, G.; PUGLIESE, L. Política lingüística en el Uruguay: las campañas de defensa de la lengua. In: MOZZILLO, I. et al (orgs.). *O plurilinguismo no contexto educacional*. III Fórum Internacional de ensino de línguas estrangeiras. Pelotas: Ed. da UFPel, 2005, p. 23-37.
- BEHARES, L. E. Historia y discurso sobre educación en zonas de frontera. In: TRINDADE, A; BEHARES, L. (orgs.) *Fronteiras, educação, integração*. Santa Maria: Pallotti, 1996. Cap.3, p. 25-33.
- BEHARES, L. E. Principios Rectores de las políticas lingüísticas en la educación pública uruguaya. In: BROVETTO. C. *Primer foro nacional de lenguas de ANEP*. Montevideo: A. Monteverde & Cía S.A, 2009, p. 23- 48. 97
- BEHARES, L. E. Educação fronteiriça Brasil/Uruguai, línguas e sujeitos. *Pro-Posições*. Campinas, v. 21, n. 3 (63), p. 17-24, set./dez. 2010.
- BEHARES, L. E. *Uruguai / Brasil: contribuição ao estudo da heterogeneidade linguístico-cultural da fronteira sul*. Acessado em 17 jun. 2011. Disponível em: <http://www.faculdadesocial.edu.br/dialogospossiveis/artigos/3/02.pdf>.
- BLASER, Jutta. „Carimbão“ oder „corrupio“: *Sprachmischung und Sprachbewusstsein im Norden Uruguays*. In: MESSNER, Dieter & PERL, Matthias (Hrsg.). *Portugiesisch in der Diaspora: Vorträge vom 4. Deutschen Lusitanistentag na der Universität Mainz (2001)*. Gernersheim/Rhein: Centro de Estudios Latinoamericanos; Institut für Romanistik/Univ. Mainz, 2003. p. 103-129.
- BLACKWOOD, Robert; TUFU, Stefania. Policies vs Non- Policies: Analysing Regional Languages and the National Standard in the Linguistic Landscape of French and Italian Mediterranean Cities . In: GORTER, D; MARTEN, H; MENSEL, L. *Minority languages in the linguistic landscape*. Londres: Palgrave Macmillan, 2012. p.109 -126
- BLOMMAERT, Jan. *Chronicles of complexity* Ethnography, superdiversity, and linguistic landscapes. Tilburg University, 2012.
- BOLLER, Fred. *Aspectos morfossintáticos e pragmáticos do português uruguaio (ADDU-Norte)*. In: GÄRTNER, Eberhard; HUNDT, Chistine & SCHÖNBERGER, Axel (eds.). *Estudos de geolinguística do português americano*. Frankfurt a M.: TFM, 2000. p. 253-262.
- BRESCIANI, S. Apresentação. In: CAMPOS, C. M. A política da língua na era Vargas: proibição do falar alemão e resistências no sul do Brasil. São Paulo: Editora Unicamp, 2006. p. 13-16.
- BROCH, Ingrid Kuchenbecker. *Ações de promoção da pluralidade linguística em contextos escolares*. Tese (Doutorado). Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS); Programa de Pós-Graduação em Letras, 2014. 268 p. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10183/102190>.
- BROVETTO, Claudia. Educación bilingüe de frontera y políticas lingüísticas en Uruguay. *Pro-Posições*. vol.21, n. 3, Campinas, set./dez. 2010.
- BUNSE, Heinrich & KLASSMANN, Mário S. *Estudos de dialetologia no Rio Grande do Sul (problemas, métodos, resultados)*. Porto Alegre: Faculdade de Filosofia, UFRGS, 1969. 60 p.
- CALVET, Louis-Jean. *As políticas linguísticas*. São Paulo: Parábola Editorial, 2007. p. 170.
- CAMPOS, C. M. A política da língua na era Vargas: proibição do falar alemão e resistências no sul do Brasil. São Paulo: Editora Unicamp, 2006. p. 354.
- CANO, G. The Mexico-North Report on Transnationalism, paper at the 63rd– Annual Conference of the Midwest Political Science Association, Chicago, 2005.
- CARVALHO, A. M. Rumo a uma definição do Português uruguaio. In: *Revista Internacional de*

Linguística Iberoamericana. V.1 2003. Disponível em <http://www.iai.spk-berlin.de/pt/publicacoes/rili.html>; Acesso em 23 nov. 2012. p. 125- 149.

CARVALHO, A. M. Políticas linguísticas de séculos passados nos dias de hoje: O dilema sobre a educação bilíngue no norte do Uruguai. In: Language problem, Language planning. Amsterdam: John Benjamins Publishing Company, 2006. p. 149- 171.

CARVALHO, A. M. Diagnóstico sociolingüístico de comunidades escolares fronterizas en el norte de Uruguay. In: BROVETTO, C.; GEYMONAT, J.; BRIAN, N. (orgs) Portugués del Uruguay y educación bilíngue. Montevideo: ANEP, 2007. Cap.2, p. 49-98.

CAÑETE, Greici L. R. *Representações sobre a política linguística para as escolas de fronteira entre Brasil e Uruguai: integrar para quê?* Dissertação (Mestrado). São Leopoldo – RS: Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Programa de Pós-Graduação em Linguística Aplicada, 2013. 180 p.

CECHIN, N. S. Jaguarão: ontem e hoje. Jaguarão: Companhia Rio-grandense de Artes Gráficas, 1979.

CENOZ, J.; GORTER, D. *El estudio del paisaje lingüístico*. 2008. Disponível em: <http://hdl.handle.net/11245/1.293687>>. Acessado em: 22 ago. 2018

CONTINI, Michel. *Présent et passé: la notion de frontière dans une lecture interdisciplinaire de l'espace linguistique*. In: ÁLVARES, R.; DUBERT, F.; SOUSA, X. (eds.). *Lingua e territorio*. Santiago de Compostela: ILG/CCG, p.23-54, 2006.

CORBEIL, J. C. *L'Aménagement linguistique du Québec*. Montreal: Guérin. De Vries, J. (1994) *Canada's official language communities. Na overview of the current demolinguistic situation*. International Journal of the Sociology of Language 105/106, 37-68, 1980.

CUNHA, Antônio Geraldo da. *Dicionário Histórico das palavras portuguesas de origem Tupi*. Melhoramentos: São Paulo, 1978.

COUTO, H. H. d. Linguística, ecologia e ecolinguística: contato de línguas. São Paulo: Contexto, 2009. págs. 190.

DE FINA, A., & PERRINO, S. Transnational identities. Applied Linguistics, 34(5): 2013. p. 509–515.

DE SWAAN, Abram. *Words of the world. The global language system*. Cambridge: Polity Press, 2001.

DOMINGUES, Moacyr. *Portugueses no Uruguai: São Carlos de Maldonado (1764)*. Porto Alegre: EST, 1994. 98 p.

EDELMAN, Loulou. What's in a name? Classification of Proper Names by Language. In: SHOHAMY, Elana; GORTER, Durk. (Orgs.). *Linguistic Landscape: Expanding the Scenery*. Londres: Routledge, 2009.

EDWARDS, Viv & NEWCOMBE, Lynda. *Back to basics: marketing the benefits of bilingualism to parents*. In: GARCÍA, Ofélia; SKUTNABB-KANGAS, Tove & TORRES-GUZMÁN, Maria E. (eds.). *Imagining multilingual schools: languages in education and globalization*. Clevedon et al.: Multilingual Matters, 2006. p. 137-149.

ELIZAINCÍN, Adolfo. *Dialectos en contacto: español y portugués en España y América*. Montevideo: Arca, 1992. 267 p.

ELIZAINCÍN, Adolfo; BEHARES, Luis & BARRIOS, Graciela. *Nos falemo brasileiro. Dialectos portugueses en Uruguay*. Montevideo: Amesur, 1987. 126 p.

ESSARTS, Marcos Des. Histórico. Disponível em: <https://acegua.rs.gov.br/pagina/id/2/?historia-do-municipio.html> Acesso em: 1 fev. 2021

- FIORIN, J. L. Prefácio. In: MOITA LOPES, L. P. (Org.). *O Português no século XXI: Cenário Geopolítico e sociolinguístico*. São Paulo: Parábola, 2013, p. 13-17
- FRANCISCO, Júlio César Bittencourt. *Dos Cedros Aos Pampas: Imigração Sírio-Libanesa No Rio Grande Do Sul, Identidade E Assimilação (1890-1949)*. Tese. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 2017
- FRANCO, S, C. *Origens de Jaguarão (1790 – 1833)*. Caxias do Sul: Instituto Estadual do Livro, 1980.
- GARCIA, Fernando Cacciatore de. *Fronteira Iluminada*. História do povoamento, conquista e limites do Rio Grande do Sul a partir do Tratado de Tordesilhas (1420-1920). 2 ed. Porto Alegre: Sulina, 2011. 333p
- GARCÍA, Constantino et al. *Atlas Lingüístico Galego*. La Coruña: Fundación Pedro Barrié de la Maza, Conde de Fenosa, 1990. v. I, 1-2: Morfoloxía Verbal.
- GÄRTNER, Eberhard. *Consecuencias terminológicas de la inclusión del nivel semántico en la descripción gramatical del español*. In: GÄRTNER, Eberhard & SCHÖNBERGER, Axel (eds.). *Über die Entwicklung der Terminologie der spanischen Grammatikographie*. Frankfurt a.M.: Valentia, 2003. p. 77-91. (Bibliotheca Romanica et Latina; 2)
- GOLIN, T. *A fronteira. Governos e movimentos espontâneos na fixação dos limites do Brasil com o Uruguai e a Argentina*. Porto Alegre: L&PM, 2011. V. 1.
- GONÇALVES, Dania Pinto. *O falar dos comerciantes brasileiros na fronteira de Jaguarão – Rio Branco* Dissertação (Mestrado em Letras) – Centro de Letras e Comunicação, Universidade Federal de Pelotas, 2013.
- GONÇALVES, Dania Pinto; MOZZILLO, Isabella.; KURTZ, Silvia. C. The practice of language alternation on the border between Brazil and Uruguay: aspects found on the brazilian side of Jaguarão-Río Branco border.. In: GOROVITZ, Sabine; MOZZILLO, Isabella. (Org.). *Language contact: mobility, borders and urbanization..* 1. ed. Cambridge: Cambridge Scholars, 2015
- GONÇALVES, Dania Pinto; ALMEIDA, Maria. Liz. Benitis. Yo no sé de dónde soy, mi casa está en la frontera y las fronteras se mueven, como las banderas. In: IX Encuentro Internacional De Investigadores De Políticas Lingüísticas: Diversidad lingüística. Diversidad cultural, 2019, Rosario - Argentina. IX ENCUESTRO INTERNACIONAL DE INVESTIGADORES DE POLÍTICAS LINGÜÍSTICAS ?Diversidad lingüística. Diversidad cultural? Rosario: H. y A. Ediciones, 2019. p. 131-141.
- GORTER, Durk. Introduction: The Study of the Linguistic Landscape as am New Approach to Multilingualism. In: GORTER, Durk (Org.). *Linguistic Landscape: A New Approach to Multilingualism*. Toronto: Multilingual Matters Ltd, 2006. p. 1-6
- HAIFAUI, Roberto & RIVERO, Rita. *Influencia portuguesa en el español hablado en la región sur-este de Uruguay*. In: CONGRESSO INTERNACIONAL DA ASSOCIAÇÃO DE LINGÜÍSTICA E FILOLOGIA DA AMÉRICA LATINA (9. : 1990 : Campinas [SP]). *Atas...* Campinas (SP): UNICAMP/Instituto de estudos da Linguagem, 1998. v. IV, p. 95-106.
- HAUSER, Ana. *Como hablan los húngaros del Río de la Plata*. In: Separata de Archivum, Facultad de Filosofía y Letras, Universidad de Oviedo, v. 9, p. 39-55, 1959.
- HENSEY, Federico. *Considerações metodológicas na análise da influência castelhana no português*. In: Suplemento da Revista Veritas. Porto Alegre, PUCRS, jun. 1965. 15 p.
- HENSEY, Federico. *El bilingüismo en relación a la lectura: encuesta en una comunidad fronteriza*. In: Cebela, Revista do Centro Brasileiro de Estudos Latino-Americanos, Porto Alegre, a. 1, n. 1, t. 1, p. 90-97, ag. 1965.
- HENSEY, Frederick Gerald. *The sociolinguistics of the Brazilian-Uruguayan border*. The Hague; Paris: Mouton, 1972. 115 p.

HENSEY, Fritz. *O sociolingüismo da fronteira sul*. In: Letras de Hoje, Porto Alegre, Globo; PUCRS, fev.-maio n. 3, p. 107-116, 1969.

KERSCH, Dorotea Frank. *A construção relativa na língua falada: enfoque na fronteira bilíngue do Brasil com o Uruguai, comparado ao espanhol e ao português riopratense e europeu*. Kiel: Westensee-Verl., 2006. 204 p., XIX, Audio-CD (Dialectologia Pluridimensionalis Romanica; 6)

KLEINPENNING, Jan M. G. *La inmigración alemana al Paraguay y su papel en el desarrollo económico desde 1870*. In: POTTHAST, Barbara; KOHUT, Karl & KOHLHEPP, Gerd (eds.). *El espacio interior de América del Sur: geografía, historia, política, cultura*. Madrid: Iberoamericana; Frankfurt/Main: Vervuert, 1999. p. 227-250 (Americana Eystettensia: Ser. A, Actas; 19.)

KOCH, Walter. *Contribuição do Atlas Lingüístico-Etnográfico da Região Sul ao estudo da fronteira lingüística entre o Brasil e o Uruguai*. In: PRÁTICAS DE INTEGRAÇÃO NAS FRONTEIRAS: TEMAS PARA O MERCOSUL. Porto Alegre: Ed. da Universidade/UFRGS; Instituto Goethe/ICBA, 1995. p. 192-206. (Diálogos Brasil-Alemanha nas Ciências Humanas; 7.)

KOHLHEPP, Gerd. *Incorporação do espaço fronteirço do leste do Paraguai na esfera de influência brasileira*. In: POTTHAST, Barbara; KOHUT, Karl & KOHLHEPP, Gerd (eds.). *El espacio interior de América del Sur: geografía, historia, política, cultura*. Madrid: Iberoamericana; Frankfurt/Main: Vervuert, 1999. p. 205-225 (Americana Eystettensia: Ser. A, Actas; 19.)

LANDRY, R. e BOURHIS, R.Y. Linguistic landscape and ethnolinguistic vitality: An empirical study. In: *Journal of Language and Social Psychology* 16 (1), 23_49. 1997

LAFIN, Gabrielle Carvalho. O contato lingüístico português-espanhol na fronteira entre Brasil e Uruguai: estado da pesquisa e perspectivas futuras. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Letras Licenciatura). Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul; Instituto de Letras, 2011. 52 p. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10183/39426>.

LAGARES, Xoán Carlos. *Qual política lingüística? Desafios glotopolíticos contemporâneos*. São Paulo: Parábola Editorial, 2018.

LAURELLI, E. Reestructuración económica en América Latina: ¿integración o fractura de los territorios fronterizos? In: CASTELLO, I. R. et al. (Orgs) *Fronteiras na América Latina espaços em transformação*. Porto Alegre: Editora UFRGS, 1997. p. 172 – 186.

LÓPEZ, Brenda V. de. *Lenguaje fronterizo en obras de autores uruguayos*. Montevideo: s.e., 1967. 125 p.

LOPEZ, David; ESTRADA, Vanesa. *Ameaça hispânica: o espanhol ameaça o inglês dos Estados Unidos?* In: LACOSTE, Yves & RAJAGOPALAN, Kanavillil (orgs.). *A geopolítica do inglês*. São Paulo: Parábola editorial, 2005. p. 56-64 (Lingua[gem]; 13.)

MACHADO, José Pedro. *Dicionário Onomástico Etimológico da Língua Portuguesa*. vol. 2: E-M, Lisboa: Editorial Confluência, 1984.

MACHADO, José Pedro. *Dicionário Onomástico Etimológico da Língua Portuguesa*. vol. 3: N-Z, Lisboa: Editorial Confluência, 1984.

MAHER, Terezinha Machado. *Ecossistemas de resistência: políticas lingüísticas e línguas minoritárias no Brasil*. In: NICOLAIDES, Christine et al. (orgs.). *Política e políticas lingüísticas*. Campinas, SP: Pontes Editores, 2013. p. 117-134.

MALINOWSKI, David. Authorship in the Linguistic Landscape: A Multimodal-Performative View. In: SHOHAMY, Elana; GORTER, Durk. (Orgs.). *Linguistic Landscape: Expanding the Scenery*. Londres: Routledge, 2009. p. 107 – 125

MARSILIO, Horacio de. *El lenguaje de los uruguayos*. Montevideo: Editorial Nuestra Tierra, 1969. 60 p. (Nuestra Tierra; 24.)

- MARTEN, H.; MENSEL, L. e GORTER, D. Studying Minority Languages in the Linguistic Landscape. In: GORTER, D; MARTEN, H; MENSEL, L. *Minority languages in the linguistic landscape*. Londres: Palgrave Macmillan, 2012. p. 1-15
- MASELLO, Laura (org.). *Portugués lengua segunda y extranjera en el Uruguay: Actas del Primeiro Encontro de Profesores de Português Lengua Estrangeira do Uruguay*. Montevideo: Universidad de la República/Facultad de Humanidades y Ciencias de la Educación, 2008.
- MASERA, Mariana. *Las nanas: ¿una canción femenina?* In: Revista de Dialectología y Tradiciones Populares, Madrid, v. 49, cad. 1, p. 199-219, 1994.
- MATIAS, Maria de Fátima de Rezende F. *Bilingüismo e níveis sociolingüísticos numa região luso-espanhola (Conselhos de Alandroal, Campo Maior, Elvas e Olivença)*. In: Revista Portuguesa de Filologia, Coimbra, n. 19, p. 27-178 [251-402].
- MEC-UY. *Jodido Boshinshe*. In: MEC- UY- 2017
- MEC-UY. Ley N° 18.437. Disponível em: <https://www.ineed.edu.uy/images/pdf/-18437-ley-general-de-educacion.pdf> acesso em: 20 nov. 2020
- MOITA LOPES, L. P. Linguistic Ideology: How Portuguese is being discursively constructed in late modernity. In: MOITA LOPEZ, Luiz Paulo (Org). *Global Portuguese: Linguistic Ideologies in late modernity*. New York: Routledge, 2015, p. 1-26.
- MORELLO, Rosângela & MARTINS, Marci Fileti (orgs.). *Observatório da Educação na Fronteira: política linguística em contextos plurilíngues: desafios e perspectivas para a escola*. Florianópolis: IPOL; Editora Garapuvu, 2016.
- MORELLO, Rosângela (Org.). *Leis e línguas no Brasil: O processo de cooficialização e suas potencialidades*. Florianópolis: IPOL, 2015.
- NAVARRO, Eduardo de Almeida. *Dicionário de tupi antigo: a indígena clássica do Brasil*. 1. Ed. São Paulo: Global, 2013.
- NEBRIJA, Elio Antonio de. *Gramática castellana [1492]*. Introducción y notas Miguel Ángel Esparza & Ramón Sarmiento. Madrid, Fundación Antonio de Nebrija, 1992. 368 p.
- NUNES, P. & De Blaeij, A. *Economic assessment of marine quality benefits: applying the use of non-market valuation methods*. In F.Maes (ed.) *Marine Resource Damage Assessment*. Pp 135-163. Berlin: Springer, 2005
- OLIVEIRA, G. M. Prefacio. In: CALVET, Louis-Jean. *As políticas linguísticas*. São Paulo: Parábola Editorial, 2007. p. 7-10.
- OLIVEIRA, G. M. Brasileiro fala português: monolinguismo e preconceito linguístico. In: SILVA, F. L; MELO MOURA, H. M (orgs). *O direito à fala. A questão do preconceito linguístico*. 2ª Ed. Florianópolis: Insular, 2002, p. 83-92.
- PHILLIPSON, R. *English-only Europe? Challenging language policy*. London: Routledge, 2003.
- PICCOLO, Helga Iracema Landgraf. *A organização do espaço fronteiriço e os limites políticos entre Brasil e Uruguay*. In: Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, Rio de Janeiro, a. 161, n. 407, p. 131-142, abr./jun. 2000.
- PICCOLO, Helga Iracema Landgraf. *Momentos fundadores do Rio Grande do Sul*. In: Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, Rio de Janeiro, a. 161, n. 408, p. 129-137, jul./set. 2000.
- PILLER, I. *Identity constructions in multilingual advertising*, Language in Society 30, 2001.153-186.
- PILLER, I. *Advertising as a site of language contact*, Annual Review of Applied Linguistics 23, 2003, 170-183.

PUZEY, Guy. Two- Way Traffic: How Linguistic Landscapes Reflect and Influence the Politics of Language. In: GORTER, D; MARTEN, H; MENSEL, L. *Minority languages in the linguistic landscape*. Londres: Palgrave Macmillan, 2012. p. 127-147

REAL Academia Española. Disponível em: <https://dle.rae.es/don> . Acesso em: 04 de jul. 2021.

RÖMISCHER, Monica. *Português e castelhano no Uruguai: contactos léxicos (ADDU, ADDU-Norte)*. In: GÄRTNER, Eberhard; HUNDT, Christine & SCHÖNBERGER, Axel (eds.). *Estudios de geolingüística do português americano*. Frankfurt a M.: TFM, 2000. p. 229-251.

RONA, José Pedro. *Aspectos metodológicos de la dialectología hispanoamericana*. Montevideo: Universidad de la República; Departamento de Lingüística, 1958. 37 p.

RONA, José Pedro. *El dialecto „fronterizo“ del norte del Uruguay*. Montevideo: Publicaciones del departamento de Lingüística, Universidad de la República, 1959. 22 p.

RONA, José Pedro. *La reproducción del lenguaje hablado en la literatura gauchesca*. Montevideo, s.n., 1963. 13 p.

RONA, José Pedro. *El dialecto „fronterizo“ del norte del Uruguay*. Montevideo: Publicaciones del departamento de Lingüística, Universidad de la República, 1965.

RONA, José Pedro. *Geografía y morfología del voseo*. Porto Alegre: La Salle, 1967. 116 p.

SEVERO, Fabian. 11. In: *Noite nu Norte*. Montevideo: Rumbo, 2010.

SILVA, Isabel da; SANTOS, Maria Helena Pires; JUNG, Neiva Maria. *Multilinguismo e política linguística: análise de uma paisagem linguística transfronteiriça*. In: Domínios de Linguagem. V.14. n4. Uberlândia, São Paulo, 2016. P. 1257-1277

SHOHAMY, Elana; GORTER, Durk.. Introduction. In: SHOHAMY, Elana; GORTER, Durk. (Orgs.). *Linguistic Landscape: Expanding the Scenery*. Londres: Routledge, 2009. P. 1-10

SHOHAMY, Elana; WAKSMAN, Shoshi *Linguistic Landscape as an Ecological Arena: Modalities, Meanings, Negotiations, Education*. In: SHOHAMY, Elana; GORTER, Durk. (Orgs.). *Linguistic Landscape: Expanding the Scenery*. Londres: Routledge, 2009.

SOARES, André Luis. R. *Imigração japonesa em Santa Maria através do jornal A Razão: 1956-1958*. In: *ANAIS IX Encontro Estadual De História- Associação Nacional De História Seção Rio Grande Do Sul - ANPUH-RS*, 2008

SOLÉ, Yolanda R. *Correlaciones socio-culturales del uso de tu/vos y usted en la Argentina, Peru y Puerto Rico*. In: Separata de Thesaurus, Bogotá, Instituto Caro y Cuervo, n. 25, p. 1970.

SOUZA, Henry Daniel Lorencena. *As fronteiras internas do "português del Norte del Uruguay": entre a percepção dos falantes e as políticas linguísticas*. Tese (Doutorado). Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS); Programa de Pós-Graduação em Letras, 2016. 187 p. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10183/142915>.

STECKBAUER, SONJA M. *La situación del guaraní en el Paraguay actual*. In: POTTHAST, Barbara; KOHUT, Karl & KOHLHEPP, Gerd (eds.). *El espacio interior de America del Sur: geografía, historia, política, cultura*. Madrid: Iberoamericana; Frankfurt/Main: Vervuert, 1999. p. 381-399 (Americana Eystettensia: Ser. A, Actas; 19.)

SKUTNABB-KANGAS, T. *Linguistic Genocide in Education or Worldwide Diversity and Human Rights*. Mahwah, NJ:Lawrence Erlbaum, 2000

STURZA, Eliana. Rosa. *Línguas de fronteira e política de línguas: uma história das ideias linguísticas*. (Tese de doutorado). Campinas, SP : [s.n.], 2006.

STURZA, Eliana. Rosa. *Interface português/ espanhol: a constituição de um espaço de enunciação fronteiriço*. Acessado em: 17 jun. 2011. Disponível em:

http://www.lettras.ufmg.br/espanhol/Anais/anais_paginas%20_25023078/Interface%20portugu%EAs.pdf.

TIBIRIÇÁ, Luiz Caldas. *Dicionário de topônimos brasileiros de origem tupi: significação dos nomes geográficos de origem tupi*. São Paulo: Traço Editora, 1985.

TIBIRIÇÁ, Luiz Caldas. *Dicionário Tupi-Português: com esboço de gramática do Tupi Antigo*. São Paulo: Editora Traço, 1984.

THUN, Harald; FORTE, Carlos E.; ELIZAINCÍN, Adolfo. *El atlas lingüístico Diatópico y Diastrático del Uruguay (ADDU): presentación de un proyecto*. In: Iberoromania, Tübingen, n. 30, p. 26-62, 1989.

THUN, Harald. *Movilidad demográfica y dimensión topodinámica. Los montevidianos en Rivera*. In: RADTKE, Edgar & THUN, Harald [orgs.]. *Neue Wege der romanischen Geolinguistik: Akten des Symposiums zur empirischen Dialektologie*. Kiel: Westensee-Verl., 1996. p. 210-269. (Dialectologia Pluridimensionalis Romanica; 1.)

THUN, Harald. *La geolingüística como lingüística variacional general (con ejemplos del Atlas lingüístico Diatópico y Diastrático del Uruguay)*. In: INTERNATIONAL CONGRESS OF ROMANCE LINGUISTICS AND PHILOLOGY (21.: 1995: Palermo). *Atti del XXI Congresso Internazionale di Linguistica e Filologia Romanza*. Org. Giovanni Ruffino. Tübingen: Niemeyer, 1998. v. 5, p. 701-729, incluindo resumo dos tópicos principais da seção 5, p. 787-789.

THUN, Harald & AQUINO, Almidio. *O Atlas Lingüístico Guaraní-Românico (ALGR). Um trabalho necessário para atualizar informações lingüísticas sobre o guarani e o espanhol do Paraguai*. Trad. Cléo Altenhofen. In: Cadernos de Tradução do Instituto de Letras, Porto Alegre, n. 5, p. 53-66, jan. 1999.

THUN, Harald (Dir.). *Atlas lingüístico Diatópico y Diastrático del Uruguay – Norte (ADDU-Norte). Parte cartográfica: Tomo I: Consonantismo y vocalismo del español. Fasc. A.1.: Lateral palatal (/ʎ/, <ll> y Fricativa Mediopalatal (/j/, <y>): Lleísmo, yeísmo, zeísmo y cheísmo en el español uruguayo)*. Kiel: Westensee-Verl., 2000a. 166 p. (Dialectologia Pluridimensionalis Romanica; 10.)

THUN, Harald (Dir.). *Atlas lingüístico Diatópico y Diastrático del Uruguay – Norte (ADDU-Norte). Parte cartográfica: Tomo I: Consonantismo y vocalismo del portugués. Fasc. I.A. 1/1: Laterales y palatales (A. 1/1: Palatalización de las oclusivas apicodentales (/t/ + [i], /d/ + [i]); A.1/2. Yeísmo y lleísmo)*. Kiel, Westensee-Verel., 2000b. 30 p. (Dialectologia Pluridimensionalis Romanica; 12.)

THUN, Harald. *O português americano fora do Brasil*. In: GÄRTNER, Eberhard; HUNDT, Chistine & SCHÖNBERGER, Axel (eds.). *Estudos de geolingüística do português americano*. Frankfurt a M.: TFM, 2000c. p. 185-227.

THUN, Harald. *A dialetologia pluridimensional no Rio da Prata*. In: ZILLES, Ana Maria Stahl (org.). *Estudos de variação lingüística no Nrasil e no Cone Sul*. Porto Alegre Ed. da UFRGS, 2005. p. 63-92.

THUN, Harald. *A geolingüística pluridimensional, a história social e a história das línguas*. In: AGUILERA, Vanderci de Andrade (org.). *Para uma história do português brasileiro, volume VII: vozes, veredas, voragens*. Londrina: EDUEL, 2009. Tomo II, p. 531-558.

THUN, Harald. *Pluridimensional cartography*. In: LAMELI, Alfred; KEHREIN, Roland & RABANUS, Christian (eds.). *Language mapping*. Berlin: de Gruyter Mouton, 2010a. p. 506-523.

THUN, Harald. *Variety complexes in contact: A study on Uruguayan and Brazilian Fronterizo*. In: AUER, Peter & SCHMIDT, Erich (eds.). *Language and space: An International Handbook of Linguistic Variation. Vol. 1: Theories and methods*. Berlin: De Gruyter Mouton, 2010b. p. 706-723.

VERDOOT, A. *La protection des droits de l'homme dans les états plurilingues*. Paris: Fernand

Nattan, 1979.

VERTOVEC, S.. Transnationalism and identity. *Journal of Ethnic and Migration Studies*, vol. 27, no. 4, 2001. p. 573-582

VERTOVEC, S.. Super-diversity and its implications. *Ethnic and Racial Studies*, 30(6), 2007. p.1024–1054.

VERTOVEC, S.. *Transnationalism*. New York: Routledge , 2009

VERTOVEC, S. Towards post-multiculturalism? Changing communities, contexts and conditions of diversity. *International Social Science Journal* 199, 2010. p. 83-95.

VILLALBA, Terumi Koto Bonnet. *A transferência na aquisição de anáfora pronominal em espanhol por universitários brasileiros*. Diss. Mestrado. Porto Alegre: UFRGS, 1995. 90 p.

VIDOTTI, Joselita; DORNELAS, Rívia. O ensino de línguas estrangeiras no brasil - período de 1808 – 1930. Disponível em: <http://www.helb.org.br/index.php/revista-helb/ano-1-no-1-12007/94-o-ensino-de-linguas-estrangeiras-no-brasil-periodo-de-1808-1930>. Acesso em: 20 nov. 2020